

CEDI - P.I.B.
DATA 16/05/89
COD. KADS

LAUDO ANTROPOLOGICO PERICIAL RELATIVO À CARTA
DE ORDEM N° 89.1782-0 ORIUNDA DO SUPREMO TRI-
BUNAL FEDERAL E RELATIVO À ÁREA KRENAK

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

Antropóloga - Professora Adjunto II
Universidade Federal da Bahia

junho/outubro 1989

Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem
é uma partícula do continente, uma parte da terra;
se um torrão é arrastado para o mar, a Europa
fica diminuída, como se fosse um promontório.
como se fosse o solar de teus amigos ou
ou o teu próprio; a morte de qualquer
homem me diminui porque sou parte
do gênero humano, e por isso não
me perguntas por quem os
sinos dobraram, eles
dobram por
ti.

John Donne (tradução de Monteiro Lobato)

ÍNDICE

1 - Relatório de encaminhamento.....	01 - 06
2 - Questões da autora.....	07 - 79
3 - Questões do Exmo. Sr. Procurador da República.....	80 - 85
4 - Questões do Exmo. Sr. Juiz da 3a. Vara da Justiça Federal em Minas Gerais.....	86 - 90
5 - Questões do Exmo. Sr. Advogado dos Réus.....	91 -103
6 - Bibliografia.....	104 -115
7 - Anexos	
7.1 - mapas	
7.2 - fotografias	
7.3 - documentos	

RELATÓRIO DE ENCAMINHAMENTO

O Laudo Antropológico relativo à carta de ordem nº 89.1781-0, oriunda do Supremo Tribunal Federal, foi o resultado de um trabalho de uma equipe coesa e articulada, composta por esta antropóloga, pela assistente técnica do Ministério Público Federal, Ângela Maria Baptista, e pelos auxiliares técnicos José Jaime Mancin, engenheiro agrimensor da FUNAI, Brasília, José João de Oliveira, antropólogo da FUNAI do Paraná, José Silveira Souza, indigenista também da FUNAI de Governador Valadares. A FUNAI nos forneceu, ainda, o apoio inestimável do motorista Sebastião Rodrigues da Cunha Filho e de uma viatura que nos facilitou, sobremodo, o deslocamento na área indígena.

Contamos com o apoio, de imenso valor, de três alunos con-
cluintes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, que muito auxiliaram no trabalho-de-campo, na elaboração de dados e na discussão sobre o texto final. A Antonio Jonas Dias Filho, Cecília Maria Ribeiro e Núbia Maria Calazans Guimarães, os mais sinceros agradecimentos. Sem vocês, este laudo não existiria. À aluna Ana Paula Tinoco Amaral, responsável pelo ordenamento do material, organização do fichário e da bibliografia, muito temos a agradecer.

À antropóloga Ana Maria Paixão, do Museu do Índio, só temos palavras de elogio por sua importante colaboração fornecendo-nos material fotográfico raríssimo, que se encontra depositado naquele órgão, e também documentos.

Referência especial merece a sempre amiga Joana d'Arc Men-
donça que não só nos oferece apoio técnico, mas também orienta-
ção em Belo Horizonte.

A elaboração deste Laudo Antropológico iniciou-se, a bem da verdade, no início do mês de junho, quando fomos contactados pelo Exmo. Dr. Ildeu Resende Chaves, MD Juiz da 3a. Vara da Justiça Federal, secção de Minas Gerais, e aceitamos a proposta de realizar o trabalho. Imediatamente, começamos a selecionar a bibliografia específica sobre os Botocudo no vale do rio Doce e sobre os Krenak.

A indicação da perita oficial deu-se no dia 06 de junho de 1989, sendo publicada no Diário Oficial do dia subsequente, facultando-se às partes a indicação de assistentes e formulação de quesitos. O Exmo. Sr. Dr. Juiz Ildeu Resende Chaves marcou uma audiência para o dia 21 de junho de 1989, às 14 h, na sala da 3a. Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte, para a assinatura do compromisso legal por parte dos membros da equipe e o recebimento oficial dos quesitos formulados pelas partes. Compareceram à audiência, além da perita oficial, os assistentes Ângela Baptista e José Jaime Mancin, além do advogado da FUNAI, Dr. Loredano Aleixo.

O advogado dos fazendeiros, Dr. Alexandre de Alencar, solicitou prorrogação de prazo para, juntamente com o governo do Estado de Minas Gerais, entregar seus quesitos e apresentar assistentes. O Dr. Ildeu Resende Chaves, acolhendo a solicitação das solicitantes, concedeu-lhes prorrogação de prazo até o dia 27 de junho de 1989, às 9h e 30m - novo prazo estipulado para o início dos trabalhos periciais. Apesar deste novo prazo, o governo do Estado de Minas Gerais e os fazendeiros não apresentaram assistente técnico, sendo que apenas o Dr. Alexandre Alencar apresentou quesitos.

A perita oficial e a assistente técnica do Ministério Público Federal optaram por realizar pesquisas documentais nos dias 22, 23 e 24 de junho como forma de aproveitar o tempo em que deviam permanecer em Belo Horizonte. Assim, trabalharam no Arquivo Público Mineiro e nos escritórios da Ruralminas, onde obtiveram informações preciosas sobre a ocupação histórica na área do Município de Resplendor.

No dia 24 de junho, à tarde, deslocaram-se para a cidade de Governador Valadares, onde se reencontraram com o agrimensor, José Jaime Mancin, que para lá já havia se deslocado no dia 22 de junho. Os três membros da equipe iniciaram reuniões de trabalho, estabelecendo a estratégia de ação, discutindo as informações de que dispunham e, principalmente, analisando os mapas documentais que possuímos e os autos de medição, verificando quais os documentos fundamentais de que não dispúnhamos sobre a história da ocupação da área Krenak.

No dia 25 do referido mês, juntaram-se à equipe as duas alunas da UFBA, Núbia Maria Calazans Guimarães e Cecília Maria Ri-

beiro, que passaram a participar das suas reuniões.

O dia 26 de junho foi usado para visitar a sede da Administração Regional da FUNAI, em Governador Valadares, realizando trabalho de levantamento documental e entrevistando o Sr. José Silveira Souza, que, a partir de então, se integraria à equipe como indigenista, sendo um dos peritos assistentes da FUNAI. O Sr. José Silveira Souza cresceu entre os índios Krenak, tornando-se, depois, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios e da FUNAI, e, como tal, foi chefe de Posto em Krenak, conhecendo profundamente aquele povo e sua história.

Nesse mesmo dia, fizemos contacto telefônico com o DD Juiz da 3a. Vara de Justiça Federal, solicitando-lhe que nos dispensasse da presença em Belo Horizonte no dia 27 de junho para audiência, onde tomariamos conhecimento das questões apresentadas pelo Dr. Alexandre de Alencar e pelo Estado de Minas Gerais. Argumentamos que o outro perito-assistente da FUNAI, antropólogo José João de Oliveira, naquele dia estaria com o Dr. Ildeu para assinar o seu termo de compromisso e que ele poderia ser portador das questões e instruções. Nossa proposta foi aceita, o que nos permitiu acelerar os trabalhos de pesquisa que realizávamos em Governador Valadares.

Mantivemos, ainda no mesmo dia, contacto telefônico com José João de Oliveira, dando-lhe as instruções relativas ao contato que deveria manter com o DD Juiz da 3a. Vara da Justiça Federal e com a Ruralminas, onde deveria recolher fotos e cópias xerox de mapas e documentos que havíamos selecionado quando da visita que fizemos àquele órgão no dia 23 de junho.

O dia 27 foi usado por mim e por Ângela Baptista para realizar pesquisas nos escritórios da Ruralminas e para ultimar os preparativos da viagem. José Jaime Mancin, Núbia Guimarães e Cecília Ribeiro deslocaram-se para a cidade de Aimorés, onde fizeram levantamento bibliográfico na biblioteca da prefeitura local e nos escritórios da Ruralminas. Neste mesmo dia, juntaram-se a nós Antonio Jonas Dias Filho e José João de Oliveira.

No dia 28 de junho, finalmente nos deslocamos para Resplendor, onde se reintegraram à equipe José Jaime Mancin, Núbia

Guimarães e Cecília Ribeiro. José João de Oliveira seguiu para o Rio de Janeiro, encarregando-se de acelerar as pesquisas no Museu do Índio, cujos funcionários se encontravam em greve parcial, o que dificultava os contactos e a reprodução do material documental necessário.

A tarde deste mesmo dia, após uma reunião entre os membros da equipe, onde ficou explicitada a atuação e estratégia de trabalho de cada membro, iniciamos os trabalhos. Visitamos os escritórios da Ruralminas, do INCRA, dos sindicatos dos Trabalhadores e dos Proprietários Rurais de Resplendor, além de mantermos contacto com alguns Krenak, que se encontravam na cidade, e com um dos advogados dos fazendeiros, Dr. Ruben Borba.

Passamos os dias 29 e 30 de junho integralmente na aldeia Krenak, realizando reuniões, entrevistas e visitas individualizadas a cada casa de índio.

No dia 1 de julho, como havia sido combinado, tivemos uma reunião com os fazendeiros de Krenak, no clube da cidade de Resplendor, quando tivemos a oportunidade de conhecê-los, ouvi-los e combinar as visitas a suas fazendas, que se iniciaram naquela tarde. Apenas Antonio Jonas Dias Filho, Cecília Ribeiro, Núbia Guimaraes e José Silveira Souza continuaram o trabalho na área ocupada pelos Krenak. À noite, José João de Oliveira retornou do Rio de Janeiro, trazendo algum material e fotografias do Museu do Índio.

Os dias 2 e 3 de julho foram usados para a continuidade das visitas às fazendas e à aldeia Krenak, tendo os alunos, inclusive, visitado a Pedra Pintura, onde colheram material, tiraram fotografias e fizeram uma pequena cópia dos desenhos existentes.

No dia 4 de julho, a equipe retornou a Governador Valadares, onde se dividiu. Esta perita retornou a Salvador; Ângela Baptista e José Jaime Mancin, a Brasília, e José João de Oliveira, a Curitiba. Antonio Jonas Dias Filho dirigiu-se a Belo Horizonte; Núbia Guimaraes, a Teófilo Ottoni, e Cecília Ribeiro, a Itambacuri, para coleta de documentos relevantes referentes à questão Krenak. José Silveira Souza permaneceu em Governador Valadares.

O trabalho da equipe foi realizado de forma intensiva, pre-

cupado em ouvir as partes envolvidas nesta questão, que consideramos, acima de tudo, resultante da incúria, do desrespeito às leis deste país e do descaso com a coisa pública. Espantamo-nos que o patrimônio da União construído na aldeia Krenak tenha se dilapidado, sem que os responsáveis tenham sequer sido identificados, quanto mais responsabilizados criminalmente (vide fotos nº 1,2,3,4,5, 6,7 e 8, referentes à aldeia Krenak antes da expulsão deste grupo, em 1958, para o Posto Indígena Maxacali, e fotos nº 9,10,11,12 e 13, que indicam como hoje vive este grupo).

Causa-nos, ainda, repulsa que índios e pequenos "proprietários" tenham sido tão desrespeitados e vítimas de interesses escusos de alguns funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, e, depois, da Fundação Nacional do Índio, e, também, do governo do Estado de Minas Gerais. Estes pequenos "proprietários" ainda hoje são vítimas dos "grandes proprietários" que, valendo-se do clima de insegurança no tocante à solução do problema, aproveitam-se para ampliar suas áreas (vide mapa nº 1), comprando as terras a preços irrisórios. O que pudemos observar é que alguns fazendeiros têm aumentado significativamente as áreas ocupadas, apesar de possuírem grandes propriedades fora da Reserva, às custas de amedrontar os demais, e continuam usando como bandeira de defesa aquela minoria que nada possui fora de Reserva e que eles próprios estão afugentando.

A situação dos Krenak é lastimável em todos os sentidos. Seja pelos constantes deslocamentos que o órgão tutelar lhes impôs para atender a interesses de fazendeiros e pessoais desses funcionários que enriqueceram às custas deste povo, seja pela situação de miséria em que vivem hoje.

Os Krenak ocupam, hoje, 68,34 ha de terras que quase não permitem a atividade agrícola. As áreas das pequenas roças também são destinadas à criação de gado - única fonte de recursos de que dispõem. A população cresce rapidamente, inclusive com o retorno de outros membros da comunidade que se encontram dispersos pelo Brasil. Manter esta pequena parcela de terra como território Krenak, que não oferece a mínima condição de garantir a sobrevivência do grupo, é compactuar com um crime de genocídio, pois o que resultará desta prática será, talvez, a morte física destas pes-

soas, mas, com certeza, será a morte de uma sociedade que não tem qualquer condição de se reproduzir como tal.

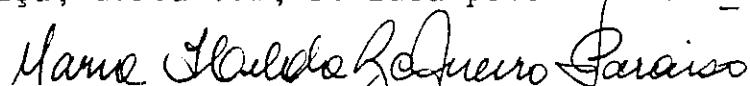
E também revoltante constatar-se a degradação do meio ambiente, totalmente desmatado e transformado, na sua quase totalidade, em pastos. A erosão e a lixiviação destruíram a área Krenak, praticamente inviabilizando a prática da agricultura, da caça e coleta pelo grupo. Este desmatamento também impede a pesca nos córregos da área, pois os transformou em pequenos riachos sem vida e cada vez menos perenes. Até mesmo o rio Doce, vítima de uma poluição selvagem e descuidada por parte de mineradores e das indústrias de aço, tornou-se um arremedo grotesco do que foi no passado. Pescar no rio Doce, no trecho de Resplendor, é difícil, e creio que o alimento obtido também não possa ser considerado como dos mais saudáveis.

Por todos estes crimes cometidos contra um povo que, no passado, vivia com dignidade e fartura, creio que, aos Krenak, se deve fazer justiça, restituindo-lhes aquela parcela do seu território tribal que lhes foi reservada. A sociedade e o governo deste país deverão indenizá-los, sob a forma de investimentos na sua área, pelos muitos sofrimentos que lhes foram impostos.

E inadmissível que as crianças Krenak freqüentem aulas num curral, enquanto a escola que foi construída com recursos da União esteja nas terras ocupadas por Balbino Lacerda. E também inadmissível que este fazendeiro destrua as casas dos índios, que ficaram na sua área, antes mesmo de que esta ação tenha sido julgada. Como justificar a presença de "trabalhadores rurais" armados na área do Sr. Balbino Lacerda, aliás um dos que mais acumula terras para pasto dentro e fora da Reserva?

E relevante também destacar que os Krenak, além da área que ocupam, têm na Reserva mais três áreas que não foram tituladas por qualquer fazendeiro, mas, mesmo assim, continuam sendo usadas e exploradas por eles. São as duas ilhas e um lote na margem direita do rio Doce, onde, inicialmente, ficava a casa do "lín-gua" Joaquim Cristino, que depois tornou-se uma das sedes administrativas do Serviço de Proteção aos Índios e que foi demarcado em 1927 (vide mapa nº 2).

Certa de que a Justiça, desta vez, se fará presente na vida dos Krenak.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

QUESITOS DA AUTORA

ACÃO: ORDINÁRIA DE NULIDADES DE TÍTULOS SOBRE IMÓVEIS RURAIS

AUTORA: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

LITISCONSORTE ATIVA: UNIÃO FEDERAL

RÉUS: ADIMÁRCIO PENEDO DE OLIVEIRA E OUTROS.

LITISCONSORTE PASSIVO: ESTADO DE MINAS GERAIS

1. De quem descendem os Krenak ?
2. Qual o território de ocupação dos ancestrais dos Krenak ?
3. Qual território ocupavam os Krenak:
 - 1.3.a) antes de o Governo do Estado de Minas Gerais doar as terras ?
 - 1.3.b) após a doação das terras ?
4. Como os Krenak ocupavam as terras ? pela agricultura ? pela caça ? pela pesca ? pela coleta ?
5. Os ancestrais dos Krenak eram nômades ?
6. Qual o sentido da expressão "ocupação imemorial" ?
7. Os índios Krenak, Pojixás ou outras tribos :cupavam imemorialmente as terras que compreendem a região abrangida pelos 3.983 hectares de terra que o Governo do Estado de Minas Gerais doou aos índios ?
8. Após a doação, os índios ocupavam toda a extensão das terras doadas ?
9. Através de dados históricos e/ou informações obtidas de pessoas que ali vivem ou viveram, é possível saber-se o número de índios existentes ali naquela época ?
10. Onde se situava o Posto Indígena Guido Marliere ? Havia outros Postos Indígenas na área dada ?
11. Os índios viviam agrupados, estacionariamente ?

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Quesitos (continuação)

11

mente, em torno do P.I. Guido Marlière ?

12. Onde os índios enterravam os seus mortos ?

12.a) Há vestígios deste ou destes cemitérios ainda hoje ? 12.b) Sé possível a sua localização, favor descrever o lugar e mapeá-lo.

13. Quais as atividades em que os índios se empenhavam para a sua sobrevivência ?

14. Que armas os índios usavam para caçar ?

15. Que armas os índios usavam para pescar ?

16. Que meios usavam para coletar os frutos silvestre ?

17. Praticavam o artesanato ? usavam-no ? vendiam-no ?

18. Quais as embarcações que os índios usavam para navegar, pescar no Rio Doce, nos córregos afluentes ?

19. Quais os córregos mencionados na inicial que desaguam no Rio Doce ?

20. Os índios Krenak e seus ancestrais navegavam nesses córregos ? pescavam neles ? caçavam às suas margens ? quais caças (animais ou pássaros) que caçavam ?

21. Os índios plantavam às margens do Rio Doce, dos córregos ? o que cultivavam ?

22. Os historiadores, em especial os mencionados a fls. X da petição inicial, dão notícia da existência desses índios ocupando aquelas terras desde quando ?

22.a) De que modo, narram eles, os índios ocupavam as terras ? 23. Os Réus nesta ação ou seus antecessores pagaram arrendamento ao SPI pela ocupação temporária das terras com a criação de gado e cultivo de cereais ?

24. Houve uma diáspora dos índios ? uma só vez ou mais ? para onde se dirigiram ? saíram espontaneamente ? foram obrigados ? foram retirados à força ? voltaram ? todos ?

25. Existem designações topónimicas indígenas e legadouros da região ? citar.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

III

Quesitos (continuação)

26. Quais as características físicas dos índios, atuais habitantes da área ? Descrevê-las.

27. Qual a língua dos índios, atuais habitantes da área ? Qual a sua cultura ? Religião que praticam ? Conservam as tradições tribais ? Citar ou exemplificar.

28. Quantos índios residem atualmente na referida área ; entre homens, mulheres e crianças ?

28.a) Os que ali residem são toda a tribo Krenak ?

28.b) Existem outros membros das tribos Krenak ou Pojixá fora da área ?

Queiram os srs. peritos fornecer outras e mais amplas informações sobre toda a matéria em pauta.

São esses os QUESITOS que a FUNAI tem a apresentar, protestando pela formulação de Quesitos Suplementares caso necessário.

De Gov. Valadares para Belo Horizonte em 10 de junho de 1980.

pp.

LOREDANO ALEIXO - Advogado.

UMBERTO GOMES SERAFIM - Advogado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Exmo Sr. Dr. Juiz Federal da MM. 3ª Vara

M. Defesa. Yolanda de
A. Antropóloga ap.
a admissibilidade
Tér. 13-6-86
Ass. D.

A União Federal e o Ministério Públiso Federal, nos autos da ação ordinária de nulidade de títulos de propriedade imobiliária, movida contra Admálio Penedo de Oliveira e outros, tendo em vista a Carta de Ordem expedida pelo Conselho Supremo Tribunal Federal na qual V.Exé nomeou perito oficial para realizar a prova pericial determinada, vem indicar assistente Técnica, fazendo-o na pessoa da Antropóloga ANGELA MARIA BAPTISTA.

Na oportunidade oferece os seguintes quesitos:

1º) Os índios "KRENAK" tinham seu "HABITAT" tradicional, no Século XIX e princípio do Século XX, na região do Rio Doce?

2º) A área "DOADA" pelo Estado de Minas, através do Dec. 5.462 de 1920, era ocupada tradicionalmente pelos índios "KRENAK"?

3º) Os índios "KRENAK" foram retirados da aldeia pela polícia militar de Minas Gerais, à força? Quando?

.02

4º) Após a retirada dos índios as terras foram atribuídas aos réus?

5º) As propriedades dos réus incidem na área indígena, tradicionalmente ocupada pelos "KRENAK" e a eles reconhecida em 1920 pelo Estado de Minas Gerais através da "DOAÇÃO" referida no 2º quesito desta série?

6º) A época da retirada dos índios e dos acordos espúrios sobre suas terras vigorava a Constituição de 1967 com redação da Emenda nº 1 de 1969?

Brasília, 09 de junho de 1989

CARLOS VICTOR MUZZI
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

/acrp.



CARTA DO CRIM. nº 89.17.1

Virtos etc..

- 1) Em face do desacordo de fls. 165, que concedeu ao Dr. Alexandre de Alencar ampliação de prazo para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, prorroga para o dia 27.6.1989, às 9,30 horas, a data de inicio dos trabalhos periciais, a partir da qual flui o prazo de 30 dias para apresentação do laudo.
- 2) Os peritos deverão responder ainda aos seguintes quesitos:

a) Antes de 1920, havia posseiros na área litigiosa? Quantas pessoas, devendo a resposta, se possível, identificá-las, em caso afirmativo, e esclarecer as fontes de informação e os indícios ou vestígios materiais encontrados, inclusive construções, currais etc;

b) Antes de 1920, a área litigiosa era ocupada por Botocudos, Krenaks ou remanescentes de outras tribos? Quantas pessoas, devendo a resposta ser explicitada na forma pedida no item anterior;

c) Quantos KRENAKS, ou remanescentes destes e de outras tribos há, na área doada pelo Estado de Minas Gerais, na atualidade? Há KRENAKS espalhados por outras regiões?

d) Quais proprietários titulares, posseiros, arregadores, dependentes e familiares, apesar imediatamente, há na área referida no item anterior;

e) São pacíficas e cordiais as relações entre os grupos aludidos nos itens g e h? São irreconciliáveis ou existem os contatos?

3) Intimam-se perito e assistentes acima mencionados.

secretaria da Vara, às 9 horas do dia 27.6.1989, para ciência dos quesitos a serem apresentados pelo Dr. Representante do Ministério Públíco Federal e das partes que ainda não o ofereceram, ou desejarem aditá-los, até o dia 26.6.1989, os já apresentados.

I.

Belo Horizonte, 21.6.1989


ILDEU DE RESENDE CHAVES

Juiz Titular

P.S.: Julgue-se por encalhado
com urgência o Estado de Minas
Gerais dentro dos prazos
de fls. 155 e 175, para que se faça
medida cautelar técnica e formu-
lar quesitos. 

CERTIDÃO

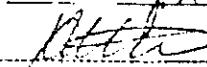
Certifico haver expedito mandado da

Instância a qual foi distribuído:

ao Ofício de Letras

... a ... dias de ... mês de ... ano fe.

feito em Belo Horizonte, 22 de Junho de 1989


Director de Justiça - C.J. - Varas

Plano de governo
do BrasilWashington do Rio de Janeiro
26 de Maio de 1964Dulce Maria da F. Marques
CEP 31.200Odeu Marcos Pinto
CEP 31.200EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 3^a VARA DA SEÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

(CARTA DE ORDEM 89.1781-0)

JUIZ FEDERAL

Em 22.06.65

Juiz Federal

P.S. Encaminhe copias
para publicação
no dia 23 de junho

9/6/65

ADMÁRCIO PENEDO DE OLIVEIRA, sua mulher e outros, nos autos da CARTA DE ORDEM que, sob o número acima têm curso perante essa doutra Vara, em que também é parte a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, vêm pelo advogado que esta subscreve, dentro do que quidicílio assinado por V. Excia., apresentar os seguintes quesitos, para que sejam respondidos pela "expert", nomeada por V. Excia. no seu r. despacho de fls. 155 dos autos da Carta de Ordem em apê.

1 - Há no "Posto Indígena Guido Marliere" no Município de Resplendor algum Índio da Tribo Etchanaque?

2 - Há no referido Posto Indígena algum Índio da Tribo Pojixá?

3 - Se existe, qual o nome de cada um dos índios, idade e local de nascimento, se fala cada um deles o idioma que lhes é próprio e se se entendem entre si por meio desse idioma.

4 - Se recentemente foram transportados Índios de tribos de outras regiões do Estado e mesmo de outros países do país, para o Posto de Crenáui, com evidente intenção de fazer crer, por

Há dia 17/5/65, na Série de Índios Cre-
náui, foi feito no Posto Indígena Guido Marliere
, no Município de Resplendor. Quantos Índigenas
foram trazidos pela Funai, qual o nome de cada
um deles e a que tribo pertencem? Falam o idioma
da tribo a que dizem pertencer? Em que data che-
garam eles ao Posto? Consultar não apenas os re-
gistros de entrada desses Índios no Posto, como

ESCRITO DE ADVOCACIA

Violência de Favela.
Carvalho

Dulce Maria do C. Alves

Washington de Paula
CAB/MG 2724

Padre Marcos Pinto
CAB/MG 2724

também ouvir a respeito moradores e fazendeiros que residem nas adjacências, sem vinculação com a causa, indicando-se o nome e identidade dos informantes.

5 - Existem cemitérios indígenas dentre das terras em litígio, isto é, em Crenaque?

6 - Segundo afirma Autora, isto é, a Funai, a presença dos Crenakes e dos Poixás na área do Posto Indígena e adjacências data de tempos imemoriais.

7 - Se assim é pode-se constatar a existência de ossos fossilizados nas sepulturas dos indígenas?

8 - Pelo exame dos ossos e demais remanescentes dos corpos ali inhumados, pode-se determinar a data dos primeiros sepultamentos?

9 - Que há no local que prova a presença dos Crenakes, ali desde "tempos imemoriais"?

Protesta-se pelo aditamento dos quesitos, até à hora da realização da perícia.

Ts. em que, com o devido acatamento, junta esta aos autos,

P. deferimento.

Belo Horizonte, 22 de Junho de 1.989.

Alexandre de Alencar
a) Alexandre de Alencar - OAB/MG. Nº 1.284

QUESTÕES DA AUTORA

1. DE QUEM DESCENDEM OS KRENAK?

A identificação cultural de um povo faz-se através do conhecimento da filiação linguística do grupo. A opção pelos estudos linguísticos deve-se à compreensão de que "cada língua tem determinadas finezas de expressão, que podem coincidir parcialmente com o que se dá em outras línguas, mas que, no conjunto, caracterizam uma língua dada como um sistema único de expressão humana, no qual se cristalizam os efeitos de uma experiência de vida e de análise inteligente do mundo, acumulada através das inúmeras gerações de um povo. Cada língua indígena brasileira não só reflete, assim, aspectos importantes da visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, mas constitui, além disso, a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa" (Rodrigues, 1986: 27).

"As línguas do mundo são classificadas em famílias segundo o critério genético. De acordo com esse critério, uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior" (Rodrigues, 1986: 29). Logo, quando procuramos identificar culturalmente grupos indígenas, particularmente aqueles que foram considerados extintos, como é o caso, é através do estudo genético das línguas faladas que estabelecemos as conexões culturais de ascendência/descendência.

No caso em pauta, podemos afirmar que os Krenak, subgrupo Gut-Krak, são Botocudo (Seki, 1986; Emmerich e Monserrat, 1975; Rodrigues, 1986), que receberam, anteriormente, as seguintes denominações: AIMORÉ, GREN, GUEREN OU KREN E BOTOCUDO. Pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê.

A denominação AIMORÉ foi-lhes atribuída pelos grupos Tupi que habitavam o litoral da Bahia, e com os quais os primeiros colonizadores entraram em contacto. Inicialmente, a denominação genérica era TAPUIO, em oposição a TUPI e, mais tarde, especificamente AIMORÉ, AMBARE, GUAIMURE OU EMBARÉ, que, segundo a interpretação de Souza (1943), seriam corruptelas provenientes das possíveis composições: AIB- PORE (habitantes das brenhas), AI -BORE (malfei-

tor) ou AIMB-BURÉ (aquele que usa botoques de emburé-barriguda). José Gregório (s/d) considera como prováveis as seguintes origens da palavra: GUAYMURÉ (gente de nação diferente) ou AIMBIRE (nome de chefe indígena aliado dos franceses no Rio de Janeiro, sendo citado nas obras de Anchieta e por Gonçalves Dias, no seu poema Confederação dos Tamoios).

Já no século XVII, os Botocudo são referidos como GUERÉN, GREN OU KREN - o que seria a autodenominação do grupo - termos que são substituídos no século XIX por Botocudo. Esta denominação foi atribuída pelos colonizadores portugueses, devido ao hábito de o grupo usar botoques labiais e auriculares de grande tamanho, de madeira branca e leve - a barriguda (*Bombax ventriculosa*). A partir desse momento, a denominação BOTOCUDO tornou-se de uso corriqueiro na Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

A intensificação dos contactos levou a que, anos mais tarde, a partir do fim do século passado, predominassem as autodenominações dos pequenos grupos - NAK-NANUK, KRAK MUN, ETWET, NEKREHE, GUT-KRAK, JIPOROK, POJIXÁ, KRENAK, NEP-NEP, MIÑAJIRUM -, que tiravam sua designação dos nomes de seus capitães ou acidentes geográficos (Emmerich e Monserrat, 1975).

Logo, podemos afirmar que os Krenak, nome advindo do seu chefe, o Capitão Krenak (senhor da terra), subgrupo Gut-Krak (carapaça das tartarugas), pertencem à família linguística Botocudo (Borum), tronco linguístico Macro-Jê (Seki, 1986; Rodrigues, 1986; Emmerich e Monserrat, 1975).

2. QUAL O TERRITÓRIO DE OCUPAÇÃO DOS ANCESTRAIS DOS KRENAK?

O território ocupado pelos Botocudo compreendia grandes faixas de Mata Atlântica e Zona da Mata na direção leste-sudeste, constituídas de floresta latifoliada tropical, cujos limites são o Vale do Salitre, na Bahia, e o rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Englobavam, portanto, as bacias dos rios de Contas, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce, além do Vale do Salitre, na bacia do rio São Francisco, no oeste da Bahia (Acioly e Silva, 1925; Taunay, 1946; Marcato, 1979; Ottoni 1858; Wied-Neuwied, 1958; Saint-Hilaire, 1936; Spix e Martius, 1976; Marlière, 1907; Rugendas, 1979; Renault, 1903; Barbosa d'Almeida, 1887; Palazzolo, 1945; Ehrenreich, 1948; Amaral, 1898; Estigarribia, 1934; Southey, 1977).

3. QUAL TERRITÓRIO OCUPAVAM OS KRENAK?

a) Antes de o Governo do Estado de Minas Gerais doar as terras?

Os Krenak são um subgrupo GUT-KRAK, conforme o afirma Estigarribia (1910: 10, dat): "eram Gutkrak da tribo Tetchuc, únicos aliás que poderiam vir, porque os outros chefiados pelo capitão Krenak (senhor da terra) não querem saber de relações... os seus irmãos do centro não querem agora nenhum contato, mas Tetchuc prometeu-me fazer o possível para pô-los em relação comigo e que mais tarde os traria. Não quer, porém, indicar as paragens onde Krenak seria encontrado".

"Habitam entre Minas Gerais e Espírito Santo, sendo mais para aquele estado do que para este (Espírito Santo), às margens dos rios de regular volume d'água demorando-se em cada ponto enquanto encontram alimentos" (Estigarribia, 1910).

A criação do Posto de Atração do Eme pelo Serviço de Proteção aos Índios, chefiado inicialmente por Cândido de Freitas Chaves (Estigarribia, 1934), que manteve o primeiro contacto com o grupo do capitão Krenak em 1913, foi situado "na confluência de Eme com o rio Doce (entre Cuiabá e Aimorés)... destinado ao aldeamento dos selvagens Krenak que vagueiam nas florestas virgens desse grande rio entre Minas Gerais e Espírito Santo" (Sociedade Brasileira de Geografia, 1922: 200).

Além do argumento que nos parece de lógica, isto é, não se instala um Posto de Atração num local onde não há o que atrair, no caso, os índios Krenak, há muitas referências à presença destes índios na área onde depois foi fundado o Posto Indígena do Eme. Posteriormente, este Posto foi denominado Cuido Marlière (1921) e Krenak (1987). Apenas para comprovarmos esta afirmativa, citaremos algumas dessas referências.

O engenheiro responsável pelo traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas, Almeida (1959: 164), que realizou seu trabalho na área em 1905, assim afirma ao se referir ao trecho do rio Eme: "da outra banda do rio, de há muito, a maloca dos Crenakes vinha nos espreitando..."

Estigarribia (1934: 39) indica: "os índios Crenaques habitam as adjacências do vale do Eme, na margem norte do rio Doce. Até 1911, viviam em luta com os "Caraí" da região, refugiados nas matas, famintos e nus".

Estigarribia (1920) atesta que os Krenak, em 1913, recusaram-se a ser transferidos para o Posto Indígena Pancas (Espírito Santo) preferindo continuar "vivendo nas matas de Resplendor". Ainda em 1913, o Bispo de Diamantina escreveu ao Secretário de Agricultura de Minas Gerais, pedindo que se criasse uma colônia para atender aos Krenak e Pojixá do rio Doce. O Governo do estado criou uma comissão para estudar a viabilidade da criação de uma colônia "nas margens do rio Eme, onde viviam os Crenaques" (Lima, 1923).

Em 1914, os Krenak assaltaram propriedades em Resplendor (Lima, 1923). No mesmo ano, o grupo foi visitado pelo etnógrafo russo Manizer (1919: 243: 243/4), que assim os localiza: "un village déjà abandonné, sur la rive du Doce, près de l'estâncie La jão" (Conselheiro Pena).

Em 1916, o engenheiro José Moreira, chefe do 2º Distrito de Terras, visitou as terras do rio Eme "onde estavam os Crenaques nus e famintos, quase sem assistência" (Lima, 1923, man).

Carvalho (1917, dat) atesta que "a área a ser demarcada deve ser no Eme no ponto de residência atual dos índios". No mesmo ano, a Diretoria da Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais emite o seguinte parecer (man, 1917): "informo à secção que essa área (entre os rios Suassuy e Laranjeiras) escondida posteriormente à primeira pelo Frei Vicente de Licordia, não foi aceita e sim resolvido que a colônia seja fundada no Vale do Eme e no ponto habitado pelos índios Crenaques" (vide documento nº 1).

Em 1918, Caldas (1918, man) visitou os Krenak "no seu acampamento na embocadura do rio Eme". Jaguaribe (1918, dat) também os visitou "em frente à barra do rio Eme, na margem direita do rio Eme... logo tratamo-nos de pôr em relação com os índios da tribo Crenaque que habitam essa zona..." (vide documento nº 2).

O Relatório da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais, relativo ao ano de 1918 (1919; 88)

afirma:"...os serviços de medição das terras do vale do rio Eme para a doação de uma colônia destinada aos Crenques que habitam aquelas paragens e mais algumas tribos que por acaso ali existam foram suspensos em fevereiro ..." (vide documento nº 3).

Ollian (1965) assim se refere aos "Crenques - tribo do bloco Botocudo: Até o ano de 1920 viviam em grande quantidade nas barras dos municípios de Aimorés, Resplendor e vizinhos".

b) Após a doação das terras?

Excetuando-se os dois momentos de transferência forçada, os Krenak sempre ocuparam a área que lhes foi reservada pelo governo de Minas Gerais, como podemos comprovar nos documentos abaixo referidos:

"Os Crenques têm o aldeamento em Minas Gerais entre as cidades de Resplendor e Lajão, à margem esquerda do rio Doce" (Abreu, 1926: 571).

"Atualmente, na confluência do rio Eme com o rio Doce (entre Cuieté e Aimorés) existe o Posto Indígena Guido Marlière, fundado pelo Serviço de Proteção aos Índios e destinado ao aldeamento dos selvagens Crenques que vagueiam nas florestas virgens desse grande rio, entre Minas Gerais e Espírito Santo" (Senna, 1927: 72).

No ano de 1939, os Krenak foram visitados pelo etnólogo Curt Nimuendajú que escreveu "Uber Die Botocudos", manuscrito inédito, que se encontra no Museu Nacional, Rio de Janeiro (Seki, 1986; Emmerich e Monserrat, 1975: 22).

Também no ano de 1943, os Krenak foram objeto de estudo do professor Rosário Farani Mansur Guerios, que escreveu "Botocudos do Rio Doce", manuscrito inédito (Seki, 1986: 12, dat).

Em 1945, o Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, Deocleciano de Souza Nene (1945, dat) protestava contra a distribuição espacial das casas dos índios (vide foto nº 3) por alegar que não deixava espaço para terem roças ou criatório.

O abaixo-assinado dos arrendatários da área Krenak, do ano de 1953 (dat), relata com grande veemência a expulsão e o esbulho

praticados pelos funcionários do Posto Indígena contra os índios, citando nominalmente Miguel e Alipio.

Ollian (1965: 245) afirma: "os últimos representantes dos Krenak estão agora refugiados numa aldeia situada em Minas Gerais entre Resplendor e Conselheiro Pena"...

O programa de trabalho de Posto Indígena Guido Marlière, para o ano de 1971, identifica e atesta a presença dos Krenak no aldeamento.

Consideramos que estes dados, selecionados a partir do critério de ser cada um de uma década, atesta que os Krenak viveram sempre na área doada, excetuando-se os momentos de transferêcia, como já nos referimos.

**4. COMO OS KRENAK OCUPAVAM AS TERRAS? PELA AGRICULTURA? PELA CAÇA?
PELA PESCA? PELA COLETA?**

Os Krenak, como os demais grupos semi nômades, exerciam uma agricultura incipiente, mas eram excelentes caçadores, pescadores e coletores. Esta resposta está melhor detalhada na questão 13 da autora.

5. OS ANCESTRAIS DOS KRENAK ERAM NÔMADAS?

Os Botocudo viviam em pequenos bandos nômades. Compunham-se de cinquenta a duzentas pessoas organizadas em famílias extensas. Definiam o seu território de caça e coleta e o defendiam com bastante determinação, sendo esta considerada a razão fundamental dos atritos entre os vários subgrupos Botocudo, destes com outros grupos indígenas da região e com os nacionais que se instalavam na área.

Sobre os Gut-Krak, Estigarribia (1934, dat) afirma: "são nômades", o que nos permite afirmar que os Krenak não eram exceção entre os Botocudo.

A imagem popular de nomadismo relaciona esta característica de alguns grupos indígenas com a não fixação em qualquer território. Isto, na verdade, não corresponde precisamente à realidade. Manizer (1915: 245) diz sobre o território Krenak: "les Krenaks vivent sur en territoire qu'ils regardent comme leur propriété inviolable. Se droit naturel est chez eux très développé, et leurs territoires sont séparés de ceux des autres groupes voisins par des limites naturelles, collines au montagnes, qu'ils respectent dans leurs chasses, au point de ne pas même accepter, quand localisés au Poste de Pancas, les produits de la chasse, tués à coups de fusil sur ce territoire, qu'ils ne considèrent pas comme le leur..."

A relação dos índios com seu território não se restringe à mera exploração econômica. A sua cosmologia, como ordenadora do Universo, tem seus pontos referenciais no território ocupado pela comunidade que a engendrou. Logo, a circulação faz-se num espaço definido, delimitado e reconhecido, pois a invasão do território de outro grupo implica guerras, sendo, por isso mesmo, evitada.

O deslocamento das aldeias faz-se, portanto, num espaço definido e deve-se a exigências da atividade econômica e a razões higiênicas.

Entre os grupos nômades, como é o caso, uma das atividades básicas é a coleta. A exploração sistemática da área em volta

da aldeia faz com que haja o esgotamento momentâneo dos recursos exigindo deslocamentos prolongados para a obtenção do alimento ou de matéria-prima para a confecção dos equipamentos usados pelo grupo. Se analisarmos sob o ângulo gasto X obtenção de energia, constatamos que grandes deslocamentos implicam um dispêndio de energia superior àquela que se obtém. É o momento, então, de mudar a aldeia para um ponto mais próximo de onde está a fonte alimentar. É, ainda, no caso das roças exploradas com uma tecnologia incipiente, momento de deixar que a terra descanse, para que volte a ser produtiva e possa vir a ser explorada futuramente.

Há momentos em que a atividade de caça e coleta é condicionada pela estação do ano, o que faz com que a caça migre para locais onde haja água abundante ou árvores produzindo frutos. As aldeias também podem ser deslocadas, acompanhando, portanto, a migração da caça.

As razões higiênicas que levam ao deslocamento das aldeias relacionam-se com o hábito de enterrarem os mortos nas casas, nos pátios ou arredores das aldeias. A exalação de ares pútridos em excesso, como resultado da decomposição dos cadáveres, fazem-nos optar pelo deslocamento.

6. QUAL O SENTIDO DA EXPRESSÃO "OCUPAÇÃO IMEMORIAL"?

Ocupação imemorial significa a existência de uma ocupação, por um povo, de um determinado território, a partir de um momento que não é possível ser precisado.

Gostaríamos de chamar a atenção para alguns aspectos que consideramos fundamentais à compreensão da questão: a inserção histórica dos grupos indígenas e o problema da posse entre as comunidades indígenas.

A inserção histórica dos grupos indígenas ocorre quando o território ocupado pelo grupo é atingido pela expansão da sociedade nacional. Com isto não estamos negando o caráter histórico destas sociedades no período pré-contacto. O que estamos afirmado é que a existência e a dinâmica social destes grupos não é conhecida, considerada ou inserida nas formulações históricas da sociedade dominante. Logo, não há registros históricos formais referentes ao período pré-contacto, o que, na maioria das vezes, inviabiliza um cálculo do período de ocupação de um território por um povo indígena. Há mecanismos de aferição como o registro de catástrofes naturais (enchentes, erupções vulcânicas, tremores de terra, grandes secas) que, sendo referidas nas tradições tribais e registradas pela nossa ciência, permite-nos fazer analogias e associações e, muitas vezes, até a identificação dos períodos referidos como marcos das histórias tribais. Porém não é o nosso caso.

Assim, só a partir das indicações sobre grupos indígenas, feitas por membros da sociedade dominante, é que se encontram referências datadas à presença de um grupo indígena numa área determinada. Porém isto não significa que o grupo só se tenha instalado ali a partir daquele momento. O que se sabe é que, a partir de uma data não definida, aquele grupo humano se instalou no território em apreço.

Uma outra forma de aferição do tempo de instalação do grupo no território é a elaboração de trabalhos arqueológicos, porém também esta alternativa não foi desenvolvida no território Krenak, restando-nos, apenas, como elementos identificadores de datas, os documentos produzidos pela sociedade nacional, que, neste caso es-

pecífico, recuam ao século XVI.

O outro ponto que gostaríamos de analisar é a questão da posse indígena. Esta não pode ser entendida nos termos do conceito de posse do Direito Civil, pois engloba "toda a área por eles habitada, utilizada para seu sustento e necessária à preservação de sua identidade cultural" (Djaci Falcão, 1988: 56). Vitor Nunes Leal (RE nº 44585, Rel Min Vitor Nunes, Referências da Súmula do STF, 1970, v. 25, pp 360/361) afirma: "se os índios, na data da Constituição Federal, ocupavam determinado território porque desse território tiravam seus recursos alimentícios, embora sem terem construções ou obras permanentes que testemunhassem posse de acordo com o nosso conceito, essa área, na qual e da qual viviam, era necessária à sua subsistência. Essa área, existente na data da Constituição Federal, é que se mandou respeitar. Se ela foi reduzida por lei posterior, se o Estado a diminuiu de dez mil hectares, amanhã a reduziria em outros dez, depois mais dez, e poderia acabar confinando os índios a um pequeno trato, até ao terreiro da aldeia, porque ali é que a 'posse' estaria materializada nas malocas".

Ismael Marinho Falcão (in Falcão, 1988: 58), ao analisar a Lei 6001, p. 65, tece as seguintes considerações: "a posse indígena ... é caracterizada pela ocupação efetiva da terra por parte do elemento silvícola ou indígena, ocupação que haverá de se comportar de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, vale dizer, não é apenas indígena a terra onde se encontrar edificada a casa, a maloca ou a taba indígena, como não é apenas indígena a terra onde se encontra a roça do índio. Não. A posse indígena é mais ampla, e terá que obedecer aos usos, costumes e tradições tribais,... e será de posse indígena toda a área que sirva ao índio ou ao grupo indígena para caça, para pesca, para coleta de frutos naturais, como aquela utilizada com roças, roçados, cemitérios, habitação, realização de cultos tribais, etc., hábitos que são índios e que, como tais, terão que ser conservados para preservação da subsistência do próprio grupo tribal.

A posse indígena, pois, em síntese, se exerce sobre toda a área necessária à realização não somente das atividades economicamente úteis ao grupo tribal, como sobre aquela que lhe é propícia à realização dos seus cultos religiosos".

Consideramos, portanto, que a posse imemorial indígena tem que ser pensada em termos particulares e diversos daqueles usados para a posse comum do Direito Civil. Não só em termos de datações que, muitas vezes, só é possível a partir das referências elaboradas por membros da sociedade nacional, como também em termos de definição da área a ser considerada. Esta não pode, como nos referimos acima, através das citações dos ilustres juristas, estar restrita às roças e às casas, mas deve englobar todo o seu território, definido a partir do seu uso econômico e também mítico.

Chamariamos, ainda, a atenção para o fato de que a terra indígena não é, como para os membros da nossa sociedade, uma mercadoria avaliada por preço de mercado, mas o seu território, elelemento básico e fundamental à reprodução biológica e social da comunidade, o seu elemento articulador da identidade étnica e sobrevivência de um povo.

7. OS INDIOS KRENAK, POJIXÁ OU OUTRAS TRIBOS OCUPAVAM IMEMORIALMENTE AS TERRAS QUE COMPREENDEM A REGIÃO ABRANGIDA PELOS 3.983 HA DE TERRA QUE O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS DOOU AOS INDIOS?

Sim. A documentação produzida pela sociedade nacional sobre os Krenak é bastante volumosa, se considerarmos as referências genéricas aos Botocudo, dos quais os Krenak são um subgrupo. Estas recuam ao século XVI, englobando o sul da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Na área do rio Doce, já há referências específicas aos Botocudo daquela região a partir do início do século XVII. As referências sobre o rio Doce intensificam-se no século XIX, com a ação colonizadora de Guido Marlière.

No fim do século XIX, há referências a grupos Botocudo na área compreendida entre Cuiabá e Aimorés (Natividade), é, no início deste século, a presença dos Krenak, agora já identificados e nominados, é constante, como se pode observar em outros trechos deste laudo. Logo, não temos qualquer dúvida ao afirmar que os Krenak, assim como os Pojixá, os Nakre-ehé e outros grupos (vide mapa nº 5) ocupam imemorialmente o vale do rio Doce, em geral, e a área em apreço, em particular.

8. APÓS A DOAÇÃO, OS ÍNDIOS OCUPAVAM TODA A EXTENSÃO DAS TERRAS DOADAS?

A ocupação da área deve ser compreendida no seu sentido amplo, não se restringindo apenas à existência de roças, como nos referimos na questão 6 da autora.

Porém, por uma questão de ordenamento lógico, vamos iniciar com as aldeias existentes:

1. Antiga Praia do Gata (Vital, 1918; Estigarribia, 1919 e 1920; Ribeiro, 1918; SPI, 1922; Jaguaribe, 1918; Caldas, 1918 a e b; Paula, 1945);
2. Antiga aldeia do Kijeme-Breke, às margens do rio Eme (Lobo, 1918; Vital, 1918; Estigarribia, 1918 e 1920);
3. Aldeia da Barra do Eme (Vital, 1918; Estigarribia, 1919 e 1920; Ribeiro, 1918; SPI, 1922; Jaguaribe, 1918; Caldas, 1918 a e b);
4. Aldeia a 6 Km da margem do rio Doce, mata adentro (Engenheiro do 2º Distrito de Terras, 1923, man);
5. Aldeia do Quati-Quati, às margens do rio Eme (Vital, 1918);
6. Aldeia do córrego do Vai e Volta (José Cecílio Damasceno, depoimento, 1989);
7. Aldeia do córrego do Cacau (Laurita Felix, depoimento, 1989);
8. Aldeia a 2 ou 4 Km do Posto Indígena (Ribeiro, 1918);
9. Roça nas três ilhas do rio Doce, confrontantes com a barra do Eme (Ma. Augusta Krenak, Laurita Felix, Sônia Krenak, depoimentos, 1989).

Como a agricultura era incipiente, as principais atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo eram a caça, a coleta e pesca, que se desenvolviam em todos os pontos de seu território, como o reconhecem alguns ocupantes nacionais (Lessa, Filho, Veitas, Silva, depoimentos, 1989).

Como melhor explicaremos na questão 10, a demarcação de 1918 só incluiu 2000 ha, que constam no Decreto de Doação de 1920, mas já previa a inclusão de mais 2000 ha. A justificativa para a ampliação da área foi apresentada por Mello Lima (1923, man) e

Estigarribia (1919) como sendo necessário incluir as outras aldeias, que não as do Eme e da Gata e, assim, garantir a circulação e sobrevivência dos Krenak. Tanto era verdadeiro e foi reconhecido como tal este argumento que, no ano de 1923, iniciou-se a marcação dos restantes 2000 ha em volta do Eme, em terras devolutas e desocupadas por nacionais (Melo Lima, 1923; Lobo, 1923; Espischit, 1927; Estigarribia, 1919 e 1920 a e b).

Só com a prática dos arrendamentos e a entrega das terras aos nacionais é que se deu o encerramento dos índios em áreas cada vez mais restritas. Também o desmatamento, implicando a destruição do ecossistema, reduziu as possibilidades das práticas de caça e coleta e restringiu a pesca no rio Doce.

9. ATRAVÉS DE DADOS HISTÓRICOS E/OU INFORMAÇÕES OBTIDAS DE PESSOAS QUE ALI VIVEM OU VIVERAM, É POSSÍVEL SABER-SE O NÚMERO DE ÍNDIOS EXISTENTES ALI NAQUELA ÉPOCA?

Após a doação, a primeira notícia que se tem é de 73 índios aldeados (Estigarribia, 1921) no ano de 1920. Porém consideramos significativo acrescentar os dados relativos a alguns anos anteriores:

- 1912 - 73 índios aldeados (Estigarribia, 1934);
1913 - 73 índios aldeados e 120 ainda não contactados do subgrupo liderado por Orimã (Estigarribia, 1914);
1914 - 70 aldeados (Relatório do Ministro da Agricultura de MG, 1914). Houve forte surto de varíola que reduziu a população;
1917 - 70 aldeados (Carvalho, 1917);
90 aldeados (Caldas, 1917 e Jaguaribe, 1917);
73 aldeados e mais 30 do subgrupo Krenak liderado por Ori mā (Lobo, 1917);
1918 - 65 aldeados (Simoens da Silva, 1918);
90 aldeados (Caldas, 1918, man);
1919 - 100 aldeados, contabilizando os pacificados do subgrupo Krenak chefiados por Krembuk.
Houve forte epidemia de sarampo.

10. ONDE SE SITUAVA O POSTO INDÍGENA GUIDO MARLIÈRE? HAVIA OUTROS POSTOS INDÍGENAS NA ÁREA DOADA?

O Posto Indígena Guido Marlière, assim denominado em 1921, pois antes era conhecido como Posto de Atração do Eme, foi localizado a duas léguas do último marco da medição (1918) e a 4 léguas da praia do Gata (Lobo, s/d). A localização do Posto seguiu os seguintes critérios:

- a) "Chegando a Colatina comecei a pôr em execução os planos que tenho para agir sobre os índios desta Inspetoria, quase todos nômades. Consiste no seguinte: organizar em lugar apropriado, não distante dos aldeamentos ou paragens mais frequentadas pelos índios e, tanto quanto possível, em situações intermediárias a tribos rivais, postos que servirão de base à ação pacífica, amigável e protetora sobre elas" (Estigarribia, 1920,dat);
- b) O aldeamento deveria ficar na área já demarcada em 1918, isto é, nos 2000 ha demarcados por Caldas (Estigarribia, 1919,dat);
- c) Não poderia ser numa das outras aldeias que não a do Eme porque não estavam às margens de córregos perenes (Estigarribia, 1919, dat; Vital, 1919);
- d) O fato de os índios terem dado preferência ao vale do Eme (Carvalho, 1917, dat) deveu-se a terem, ali, uma das suas aldeias (Jaguaribe, 1918, dat; Lima, 1923, man; Manizer, 1919; Caldas, 1918; Carvalho, 1917; Ollian, 1965; Estigarribia, 1934; Almeida, 1959; Estigarribia, 1920; Parecer da Diretoria da Agricultura, Terras e Colonização de 1917, man; Relatório da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais, 1919, dat).

Havia outro Posto Indígena dos "...Creniques que têm o aldeamento em Minas Gerais, à margem esquerda do rio Doce; a administração do posto indígena fica à margem direita, separada dos índios pelo rio..." (Abreu, 1929) (vide foto nº 15).

Posteriormente, não podemos precisar quando, a sede do Posto Indígena foi transferida para a praia do Gata (vide fotos nº 1 e 10).

11. OS ÍNDIOS VIVIAM AGRUPADOS, ESTACIONARIAMENTE, EM TORNO DO POSTO GUIDO MARLIÈRE?

Até 1923, os índios viviam nos seus aldeamentos, mantendo contacto constante com a sede do Posto Indígena, vivendo em estado de seminomadismo (Ofício do Engenheiro do 2º Distrito de Terras, 1923, man), plantando roças, caçando e pescando. Na questão nº 8 da autora, onde indicamos a localização das aldeias, se pode constatar que estas estavam na área demarcada posteriormente.

Em 1923, quando ocorre o massacre do Kijeme-Breke, os índios, assustados, recolheram-se na aldeia da beira do Eme, a escolhida anteriormente pelo Capitão Muin (Estigarribia, 1920, dat; 1923, dat).

Continuaram, entretanto, a caçar, pescar e coletar nas matas da área reservada.

O respeito à permanência dos índios nas suas aldeias visava, segundo Estigarribia (1919, dat), resguardá-los dos contactos indiscriminados com a população de Resplendor, evitando, assim, a contaminação física e social e a continuidade dos conflitos. Eram feitas visitas às aldeias, e deixou-se a critério dos Krenak a decisão de fixarem-se no aldeamento levantado pelo SPI.

12. ONDE OS ÍNDIOS ENTERRAVAM OS SEUS MORTOS?

- a) Há vestígios deste ou destes cemitérios ainda hoje?
- b) Se possível a sua localização, favor descrever o lugar e mapeá-lo.

A morte era tratada com respeito, embora sobre seus rituais haja grande discrepância entre as fontes consultadas. Talvez pudéssemos explicar essa diversidade de informações pelos constantes deslocamentos e consequentes intercâmbios mantidos entre os vários grupos com outras tribos ou, ainda, pelos estágios diferenciados de contacto com a sociedade envolvente, que os levaria à perda de alguns elementos essenciais da sua cultura e organização social. Outro fator explicativo para as diferenças constatadas é a simplificação de suas práticas culturais por parte de alguns bando devido às perseguições sofridas, o que teria intensificado a sua mobilidade.

Para Saint-Hilaire, os enterros se processavam no mato. O defunto era enterrado numa posição que se assemelhava à de sentar-se. Segundo o autor, os joelhos ficariam de fora da cova, tal a preocupação que presidia o enterramento. Sobre o túmulo constituíam uma espécie de pálio, com troncos de palmeira fincados nas quatro extremidades e recobertos com galhos de palmeiras. Enfeitavam o pálio com penas de aves e peles de animais, depois de feita a limpeza do local.

Para Wied-Neuwied (1958: 318/9), os enterros eram feitos na maloca ou em suas proximidades, implicando, posteriormente, o abandono do local. Noutra modalidade descrita pelo mesmo autor, as mãos eram amarradas; o defunto, enterrado em posição horizontal, e nenhuma oferta acompanhava o corpo. Mas os grupos do rio Doce realizavam oferendas de alimentos e pertences. Afirma, ainda, haver encontrado formas diferenciadas de marcar o local do túmulo. Segundo ele, o pálio de folhas de palmeiras era prerrogativa dos chefes e de pessoas influentes da comunidade. Para os demais membros, o que se fazia era a marcação com "bastões curtos e grossos ou pedaços roliços de pau, iguais em comprimento e dispostos uns juntinhos dos outros". Refere-se, ainda, a um sinal de luto: o

corte de cabelos das mulheres.

Para Manizer (in Metraux in Steward, 1963, vol. I:537) os Botocudo simplesmente abandonavam os corpos de seus mortos na floresta ou nas cabanas com alguns pertences. Convém destacar que os dados de Manizer referem-se especificamente aos Krenak de Resplendor, que ele visitou em 1914.

Estigarribia (1921: 16) afirma que os Krenak, não fugindo aos padrões tradicionais de seu grupo, enterravam seus mortos com alimentos ao lado e em cima da cova, que era coberta com um rancho. Acendiam pequena fogueira para aquecer o cadáver.

Ouvimos referências exatas a este tipo de enterro entre os Krenak ao se referirem ao funeral do Capitão Krenak. Segundo Sônia Krenak e Laurita Felix, seus avós, durante muito tempo, continuaram a acender a fogueira e levar alimentos para o capitão, até que o seu corpo "desapareceu", ficou encantado e foi morar no sétimo salão, sob forma de onça, no conjunto de grutas, conhecido na região como Sete Salões (Sônia Krenak e Laurita Felix, depoimentos, 1989).

Embora não sejamos arqueólogos, profissionais especialistas neste tipo de questão, podemos afirmar que este tipo de enterro em regiões como a que estamos analisando não é propício à manutenção por muitos anos de ossos que permitam análises e datações.

Inúmeros fatores de ordem natural interferem no processo de conservação de ossos ou na possibilidade de se fossilizarem. A umidade em áreas cobertas de florestas e com alto grau de precipitação pluviométrica, como é o caso; a exposição do terreno às chuvas ou às águas de rios e córregos, bastante comuns na região; enterramentos superficiais, que permitem aos animais predadores desenterrar os corpos e espalhar os ossos, dificultam a permanência dos ossos em locais específicos de enterro. Fatores culturais, como transformação de áreas com cobertura florestal em zonas de plantio, que exigem revolver a terra, também determinam a perda dos ossos.

As áreas dos antigos aldeamentos onde viviam os Krenak, dentro da Reserva, hoje estão ocupadas por pastos e plantações, o que

fez com estes cemitérios se perdessem.

Tivemos notícias do afloramento de ossos em algumas roças, como em Angico, mas que não foram reservados e cuidados, assim como na praia do Gata, quando da enchente do rio Doce em 1978, que também não foram cuidados ou analisados (Maria Augusta, Basílio, Laurita, depoimentos, 1989).

O único cemitério conhecido na área Krenak fica entre o córrego Sempre - Verde e o Eme, nas terras ocupadas pelo fazendeiro Balbino Lacerda, numa pequena elevação, frontal ao rio Doce no ponto onde ficam as três ilhas (vide foto nº 14 e mapa nº 1).

No entanto este cemitério é recente, tendo sido implantado nos moldes tradicionais dos regionais. Estão enterrados ali: Henrique, irmão de Maria Sonia; Augusto e um filho; Sebastiana, mãe de Laurita; Humberto; Jonas; Jovença; um filho de Eva e outro de José Alfredo de Oliveira (Nego) (Laurita e Lessa, depoimentos, 1989).

13. QUAIS AS ATIVIDADES EM QUE OS ÍNDIOS SE EMPENHAVAM PARA A SUA SOBREVIVÊNCIA?

Suas atividades de subsistência eram a caça, a coleta e a pesca. A maioria da documentação aponta que a agricultura foi atividade adquirida após o contacto com os colonizadores, como resultado imposto pelas tentativas de sedentarização do grupo e de sua inserção no sistema produtivo. Esta visão, entretanto, pode ser parcial, o que não excluiria a possibilidade de o grupo apresentar, na fase pré-contacto, uma agricultura incipiente, que se teria desarticulado, posteriormente, com as pressões sofridas pela posse de seus territórios. É possível afirmar que os Krenak, assim como outros grupos Botocudo, não teriam apreendido as técnicas agrícolas com os colonizadores, mas as teriam reintroduzido após terem sido aldeados, inclusive com novos padrões, mais adequados às propostas da nova economia.

Descrevendo um dos aldeamentos dos Krenak, o Kijeme - Brek (aldeia bonita), no rio Eme, em 1918, o engenheiro Raimundo Vital, do Serviço de Proteção aos Índios, afirma ser a residência comunitária cercada de área frondosa com clareiras parecidas com canaviais.

A imposição da agricultura como prática econômica mais importante relacionava-se com a oposição ao nomadismo, que não se coadunava com a proposta de aldear para liberar terras para instalação de rotas de comércio, fazendas ou roças de nacionais. Era preciso, dentro do quadro estabelecido para a ocupação econômica da área, localizar os grupos indígenas em áreas definidas e restritas, garantindo as demais para a implantação das atividades planejadas pelos mentores da política econômica do país. Uma das condições para a viabilidade dos aldeamentos era que os índios fossem capazes de garantir sua auto-suficiência, produzindo alimentos em curto espaço de tempo e comercializando os excedentes de produção. Para isso, era preciso que os índios iniciassem os trabalhos de agricultura logo que se tornassem, compulsoriamente, sedentários.

Nos aldeamentos botocudos cultivava-se mandioca, batata-doce, banana, milho, feijão, cará, etc. No entanto, constantemente, abandonavam as roças e fugiam para as matas, onde voltavam a

praticar a caça e coleta. Entre os Krenak, este tipo de situação, que parecia ser bastante comum, é registrada pelo menos em dois momentos: um, quando o intérprete Joaquim Cristino é afastado da área (SPI, 1917, dat), e outro, quando houve o desentendimento entre o grupo liderado pelo Cap Muhin e o liderado por Kenbruk (Estigarribia, 1920, dat). Todas as fontes consultadas, relativas tanto ao século XIX quanto ao século XX e aos Krenak, referem-se a que os índios pareciam sempre famintos e que se ofereciam para qualquer tipo de trabalho, em troca de um prato de comida, ou que sempre pediam presentes, comida e "GRIN-GRIN" (dinheiro) a quem os visitasse (Wied-Nuewied, 1958: 233/4; Jaguaribe, 1917, dat; Jaguaribe, 1918, dat; Estigarribia, 1917, dat).

O trabalho agrícola era executado segundo o princípio da divisão de trabalho por sexo: os homens faziam as derrubadas, preparavam a terra e plantavam, enquanto as mulheres participavam do plantio e da colheita.

A coleta processava-se de forma mais proveitosa no período da seca, quando abandonavam os acampamentos situados às margens dos rios e se internavam nas matas. Era atividade exercida pelas mulheres. A riqueza alimentar era grande e a variedade de frutas coletadas era significativa. Os mais importantes elementos da coleta eram: côco, palmito, ingá, feijão-do-mato, maracujá, araçá, jabuticaba, imbu, pitanga, sapucaia, genipapo, canção, abacaxi, cará, pitomba, jatobá, cupá e mamão.

Do reino animal, coletavam larvas de madeira e insetos, principalmente a tanajura, que eram assados antes de serem consumidos. O mel e a cera das abelhas obrigavam-nos a subirem em árvores altas, de onde tentavam retirar integralmente o ninho. O mel, misturado com água dentro de potes feitos de bambu, era bebida muito apreciada.

A caça constituía-se numa das atividades mais importantes na vida econômica dos Botocudo, sendo exercida pelos homens, conjuntamente. Quando o produto abundava, o consumo se fazia comunitariamente, com a participação de todos os membros da comunidade.

Os Botocudo eram considerados hábeis caçadores, com extraordinária capacidade de uso do arco e flecha, resultante do efetivo treinamento da acuidade visual e auditiva. Imitavam com perfeição

ção os sons e ruídos dos animais, o que funcionava como chamariz para a caça.

Sua capacidade de deslocamento era grande, pois se alimentavam do que encontrassem e não dependiam da existência de rios ou córregos para beber, pois sabiam como retirar água de taquaraçus e bromélias. À noite, faziam fogueiras junto aos locais de dormir para se aquecerem e espantarem os animais de maior porte. Para se defenderem das picadas dos insetos, usavam óleos odoríferos.

A caça de animais maiores se processava com o flechamento simultâneo do animal pelos participantes da caçada. Com esta técnica, conseguiam o esgotamento da presa pelo sangramento. Os animais preferidos para o consumo eram os macacos e as antas, das quais aproveitavam tudo, menos os ossos e o couro. A partir do contacto com o SPI e outros membros da sociedade nacional, o cão foi introduzido nas caçadas.

Os territórios de caça e coleta tinha seus limites definidos pelo chefe do grupo. Sérios atritos decorriam da invasão desses territórios por outro grupo.

Matas para caçar e coletar nunca faltaram aos Krenak antes do seu habitat ser devassado. Isto pode ser observado na foto nº 4 nos anexos deste laudo e nos textos de Caldas (1917, manj) e Jaguaribe (1917, dat).

A pesca também era uma atividade masculina. O método usado era o de flechamento, usando-se também o cipó-timbó para o envenenamento dos peixes. A introdução de anzóis ocorreu com o contacto, sendo bastante apreciados pelos Botocudo. As flechas usadas na pescaria não tinham emplumação (Wied-Neuwied, 1958; Metraux in Steward, V, 1963; Saint-Hilaire, 1938; Loukotka, 1931).

14. QUE ARMAS OS ÍNDIOS USAVAM PARA CAÇAR?

As armas de todos os grupos Botocudo tornaram-se famosas por serem possantes e pela sua resistência. A perícia com que eram usadas e a rapidez nos disparos sucessivos das flechas faziam-nos guerreiros temidos pelos colonos e pelos outros índios.

O tamanho dos arcos era considerado, desde o século XVI, como exageradamente grande. Sua altura parecia variar entre 1,50m e 2,10m, e eram feitos de madeiras elásticas e fortes, como a palmeira airi e o pau-d'arco. O lenho desta última árvore é branco, com cerne amarelo, que se torna avermelhado quando trabalhado. O da airi é de cor parda.

A sua empunhadura caracterizava-se por ser mais larga que os respectivos segmentos. O esforço exigido no uso de um arco de tais dimensões era grande. Os Botocudo usavam cordões feitos de embira ou caraguatá enrolados no pulso esquerdo, para protegê-lo do impacto da corda. Depois da introdução dos produtos "civilizados", estes cordões foram substituídos por linhas de pesca, o que permitia o seu uso para caça e pesca.

A corda do arco, feita de cipó-imbé ou caraguatá, era torcida e media de 3 a 4 mm. Nas extremidades, principalmente se pertenciam aos chefes dos grupos, os arcos apresentavam tufo de plumas coloridas presas com cera da terra (Loukotka, 1931; Saint-Hilaire, 1938; Metraux in Steward, 1963, vol. I; Wied-Neuwied, 1958; Lowie in Steward, 1963, vol. I).

As flechas eram feitas de ubá ou canajuba, que se caracterizam por serem caniços sem nós. A emplumação era feita com penas de mutum, jacutinga, jacupemba e arara, dispostas longitudinalmente e amarradas com a casca de cipó-imbé. Segundo as ilustrações de Wied-Neuwied (1958, estampa 21), essa emplumação é classificável como do tipo "Brasil Oriental", tendo ataduras cerradas nas duas extremidades e agrupadas com intervalos na parte mediana, mantendo as penas na sua forma natural (Lowie in Steward, 1963, vol. I; Chiara in Ribeiro, 1986).

Havia três tipos de pontas mais comuns: o primeiro, destinado à guerra e à caça de animais de grande porte, era feito de

taquaraçu, tostada para que se tornasse mais resistente . A ponta era entalhada e raspada, de forma a se tornar lanceolada, cortante e afiada. Produzia graves ferimentos e hemorragias violentas, com o sangue se esvaindo pela parte côncava da ponta, aproveitando a própria conformação da taquaraçu.

A ponta farpada era feita do mesmo material do arco - palmeira airi ou pau-d'arco-e caracterizava-se por apresentar dez ou doze entalhes dirigidos para trás, formando as farpas. Era também destinada à caça de grandes animais e à guerra. Provocava profundos ferimentos e era difícil de ser retirada, pois causava, na sua saída, sérios estragos nos tecidos penetrados. A técnica utilizada para ser deslocada com menor dano era fazer com que penetrasse totalmente para, então, poder quebrar-se a ponta e retirar-se a haste.

O terceiro tipo de ponta era destinado à caça de animais pequenos. Era feito a partir de galhos retos com um nó, de modo a obter a forma de roseta, ao invés de ser pontiagudo. O seu efeito era determinado pelo impacto que provocava ao bater no animal.

Para obter maior resistência nas flechas destinadas à guerra e à caça de grande porte, os índios untavam-nas de cera e passavam-nas pelo fogo. Usavam o mesmo processo com os arcos. Mas não tinham o costume de envenenar as pontas de flechas com qualquer substância.

As crianças aprendiam desde cedo a atirar com perfeição. Gastavam muitas horas em exercícios coletivos, com grande incentivo paterno. Com a idade de quatorze a quinze anos, já estavam habilitadas a participar das caçadas.

O disparo da flecha era sempre feito pelo lado esquerdo do arco. Seguravam-no com o indicador da mão esquerda, enquanto a corda era distendida com os dois primeiros dedos da mão direita. A posição do arco era sempre vertical. A linha de visada acompanhava a flecha, cujo peso devia ser o mesmo em cada um dos seus componentes. A flecha devia ser absolutamente reta, ficando as penas da extremidade proximal no mesmo plano da taquara da ponta. Devido ao tamanho, os Botocudo carregavam poucas flechas consigo (vide fotos nº 16,17 e 18).

Outro tipo de arma que usavam eram pontiagudas estrepes de bambu, que provocavam ferimentos graves nos perseguidores dis traídos que penetrassem nas matas (Metraux in Steward, 1963, vol. I; Wied-Neuwied, 1958; Lowie in Steward, 1963, vol. I; Loukotka, 1931).

Na atualidade, os Krenak não mais seguem os padrões tradicionais de sua cultura, não só devido ao processo de deculturação que sofreram ao longo destes anos de contacto, mas também devido às constantes transferências traumáticas de habitat, à alta taxa de mortalidade que desorganizou o processo de reprodução social do grupo, e, principalmente, à inexistência de matéria-prima no pequeno espaço a que foram confinados, o que não lhes permite a continuidade da produção de suas armas tradicionais. Não há na área ocupada pelos índios, qualquer árvore daquelas usadas tradicionalmente, e nem mesmo as canas para as flechas estão acessíveis, pois, embora ainda existam nas margens do rio Doce, estão em terrenos ocupados pelos fazendeiros.

Que os Krenak usavam estas armas tradicionais de seu grupo, não temos dúvidas, pelas notícias de ataques e o medo que a sua presença nas matas de Resplendor provocava nos construtores da Estrada de Ferro Vitória-Minas, nos trabalhadores responsáveis pela medição da área a ser doada pelo governo de Minas Gerais e em outros pretensos invasores da área: "Alguns brancos haviam tentado estabelecer-se na região, mas tiveram que retirar-se em face das perigosas arremetidas dos Botocudos, que assim procuravam vigar-se da guerra movida contra eles pelas autoridades de Minas Gerais" (Ollian, 1958: 200, ao referir-se ao verbete Resplendor).

"Assim, pois, chegando o pessoal da turma amedrontado aqui com o agrimensor, procurei ver se elles voltavão ao serviço por meio de conselhos, accordo nada conseguindo o que finalmente disse-me o agrimensor que só voltaria se o língua Joaquim Cristino fosse demitido do seu lugar de língua ou intérprete que ocupa entre os índios e fosse nomeado um outro ou então o governo lhe desse 15 praças que junto ao pessoal da turma fariam 21 homens perfeitamente armados e com todas as garantias do governo para poder receber qualquer agressão por parte dos índios" (Jaguaribe, 12/02/1918, dat.).

"O Serviço de Proteção aos Índios tenta impedir o ataque dos índios como revide dos sofridos no rio Doce" (Estigarribia, 1920, dat).

Abreu (1929: 588) assim registra a mudança social entre os Krenak no tocante às armas: "Os índios Crenaques, fazem atualmente, pouco uso de armas. Não necessitam delas para a manutenção da vida; são agricultores sob a proteção do Governo Federal e só as utilizam para o desporto da caça. Caçam muito pelo antigo hábito, mas já não gostam dos arcos e flechas, preferem as armas de fogo. Nenhum possui revólver que é arma proibida no Posto, e, por isso mesmo constitui um objeto de grande cobiça para o índio. Arcos e flechas não são mais armas de uso, são peças fabricadas com o objetivo único de vendê-las aos colecionadores de artefatos indígenas".

15. QUE ARMAS OS ÍNDIOS USAVAM PARA PESCAR?

A pesca era uma atividade masculina. O método usado era o flechamento, usando-se também o cipó-timbó para o envenenamento dos peixes. A introdução dos anzóis ocorreu com o contacto, sendo bastante apreciados pelos índios. As flechas usadas nas pescarias não tinham emplumação (Nied-Neuwied, 1958; Metraux in Steward, vol. I, 1963; Saint-Hilaire, 1938; Loukotka, 1931).

16. QUE MEIOS USAVAM PARA COLETAR OS FRUTOS SILVESTRES?

A coleta processava-se de forma mais proveitosa no período da seca, quando os índios abandonavam os acampamentos situados às margens dos rios e se internavam nas matas. Era atividade exercida pelas mulheres. A riqueza alimentar era grande e a variedade de frutas coletadas era significativa. Os mais importantes elementos de coleta eram: coco (Caret), palmito, feijão-do-mato, araticum, araçá, jabuticaba, imbu, pitanga, supucaia, genipapo, cansanção, abacaxi, cará (amon), pitomba, jatobá, cupá, hunhapé, notchau, mamão (krat).

Do reino animal, coletavam larvas de madeira e insetos, principalmente a tanajura, que era assada antes de ser consumida. O mel e a cera das abelhas obrigava-os a subirem em árvores altas, de onde tentavam retirar integralmente o ninho. O mel, misturado com água dentro de potes feitos de talos de bambu, era bebida muito apreciada (Wied-Neuwied, 1958; Metraux in Steward, vol.I, 1963; Saint-Hilaire, 1938; Loukotka, 1931).

Além dos alimentos, também eram coletadas as ervas usadas na medicina tradicional do grupo: o cansanção, urtiga, macaíê, curatam, arnica, fedegoso, capim-de-pinto, sementes de pau-ferro (Laurita Felix, Sônia Krenak, Paula da Glória, depoimentos, 1989), talos de bambu, determinados espinhos, etc. Coletavam material necessário à confecção das armas dos abrigos, dos adereços e enfeites e as tintas necessárias à pintura corporal, que, entre eles, era bastante elaborada, além das fibras usadas na elaboração das bolsas, da cerâmica para os potes e apetrechos de cozinha e madeira da barriguda, para confecção dos botoques auriculares e labiais que usavam e que deram origem à denominação Botocudo (vide fotos nº 19 e 20).

A coleta processava-se com o deslocamento dos índios pelo seu território, que era claramente definido e respeitado pelos demais grupos indígenas limítrofes, em busca dos pontos em que encontravam a matéria-prima. Era um trabalho realizado por todos os membros da comunidade e que exigia grande conhecimento espacial e do ciclo produtivo da flora.

17. PRATICAVAM O ARTESANATO? USAVAM-NO? VENDIAM-NO?

Artesanato - a técnica, o tirocínio ou a arte do artesão.

Artesão - indivíduo que exerce por conta própria uma arte, um ofício manual (Buarque de Holanda, Aurélio - Novo Dicionário Aurélio, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975: 142).

Entendido no sentido de produto elaborado manualmente, poderíamos afirmar que todo o material de uso dos índios Krenak é artesanato. E, como sabemos que as populações indígenas não mantêm relações comerciais até que estabeleçam contacto com a sociedade nacional, podemos ainda afirmar que os objetos produzidos destinavam-se, originalmente, apenas ao uso do indivíduo que os produzia. Só posteriormente, ao serem compulsoriamente inseridos no mercado nacional, é que passaram a produzir para a venda, o que continuam a fazer, ainda que de forma incipiente.

Poderíamos identificar como sendo artesanato elaborado pelos Botocudo, em geral, e os Krenak, em particular, suas armas (arcos, flechas, estreipes de bambu), seus abrigos, potes cerâmicos de cor cinzenta, cabaças, recipientes para água feitos de talo de bambu, pequenos sacos trançados de folhas de bromélia ou embira, tintas coloridas para os sacos e para a pintura do corpo, entrecasca de pau-estopa para forrar os catres onde dormiam (aliás ainda usados em algumas casas indígenas), machados de pedra e adereços (estojos penianos, botoques labiais e auriculares, cocares, faixas para as pernas e braços, colares).

Ollian (1965) afirma que os Krenak vendiam arcos, flechas, mantas e jarros a nacionais. Com o resultado da venda, compravam farinha, rapadura e carne seca.

Consideramos revelador para a compreensão do processo de transformação por que passa o artesanato dos grupos indígenas, a pôs o contacto e a incorporação do povo Krenak à economia de mercado, este trecho de Ribeiro (1970: 532) "Só quem viveu numa aldeia indígena isolada pode avaliar a importância que os índios atribuem ao virtuosismo técnico, o orgulho com que exibem suas

obras-primas, que afinal constituem toda a sua riqueza e a fonte do alto prestígio que desfrutam seus melhores artífices. A atitude de desprezo do civilizado diante dessa indústria, tida como "coisa de bugre", sua curiosidade leiga, incapaz de apreciar a mensagem artística que contém, e a retribuição irrisória que lhe dão quando objeto de troca, quebra um dos valores fundamentais da cultura indígena. Depois disso, é difícil conseguir do índio vontade de perfeição em qualquer outra tarefa...

Alguns desses elementos, entretanto, conservam-se por seu valor de troca, passando a representar uma fonte de renda... Quando os índios são colocados em contacto com correntes de turismo ou têm oportunidade de conviver com camadas da população mais capazes de apreciar sua arte, ainda que como exotismo, todas essas peças artesanais passam a insuflar seu orgulho e podem, por isto, sobreviver. Não obstante, também essa receptividade degrada a arte indígena, afeiçoando-a ao gosto do civilizado e industrializando-a".

Outro fator que explica a decadência econômica é a perda dos espaços onde obtinham a matéria-prima, seja pela derrubada da mata, seja pelo fato de a área estar sob controle de fazendeiros. No caso Krenak, ambos os fatores fizeram-se presentes, agravados pela violência da sua relação com a sociedade nacional e consequentes interrupções do processo de socialização nos dois momentos de transferência.

Os Krenak, até serem transferidos para a Fazenda Guarani, confeccionavam, para uso e venda, panelas de barro. Hoje o barro se encontra na área ocupada por Balbino Lacerda (Ma. Augusta, depoimento, 1989).

O artesanato Krenak reduz-se hoje a arcos, flechas e colares, estes ainda usando as contas tradicionais. As crianças contribuem para a renda familiar confeccionando colares e pulseiras para venda e uso. Os arcos e as flechas só podem ser confeccionados quando o fazendeiro José Afrânio Starling lhes dá acesso a um trecho de sua roça nas margens do rio Eme, onde ainda encontram pequenas taquaras e pendões de ubá, além de madeira adequada (Starling, Bibiano Xerente, depoimentos, 1989).

Tudo o que depende de elementos da fauna e flora para sua confecção está inviabilizado por absoluta ausência de tais elementos na pequena área que hoje ocupam. Impossibilitada a confecção, consequentemente fica impossibilitado até mesmo o processo de transmissão cultural às novas gerações.

18. QUAIS AS EMBARCAÇÕES QUE OS ÍNDIOS USAVAM PARA NAVEGAR, PESCAR NO RIO DOCE, NOS CÓRREGOS AFLUENTES?

Embora sejam considerados excelentes canoeiros e se dedicarem, em muitas regiões, a tal atividade, parece que a introdução da canoa somente foi feita após o seu aldeamento. Aliás, nenhum grupo Botocudo era tradicionalmente canoeiro. Manizer (1915: 245) afirma: "Il y a une vingtaine d'années à peu près, ces indiens n'osaient traverser le fleuve et comme ils ne savaient pas encore diriger un canot, ils attiraient l'attention par leurs cris de l'autre rive, implorant quelques aliments".

A justificativa encontrada nas fontes para a inexistência de canoas antes do contacto é a predominância, nas áreas em que viviam, de rios de difícil navegação. Para a ultrapassagem dos rios, usavam pontes pênsveis, construídas com dois cipós paralelos e sobrepostos. O inferior servia de piso, enquanto o superior, de corrimão.

Na área, especificamente, apenas o rio Doce e o Eme, em determinados trechos e em momentos de cheia, poderiam exigir embarcações para navegar ou pescar. Porém o fato de o trecho que sempre ocuparam ser cheio de pedras que afloram permitia que a pesca e a passagem a vau do rio Doce se processasse sem embarcações. Também o rio Eme permite em quase toda a sua extensão ser atravessado a vau.

19. QUAIS OS CÓRREGOS MENCIONADOS NA INICIAL QUE DESAGUAM NO RIO DOCE?

Os córregos que desaguam no rio Doce são, seguindo no sentido W-E, o da Gata, o do Cacau, o Penedo e o Eme. O da Gata tem como afluente o Vai e Volta; o do Cacau recebe o córrego Sem pre-Verde; são confluentes do Eme os córregos Badroca, Ouro, Laranjeiras, Pedras e Boa Sorte.

20. OS ÍNDIOS KRENAK E SEUS ANCESTRAIS NAVEGAVAM NESSES CÓRREGOS?

Os referidos córregos não dispõem de profundidade e volume de água suficiente que exijam ou permitam a navegação.

a) Pescavam neles?

Pescavam surubim, cascudo, curimatã, bagre, traíra, lambári. Manizer (1918: 245) afirmava: "Gut-Krak, Nakre-ehé, Nak-nanuks chassent rarement et préfèrent la pêche".

b) Caçavam às suas margens?

Embora não disponhamos de qualquer documento que se refira especificamente a essa prática, podemos supor que sim, pois é comum as populações indígenas aguardarem a caça junto à aguadas.

c) Quais as caças (animais ou pássaros) que caçavam?

Capivara, veado, caititu, queixada, tatu, jaboti, cágado, quati, tamanduá, ouriço-caxeiro (curék), tanajuras, larvas de madeira, macucu, nhambú, pato selvagem, marreco, saracura, jaó, jacu, jacutinga, arara, papagaio e alguns tipos de gavião e coruja (Wied-Neuwied, 1958; Saint-Hilaire, 1936; Spix e Martius, 1976; Ma. Sonia Krenak, Laurita Felix, depoimentos; Souza, depoimento, 1989).

21. OS ÍNDIOS PLANTAVAM ÀS MARGENS DO RIO DOCE, DOS CÓRREGOS? O QUE CULTIVAVAM?

Como já nos referimos na questão 13 da autora, os grupos Botocudo tinham, no momento do contacto, agricultura incipiente. Desconhecemos se esta era uma característica imemorial do grupo ou se era decorrência das constantes perseguições que sofreram a partir do momento da penetração dos nacionais em seu habitat tradicional, o que acentuou o seu nomadismo.

Nas aldeias plantava-se, normalmente, mandioca, batata-doce, banana, milho, feijão, cará e abóbora.

Os aldeamentos noticiados sempre se localizavam às margens de córregos: o da Gata e os do Eme (Vital, 1918; Estigarribia, 1919 e 1920; Ribeiro, 1918; SPI, 1922; Jaguaribe, 1918; Caldas, 1918 a e b), o que nos faz supor que as pequenas roças que abriam eram sempre às margens dos córregos e, no caso de um deles, na confluência do Eme com o Doce: "em frente à barra do rio Eme, na margem direita do rio Doce... logo tratamo-nos de pôr em relação com os índios da tribo Krenak que habitam esta zona, levando para estes iguarias para melhor catequizar as suas amizades. Em uma canoa, acompanhado de Olimpio Freitas Caldas, Francisco Alencar e mais o pessoal da turma, atravessamos o rio Doce em demanda do Kijeme dos Krenak e lá estivemos umas duas horas rodeados por eles com as mãos levantadas em forma de pedir" (Jaguaribe, 12/02/1918, dat).

Há referências, ainda, às seguintes roças: 1. nas três ilhas - numa delas ficou Joaquim Grande quando da transferência para o PI Maxacalis (Ma. Augusta, Laurita e Sonia, depoimentos, 1989); 2. no córrego do Cacau (Laurita, onde ela nasceu, depoimento, 1989); 3. no córrego do Vai e Volta (José Cecílio Damasceno, depoimento, 1989); 4. na área compreendida entre o córrego da Gata e do Cacau (Laurita, depoimento, 1989).

Abreu, que os estudou, afirma (1929: 572): "em quase toda a margem do rio Doce, a natureza já vai sendo modificada pela atividade humana, no terreno dos índios parte da encosta do morro já foi desnudada, ficando tão-somente troncos de carvão a denunciar

outrora a existência da mata pujante..., utilizou-se o fogo como instrumento agrícola... o índio cultiva a terra desbravada pelo fogo sem cuidar de remover os tocos; desde que se possa andar no terreno, pouco importa que haja troncos carbonizados... e, assim, entre rocinhas mal cuidadas, a mata e as águas barrentas do rio Doce, vivem os Crenaques de uma agricultura incipiente e só praticada pelo estímulo do elemento protetor".

22. OS HISTORIADORES, EM ESPECIAL OS MENCIONADOS A FLS. X DA PETIÇÃO INICIAL, DÃO NOTÍCIA DA EXISTÊNCIA DESSES ÍNDIOS OCUPANDO AQUELAS TERRAS DESDE QUANDO?

a) De que modo, narram eles, os índios ocupavam a terra?

Gabriel Soares de Souza - cronista seiscentista - teve coñhecimento dos grupos Aimoré, Kren ou Botocudo já no século XVI nas capitâncias de Ilhéus e Porto Seguro, onde os portugueses tentavam escravizá-los para substituir os Tupinikin que haviam sido massacrados por Mem de Sá e dizimados por epidemia de varíola em 1560. O conhecimento dos portugueses quase só se restringia a essa área porque era nela que se estavam estabelecendo as incipientes povoações. Ele afirma que os Botocudo eram nômades e não construíam abrigos definitivos e de grande porte.

Walter Garke visitou os Krenak em 1909, tendo feito cobertura fotográfica sobre o grupo. Tivemos acesso aos negativos da coleção de Garke no Arquivo Público do Espírito Santo e acrescentamos algumas das fotos (nº 16, 17, 18 e 20) no anexo deste laudo.

Ihering e Silva visitaram os Krenak no período em que o Serviço de Proteção aos Índios tentava aldeá-los, antes de o governo do Estado de Minas Gerais criar a Reserva. O trabalho de Silva serviu, inclusive, de base para a definição da área que seria reservada através de doação pelo governo mineiro.

Estigarribia era funcionário do Serviço de Proteção aos Índios e acompanhou e dirigiu todo o processo de atração, pacificação, aldeamento, criação e implantação da Reserva dos Krenak. Escreveu inúmeros relatórios detalhados que foram usados e são citados neste laudo.

Abreu visitou o grupo logo após o seu aldeamento. Fez de talhado estudo etnográfico do grupo, destacando, principalmente, a área ocupada pela tribo e sua organização político-social.

Nimuendajú - famoso etnógrafo alemão que realizou todo o seu trabalho no Brasil. Visitou os Krenak na década de 30, tendo

feito detalhado estudo em termos de sua organização social.

Emmerich e Monserrat são linguistas renomados, tendo feito análises da língua falada pelos Botocudo, concentrando parte do seu trabalho entre os Krenak.

Todos os autores afirmam serem os Krenak um grupo nômade, vivendo basicamente de caça, coleta, pesca e agricultura incipiente. Afirmam e reconhecem, entretanto, que tinham consciência do seu território e que viviam circulando na área que lhes foi reservada pelo governo mineiro.

Todos eles reconhecem, também, a ocupação imemorial pelos Krenak da área em que foram visitados pelos vários estudiosos anteriores referidos a partir do começo deste século, quando o norte do curso médio do rio Doce começou a ter suas florestas devassadas.

23. OS RÉUS NESTA AÇÃO OU SEUS ANTECESSORES PAGAVAM ARRENDAMENTO AO SPI PELA OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DAS TERRAS COM A CRIAÇÃO DE GADO E CULTIVO DE CEREAIS?

Sim. Para melhor esclarecermos esta questão, consideramos interessante fazer uma breve retrospectiva histórica da ocupação da área.

A ocupação da bacia do rio Doce iniciou-se a partir do séc^oulo XVIII com a descoberta de minerais preciosos em alguns dos seus afluentes, fazendo surgir as cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro Frio, Conceição do Mato Adentro, Peçanha, Santa Maria do Suassuí, Manhassú, Manhumirim e Matipó. Dava-se, assim, o início da ocupação do alto rio Doce.

O baixo rio Doce foi ocupado de forma intermitente no Estado do Espírito Santo. O médio rio Doce manteve-se, entretanto, fechado à penetração dos nacionais e dos reinóis por duas razões: a primeira, a difícil navegabilidade do Doce neste trecho mineiro; a segunda razão e talvez a mais eficaz foi a classificação deste trecho do rio como "zona proibida" por Portugal, que procurava com esta atitude evitar o contrabando de ouro (Strauch, 1958).

No século XIX, sob a égide de Marlière e com o objetivo de estabelecer-se o comércio entre Minas Gerais e Espírito Santo, foram criados quartéis e destacamentos ao longo do rio Doce, principalmente junto às cachoeiras e confluências de grandes afluentes, como é o caso de Figueira (Governador Valadares), Cuieté e Natividade (Aimorés) (vide mapa nº 5).

Este novo ciclo parece não ter alterado sensivelmente a ocupação da margem esquerda do rio Doce, que só foi efetivamente habitada a partir da construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Para confirmar a nossa afirmativa, transcrevemos alguns trechos de leituras feitas durante a elaboração deste laudo:

"Os imensos tractos de floresta virgem, estendidos para o lado Norte do rio Doce, até hoje não foram tocados pela mão do homem civilizado, e, ahi, na sua obscuridão, está o respeitoso esconde-rijo, que oferece seguro refúgio às numerosas tribus dos selvagens

índios Botocudos (Aimorés) que por aqui erram exactamente no mesmo primitivo estado de barbaria como aquelle no qual os seus antepassados viviam há quasi quatrocentos annos antes." (Steains, 1886).

"Até 1910 os civilizados dominavam as terras até a margem direita do rio Doce. Além da outra margem ficava o domínio dos Botocudos que já ainda dessa margem e o rio Sapucaí Grande até as divisas do Espírito Santo" (Ollian, 1965).

"A ocupação da margem norte do rio Doce deu-se a partir de 1916 com a distribuição de terras devolutas a partir do Doce em Resplendor. São, principalmente, colonos alemães oriundos da região serrana do Espírito Santo" (Egler, 1962).

"Vimos que o rio Doce, em 1905, exibia a margem esquerda, a partir de Linhares, deserta de gente civilizada. Só em Figueira estabelecer-se um grupo de patriotas" (Almeida, 1959).

"Inauguradas, até Figueira, hoje Governador Valadares, as estações mineiras, cuidou o Governo Federal de criar Postos de Atração às tribos Botocudo. Na área por elas ocupadas apareceram os agricultores, tiradores de madeira, exploradores de pedras coradas, pecuaristas e negociantes" (Almeida, 1959).

Todos os documentos relativos à demarcação feita em 1918, inclusive o memorial, assinado pelo engenheiro do 2º Distrito de Terras de Minas Gerais, omitem a presença de "civilizados na área a ser demarcada e dada pelo Governo daquele estado aos índios Krenak e Pojixá". Inclusive num ofício do Inspetor do SPI, Samuel Silveira Lobo (02/05/1923, dat), fica explicitado que quando as terras foram percorridas em 1918 eram devolutas e desocupadas. As únicas benfeitorias existentes eram pequenas derrubadas e plantações dos índios (1918, man - vide documento nº 4).

Os primeiros rendeiros na área Krenak foram Cristiano Schumacher, Napoleão de Oliveira, Bacionicio de tal, Fernando Carpenter, Joaquim Paulino e Frederico Schumacher, todos com a devida autorização do Inspetor Estigarribia e Alves Viana e com autorização confirmada por Samuel Silveira Lobo (Costa, 1922, dat) a partir do ano de 1921.

Apesar de um abaixo-assinado com a assinatura de 99 pes

soas dizendo-se prejudicadas com a demarcação do SPI (28.07.1922, dat), eles próprios admitem não possuírem roça na área doada, mas estarem sendo prejudicados pelo fato de os índios estarem depre dando suas lavouras. Esta informação de que assinantes deste documento não residiam na área indígena é dada pelo Delegado de Polí cia do Distrito de Resplendor (Costa, 1922, dat).

A estes seis rendeiros o SPI fez assinar termo de arrenda mento (vide documento nº 5), sendo o pagamento feito em espécie, atendendo a uma filosofia claramente definida pelo órgão indige nista federal, que era a de que fornecessem alimento para o susten to dos índios enquanto estes não se tornavam auto-suficientes na produção de suas roças.

Em 1920, foram fixados editais pelo SPI e pela Inspetoria de Terras na área Krenak proibindo novas invasões, tendo o SPI so licitado o apoio do governo do estado para sustar as referidas in vasões (Lobo, 21.09.1922, dat).

Nesta ocasião, os atritos entre índios e nacionais já me reciam constantes notificações às autoridades do estado (Lobo, 21. 09.1922, dat; Lobo, 09.03.1922, tel; Engenheiro do 2º Distrito de Terras, 07.06.1923, dat).

Em 1923, os atritos se acirraram, culminando no massacre do Kuparak. Segundo Pequeno (1969: 341): "À margem esquerda do rio Doce criara a União o aldeamento do Eme com uma centena ou pouco mais de selvícolas.. E os pioneiros que chegavam à região e abriam posses nas matas para o cultivo da terra logo iniciaram a invasão das que formavam o aldeamento, entrando em conflito com os aldeados ao resistirem eles aos invasores.

Simulando conciliação, os fazendeiros convidaram os índios para tomar garapa na posse de um deles. Quando estavam des cuidados em torno do engenho numa clareira, foram atacados por ti roteio cerrado, exterminando sua quase totalidade. Apenas o chefe e duas dezenas salvaram-se, correndo a refugiar-se na mata. As crianças sobreviventes nos regaços das mães foram mortas a foice das. Os acusados foram absolvidos, mediante honorários de cem mil réis por pessoa pagos ao defensor".

Estigarribia (1923, dat) afirma que o massacre de 21 de

janeiro de 1923 resultou na morte de três homens, duas mulheres e quatro crianças e em ferimentos graves em mais sete índios.

Dos assassinos, dez foram acusados; seis, presos e só um condenado a uma pena simbólica.

Neste ano de 1923, o SPI calculava haver 70 famílias de intrusos na área indígena sem que nada pudesse ser feito para retirá-los.

Na nova demarcação em 1927, visando executar os ditames do decreto de doação, ou seja, medir os 2000 ha adjacentes aos 81 lotes já demarcados, foram publicados novos editais em local público, e, como não houve protestos, reclamações ou embargos, processou-se à demarcação da área que ainda não havia sido incorporada ao patrimônio indígena, apesar de dada (Leal, 26.08.1927, dat).

O memorial descriptivo da demarcação de 1927 identifica as terras em volta da área indígena como sendo devolutas (Espeschit, set de 1927, man - vide documento nº 6).

O próprio edital de demarcação publicado pelo 2º Distrito de Terras identifica-as como terras devolutas, tendo como divisa terras devolutas (Espeschit, dat, 1923).

A presença de invasores fez com que o SPI tentasse, em 1930, regularizar a situação dos invasores, através da aceitação de assinatura de contratos de arrendamento (vide documento nº 7-Lobo, 1930, dat). O mandato de citação do Juiz de Resplendor, em 31 de março de 1953, historia, assim, as taxas de arrendamento pagas pelos rendeiros, conforme suas próprias declarações: até o ano de 1930, pagamento "in natura"; até 1949, à razão de Cr\$6,00/ha. Em 1950, passaram a pagar Cr\$10,00/ha; no mesmo ano, teria havido um aumento significativo para Cr\$30,00/ha e depois, ainda no mesmo ano, para Cr\$300,00/ha, o que teria motivado a ação dos fazendeiros que resultou no referido Mandato de Citação.

Em 1955, a descoberta de uma mina de mica na área demarcada provocou a intensificação da campanha dos arrendatários para reverter a doação. O resultado desta campanha foi a transferência dos Krenak para o Posto Indígena Maxacalis e a entrega da área à

Pólicia Florestal do Estado de Minas Gerais. Os rendeiros passaram a pagar suas taxas à Prefeitura de Resplendor (Espírito Santo, 1981; de Marquet, 1982).

Em 1966, o Serviço de Proteção aos Índios reassumiu a administração da área Krenak, voltando a receber regularmente as taxas de arrendamento (de Marquet, 1982).

Em 1971, o chefe do Posto Indígena oficia ao Chefe da Ajudância Minas Gerais-Bahia, o Capitão Pinheiro, falando-lhe da necessidade de se atualizarem as taxas de arrendamento, que estavam defasadas (Segundo, 1971).

Em 1972, os Krenak foram mais uma vez transferidos, desta vez para a Fazenda Guarani, e, tendo a Ruralminas titulado as áreas ocupadas pelos fazendeiros, estes deixaram de pagar a taxa de arrendamento a partir desta data.

24. HOUVE UMA DIÁSPORA DOS ÍNDIOS? UMA SÓ VEZ OU MAIS? PARA ONDE SE DIRIGIRAM? FORAM RETIRADOS À FORÇA? SAÍRAM ESPONTANEAMENTE?

Na vida dos Krenak houve duas diásporas, sendo ambas resultado de uma imposição do órgão indigenista oficial.

A primeira ocorreu em 1958, quando o Serviço de Proteção aos Índios entregou a área para a Polícia Florestal do Estado de Minas Gerais, que deveria criar ali um Horto Florestal. Naquele momento, a área já apresentava um grande número de rendeiros, que passaram a pagar suas taxas à Prefeitura de Resplendor (Espírito Santo, 1981, dat; de Marquet, 1982, dat).

A administração da Polícia Florestal foi bastante conflituada com os arrendatários, havendo, inclusive, o assassinato do Cap. Arlindo, do Exército Brasileiro, por um dos membros da administração do horto, em 14.08.1959. O Capitão Arlindo defendia os interesses dos arrendatários e exigia que lhe fosse garantido o direito de explorar a mina de mica, que hoje se encontra nas terras ocupadas por Davi Pinto Prestes (Faria, Ozório, depoimentos, 1989).

Os Krenak foram levados para o Posto Indígena Maxacalis, em Minas Gerais (Portaria 362/58). Os índios afirmam que, precedendo a sua transferência, houve um atentado à bomba contra a casa do chefe do Posto Indígena, criando caos, gerando acusações contra os índios (Luzia Oliveira, depoimento, 1989). Aproveitando esta situação de confusão, chegaram os soldados da Polícia Florestal, que colocaram os índios à força nos caminhões e os levaram até as proximidades do Posto Maxacalis. Juntamente com seus pertences, os índios ficaram alguns dias abandonados na cidade de Maxacali, a 30 Km da sede do Posto. Só quando o chefe do Posto, José Silveira de Souza (depoimento, 1989), teve conhecimento de que estavam abandonados ao relento, foi recolhê-los e tentar acomodá-los da melhor forma possível, pois as condições eram muito precárias.

Alguns índios, Teófilo, Jacó e Joaquim Grande, entretanto, resistiram e refugiaram-se nas ilhas.

As condições de vida em Maxacali eram péssimas, tendo ha-

vido muitas mortes por fome e febre (Julia Krenak, depoimento, 1989). As relações entre Maxacali e Krenak eram tensas, e a principal acusaçāo era a de que os Maxacali roubavam as roças dos Krenak e a administraçāo não tomava providências.

Os Maxacali, por sua vez, sentiam-se incomodados com a convivência e a presença dos intrusos (de Marquet, 1982, dat).

Insatisfeitos, os Krenak, em 1959, retornaram a pé até Governador Valadares, onde tomaram o trem até a Estação Krenak (Espírito Santo, 1981, dat; de Marquet, 1982, dat; Laurita Felix, depoimento, 1989). Há algumas informações de que, já neste momento, alguns índios não retornaram, tendo-se dispersado e se "perdido pelo mundo" (Laurita Felix, depoimento, 1989; Espírito Santo, 1981, dat). Sabemos que muitos se dirigiram para o PI Vanuire, em São Paulo.

Aqueles índios que retornaram a Krenak, passaram a conviver com a Polícia Florestal, que não realizava investimentos ou prestava assistência aos índios. Quando o órgão retomou o controle da área indígena, em 1966, o Inspetor do SPI, Augusto de Souza Leão, afirmava ter encontrado "em estado precário as 16 casas dos índios e da administração" (de Marquet, 1982).

A segunda diáspora ocorreu em 1972 para a Fazenda Guarani. Porém consideramos que é importante registrar alguns fatos que foram relevantes para os Krenak.

Em 1967, o Posto Indígena Guido Marlière foi transformado no Reformatório Agrícola Indígena ou Centro de Reeducação para Índios, obrigando os Krenak a conviverem com inúmeros índios definidos como "malfeiteiros". Muitos desses índios, depois, foram aproveitados como trabalhadores rurais, tendo, inclusive, alguns deles casado com mulheres Krenak, vivendo até hoje com a comunidade. Temos, por exemplo, Oliente Ferreira (Fulni-ô; este retornou para o seu posto de origem em Pernambuco); Lírio Garcia (Guarani); Bibiano da Silva Pereira (Xerente); Alfredo Lino da Silva (Fulni-ô); Manuel Vieira das Graças (Pankararú).

Em 1968, é criada a Ajudânciia Minas-Bahia, novo órgão administrativo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo o seu primeiro administrador o Capitão PM Manoel Pinheiro, antigo dire

tor do Horto Florestal.

Em 1969, foram instalados 22 índios Guarani de Parati (Rio de Janeiro) na área Krenak, vindo a agravar as condições de vida do grupo. No mesmo ano, houve um aumento da pressão dos fazendeiros para reversão de área Krenak para o Estado de Minas Gerais e criação da Guarda Rural Indígena.

Em 1970, fortaleceu-se o movimento dos arrendatários na tentativa de regularizar sua situação.

Em 1971, a ação que a FUNAI havia impetrado para obter a reintegração de posse é vitoriosa, em 29 de março daquele ano, na esteira de outras entre os anos de 1969 e 1971 (FUNAI, 1971; CIMI, 1979). Tendo ganho a questão, a FUNAI deu um prazo de quinze dias para que os fazendeiros abandonassem a Reserva. Inexplicavelmente, o presidente da FUNAI, José Queiroz de Campos (Of. 452/Pres/ FUNAI de 01.12.1971), aceita a proposta do Governo de Minas Gerais de transferir os Krenak para a Fazenda Guarani, no Município de Carmésia, área ocupada pela Policia Militar do Estado.

O Capitão Pinheiro, no seu afã de liberar a área para os fazendeiros, assina a permuta descumprindo as determinações da Presidência da FUNAI de só aceitar a Fazenda Guarani totalmente libertada dos posseiros e membros da PM (Carvalho, 1980).

Que os Krenak não aceitavam a transferência, a FUNAI sabia através do relatório do seu funcionário Ismael de Albuquerque Câmara (dat, 1972), anterior ao deslocamento dos índios: "os índios remanescentes Krenak estão indignados com a projetada transferência para a Fazenda Guarani e declararam que só irão para lá amarrados, pois a terem que deixar suas terras, lavoura e gados, só sairão para Vanuire, onde têm parentes".

A transferência deu-se num clima de revolta total. O Sr. Mário Veitas (depoimento, 1989), para facilitar a ação de transferência, doou um caminhão de comida para que os índios pudessem sobreviver até se adaptarem à Fazenda Guarani. Três índios reagiram à transferência - Joaquim Grande, Jacó e Sebastiana -, tendo sido presos na solitária, enquanto outros, aterrorizados, eram embarca-

dos no trem para Governador Valadares. Esses três índios foram, de pois, postos algemados nos caminhões, que levavam os pertences dos índios (Laurita Felix, Bibiano Xerente, Ma. Julia Krenak, Ma. Paula da Glória, depoimentos, 1989). Os demais foram "despachados" de trem pelos soldados, que, então administravam o Posto Indígena.

A sede do Posto Indígena ficou abandonada, sendo ocupada por Ailton Faria, filho de Ozório Faria - um dos fazendeiros titulados pelo Estado de Minas Gerais. Com a morte de Ailton (1975), a sede do Posto foi arrendada pela Ruralminas ao Patronato São Vicente de Paula, de Resplendor. Os outros arrendatários foram titulados por este órgão do estado. Aliás, o Sr. Domício Ferreira da Silva (depoimento, 1989), um dos titulados, responsabiliza a Ruralminas pelo caos que se instalou a partir de então, afirmando que ela não "podia vender o que não lhe pertencia", embora acredite que o Governador Rondon Pacheco teve a melhor das intenções.

A insatisfação dos Krenak na fazenda Guarani tinha inúmeras causas e razões que abaixo relacionaremos de forma esquemática:

1. péssimas condições de vida (Bibiano Xerente, Ma. Augusta, depoimento, 1989);
2. a área não dispunha de rio de grande porte, onde pudessem pesca (Ma. Augusta, depoimento, 1989; Marcato, 1979, dat);
3. clima muito frio (Marcato, 1979, dat);
4. solo esgotado pelo antigo plantio de café (Marcato, 1979, dat);
5. convivência com os Guarani e Pataxó (Marcato, 1979, dat; Ma. Augusta, 1979, depoimento; Serra, 1973, dat);
6. falta de argila para fazer cerâmica artesanal (Marcato, 1979, dat).

Os Krenak tentaram viabilizar roças, porém o chefe do Posto Indígena afirma (Segundo, 1973, dat): "os índios perderam a colheita de feijão e a semente de arroz não nasceu. Os índios estão completamente desanimados com as terras da Fazenda Guarani e só falam, de modo geral, que não irão ficar na Guarani. Os índios Krenak reclamam constantemente as terras dos Krenak e falam que não vão

ficar de maneira nenhuma na Fazenda Guarani".

Serra (1973, dat), que os visitou na Fazenda Guarani, ao analisar a presença de posseiros, índios Guarani e Pataxó convivendo com os Krenak, atesta que a justificativa de transferência para livrá-los de tensão não se justificava: "mantendo o pessoal não indígena necessário à manutenção das atividades da fazenda (mantendo-se o modelo de exploração implantado pela PM), em seus níveis atuais, os Krenak permanecerão uma minoria exposta às tensões sociais inevitáveis, talvez mutatis mutandis, iguais às de seu posto de origem..." Havia 370 "brancos" ocupando a Fazenda Guarani (Segundo, 1973, dat).

Em decorrência desta situação, inúmeras famílias abandonaram a Fazenda Guarani e, como não podiam retornar a Krenak, deslocaram-se para Colatina, Conselheiro Pena, Aimorés, PI Vanuire, (São Paulo).

Em 1979, Bastos e Carvalho (1979, dat) afirmavam: "a tecnologia da sociedade Krenak não se adapta ao novo meio ambiente, não tendo os índios, por outro lado, motivação para mudança, o que tem ocorrido para sua situação de extrema penúria, de miséria e fome generalizada" (vide documento nº 8).

Em 1980, Carvalho (dat) afirmava categoricamente: "a totalidade dos índios Krenak deseja voltar às suas terras imemoriais, localizadas à margem do rio Doce, no município de Resplendor, Minas Gerais. Na verdade, essa é a única reivindicação desses índios e também daqueles de outras tribos que, através de casamento, se uniram aos Krenak" (vide documento nº 9).

A FUNAI, talvez reconhecendo a inconstitucionalidade do seu ato (Carvalho, 1980, dat), em nenhum momento transferiu a área Krenak para o Estado de Minas Gerais. Mas, ainda assim, o presidente da FUNAI, em 31.01.1974, extinguiu administrativamente o Posto Guido Malière (Melo, portaria nº 157).

É diante desse quadro de desesperança que os Krenak assim definem os dois momentos de suas vidas, seccionados pelas transferências:

Tempo em Krenak - idade de ouro, de bonança, fartura, liberdade e

de pleno exercício de sua condição indígena.

Tempo em Maxacali e Fazenda Guarani - período de decadência, privação, confinamento e de restrições ao exercício da sua condição indígena (de Marquet, 1982, dat).

No ano de 1980, recebendo apoio do GREQUI (Grupo de Estudos da Questão Indígena) e do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), os Krenak retornaram à sua área, ocupando a pequena área de 68,25 ha, antes arrendada ao Patrimônio São Vicente de Paula, que a havia abandonado em 1978, em decorrência das enchentes do rio Doce (Espírito Santo , 1981, dat; de Marquet, 1982, dat). Imediatamente, a FUNAI entra em negociação com a Ruralminas tentando equacionar os problemas resultantes do retorno dos índios, não encontrando, entretanto, boa receptividade (Espírito Santo , 1981, dat).

Do total da população transferida para Fazenda Guarani (49 pessoas), apenas 3 famílias retornaram, somando 26 pessoas (GREQUI). Todos eram familiares de Laurita Felix, de Augusta Oliveira ou de José Alfredo (Laurita e José Alfredo, depoimento, 1989), que, inclusive, tentaram negociar com a Presidência da FUNAI o reconhecimento do seu direito de retorno sem, no entanto, obter sucesso.

Só no ano de 1983 (de Marquet, dat) a FUNAI entra na Justiça com uma Ação Ordinária de Nulidade de Títulos.

O Posto Indígena, agora denominado Krenak, foi reativado pela Portaria nº 473/87 da Presidência da FUNAI.

25. EXISTEM DESIGNAÇÕES TOPONÍMICAS INDÍGENAS EM LOGRADOUROS DA REGIÃO? CITAR.

Há duas designações explícitas e outra implícita, mas de uso comum. As duas designações explicitamente referidas e conhecidas por todas as pessoas da região são a Pedra Krenak (vide foto nº 20 do anexo), acidente geográfico situado em frente à sede do PI Krenak, e a Estação de Krenak, ponto de antiga parada na Estrada de Ferro Vitória-Minas, um pouco adiante do ponto de embarque para o PI Krenak. Aliás, esta estação existe nesse local devido a negociações estabelecidas entre o Serviço de Proteção aos Índios e a direção da Estrada de Ferro VIMINAS, conforme se pode observar no Relatório de 1921 (Lobo, dat). A localização foi equivocada, ficando 2Km acima do ponto combinado, o que motivou negociações para sua transferência, sem que, no entanto, obtivessem sucesso. A razão da criação da estação foi garantir acesso fácil ao PI Krenak, permitindo o trânsito de funcionários, recebimento de material, saída de índios para atendimento médico em Vitória e escoamento de madeira e outros produtos da área indígena. Aliás a sugestão de criar esta estação partiu de Caldas (Memorial de Demarcação, 1918, man), como forma de economizar recursos, senão o atendimento da área teria que se fazer após a construção da estrada para Resplendor ou Lajão (Conselheiro Pena).

O nome de Pedra Krenak, significativa à elevação que se encontra em frente à sede do PI, pode dever-se a dois fatores. Primeiro: ser esta "pedra" um marco referencial para identificação e localização da área Krenak. O outro, o fato de nela encontrar-se um grande painel de pintura rupestre (vide fotos nº 22, 23 e 24) já bastante antiga, que provavelmente foi feito pelos Krenak. Sabemos de sua antiguidade por estar a pintura já recoberta por grossa camada de pátina.

A outra designação implícita é a que identifica a área como Krenak. Até mesmo os fazendeiros, ao pleitearem, identificam-se como "fazendeiros de Krenak". Quando se pergunta a qualquer pessoa aonde têm suas roças ou onde alguém tem sua roça, a resposta é sempre "no Krenak". A presença dos índios e da estrutura administrativa do SPI fez com que a área em litígio seja sempre identificada pelo nome do grupo indígena.

26. QUAIS AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS ÍNDIOS, ATUAIS HABITANTES DA ÁREA? DESCREVE-LAS.

O conceito de raça, que é um conceito do domínio da Biologia e não da Antropologia, esteve muito em voga até o século passado, quando os conhecimentos de genética, ainda nos seus primeiros passos, fundamentaram as políticas nazistas e segregacionistas. O raciocínio dos adeptos da teoria racista baseia-se em dados e informações hoje totalmente superados. Imaginavam estes senhores que, na face da terra, havia "raças puras", intocadas e isentas de qualquer forma de miscigenação. Tal raciocínio tinha como fundamento a idéia idílica de grupos humanos isolados e sem qualquer contacto sexual com membros de outros grupos sociais. Essa teoria agradava, sobremaneira, a cosmologia dos europeus, que atribuíam a si mesmos a condição de serem os primeiros a promover o caldeamento de raças, graças à sua expansão e dominação do mundo. Assim, eles se viam como um grupo ativo que, por ser portador da história dinâmica, não podia conceber que outros grupos humanos, sob seu domínio, tivessem sua própria dinâmica histórica e, consequentemente, mantivessem todas as formas de contacto social, inclusive o sexual, antes dos descobrimentos. Ignoravam, também, que a sua própria etnia era o resultado de um caldeamento milenar de raças.

O conceito de raça pura está acoplado à idéia de que, diante da existência de grupos isolados, existiria uma homogeneidade racial entre os seus membros. Esta concepção é considerada, hoje, por grandes especialistas, como altamente fantasiosa. Jacob (1981, in Cunha, 1985: 110), ganhador de Prêmio Nobel, afirma categoricamente em seu trabalho "Biologie et Racisme, Le genre Humain": "a distância biológica entre duas pessoas de um mesmo grupo, de uma mesma aldeia, é tão grande que torna insignificante a distância entre a média de dois grupos, o que retira qualquer conteúdo ao conceito de raça".

Ora, sabemos que todo grupo humano adota regras que interditam o incesto, como prática de casamentos. A necessidade do estabelecimento de alianças estimula a hexogamia e, portanto, a incorporação de elementos de outros grupos sociais, que, se analisarmos pelo ângulo da Biologia, são portadores de outro estoque

genético. Mas não é apenas o casamento que introduz novos elementos num grupo social. A adoção de crianças, o rapto de mulheres e a incorporação de adultos são fenômenos comuns a todos os grupos humanos. Os Krenak não podem ser pensados como uma exceção universal.

Um mínimo de conhecimento da história de nosso país, particularmente no que se refere às relações de dominação que aqui se instauraram sobre as populações indígenas e negras, torna a compreensão do fenômeno da miscigenação mais fácil. Inicialmente, chamaremos a atenção para o fato de não partirmos do pressuposto de que os Krenak eram, originalmente, antes do contacto com os nacionais, uma raça pura. Eles já eram o resultado de um longo processo de miscigenação, irreconstituível historicamente. Porém a miscigenação que lhes foi imposta pela sociedade dominante, com a qual se confrontam desde o momento do contacto, é reconstituível, e podemos, de antemão, afirmar que não é o resultado puro e simples de uma decisão de qualquer grupo indígena.

O processo de dominação obrigou os grupos indígenas a estabelecerem alianças, pelo casamento, com outras etnias.

A miscigenação foi sempre uma meta a ser alcançada pela política indigenista, sendo explicitada, inclusive, por Pombal, em 1755, como única forma de promover a "integração" das populações indígenas.

Até mesmo no começo deste século, quando da "pacificação" dos Nak-nanuk de Itambacuri (MG), o Relatório da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais (1919: 88) ressalta, como política a ser adotada: "os frades de Itambacuri continuaram, em 1918, a adotar como meio de catequese o casamento de índios com índias civilizadas e vice-versa ou então com os nacionais civilizados".

A prática, comum no período colonial, de instituir-se aldeias etnicamente mistas, como forma de desarticular socialmente os grupos indígenas e, assim, estabelecer com mais eficiência e rapidez o sistema de dominação, continuou a ser aplicada pelo Serviço de Proteção aos Índios neste século. Isto ocorreu com a reserva dos Pataxó-Hãhãhái e Baená, no sul da Bahia, onde sete grupos

indígenas etnicamente diferenciados foram alojados, e com a dos Krenak e Pojixá, inclusive por determinação do Estado de Minas Gerais. O Relatório da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização de 1911 (1911: 192/3) afirma a necessidade de fundar-se uma aldeia indígena na região (Cuieté, Lajão, Resplendor, Aimorés) para abrigar "os inúmeros grupos", alguns já em contacto e outros ainda arredios e hostis. Esta decisão motivou o Ofício nº 34, de 04.10.1909, dirigido ao Ministro da Agricultura, sugerindo a criação do aldeamento com base na letra C do Artigo 3º do Decreto Federal 8072, de 20 de junho de 1909. Neste ofício o Estado de Minas Gerais já oferecia à União a área que esta considerasse mais apropriada para fundar o referido aldeamento. É por isso que o decreto de doação refere-se ser a colônia "destinada principalmente (e não exclusivamente) ao aldeamento dos índios Crenaks e Pojichás da região" (Decreto nº 5462, de 10 de dezembro de 1920).

Consideramos importante, neste momento, tecer comentários mais detalhados sobre os casamentos interétnicos dos Krenak e sua inserção na história do grupo, antes de continuarmos a análise teórica.

Inicialmente, chamariamo^r a atenção para o fato de que o Serviço de Proteção aos Índios realizou o projeto desenvolvido pelo Estado de Minas Gerais, trazendo para o Posto Indígena Guido Marlière os índios das áreas vizinhas, de Cuieté (1929), Itueta (1929), Aimorés (1930) e Pancas (no Espírito Santo, entre 1935 e 1939), liberando, portanto, estas áreas para os nacionais. Esta população, vinda em pequeno número, passou a conviver e a casar-se com os Krenak e Pojixá que habitavam o Posto Indígena Guido Marlière. Desta fase, temos poucas informações sobre a miscigenação entre esses grupos indígenas, que eram, entretanto, todos eles subgrupos Botocudo, assim identificados:

ETWET ou NAKREHÉ	- em Itueta
MINAJIRUM e GUT-KRAK	- em Pancas
	- em Cuieté
GIPOROKA e GUT-KRAK	- em Aimorés
POJIXÁ	- em Conselheiro Pena (vide mapa nº 4)

Temos informações de que a família do Cacique José Alfredo de Oliveira (Nego) veio do Pancas, transferida arbitrária

mente pelo Serviço de Proteção ao Índios, após extinguir aquele aldeamento (José Alfredo de Oliveira, Laurita Felix e Mario Veitas, depoimentos, 1989).

O pai das índias Laurita Felix e Maria Augusta Felix também veio do Pancas, tendo-se casado com uma índia Krenak.

Entre os atuais habitantes do PI Krenak, temos os seguintes casos de casamentos interétnicos, que não são escondidos pelos índios, que procuraremos correlacionar com a história do grupo:

1. Djanira de Souza Garcia (Krenak)

a) - Oliente Ferreira (Fulni-ô) - antigo preso na área Krenak.

b) - Lírio Garcia (Guarani) - antigo preso na área Krenak.

2. Jovelina Jorge Damasceno (Krenak) - casamento realizado em Conselheiro Pena, onde Jovelina se refugiou quando os Krenak foram transferidos para a Fazenda Guarani.

Euclides Cecílio (nacional).

3. Luzia Imbelina (Krenak) - casamento realizado no PI Vanuivre (São Paulo), onde os Krenak se refugiaram quando o grupo foi transferido para a Fazenda Guarani.

Marcio Pedro (Terena).

4. Maria Paula da Glória (Krenak) - casamento realizado em Colatina. É uma volta às origens, já que a família vem do PI Pancas, perto de Colatina. A família ali se refugiou, quando os índios foram transferidos para a Fazenda Guarani.

Antonio Rosário (nacional).

5. Maria Sonia Izidoro Crenaque (Krenak)

a) - Bibiano da Silva Pereira (Xerente) - antigo preso na área Krenak.

b) - Sebastião Luiz Viana (nacional) - antigo vaqueiro do PI Krenak.

6. Maria Augusta Felix Crenaque (Krenak)

a) - Odílio Maxacali (Maxacali) - casamento realizado quando os índios foram transferidos para o PI Maxacali.

- b) - Alfredo Lino da Silva (Fulni-ô) - antigo preso na área Krenak.
7. Edmar Adilson (Krenak) - casamento realizado no PI Vanuire, onde algumas famílias Krenak se refugiaram após a transferência para a Fazenda Guarani.
- Adelina Piuí (Kaingang).
8. Laerte Cecílio Damasceno (Krenak) - casamento realizado no PI Vanuire, onde algumas famílias Krenak se refugiaram após a transferência para a Fazenda Guarani.
- Fátima Barbosa (Kaingang).
9. Marilza Luiz Felix (Krenak).
- Nilson Flausino (nacional).
10. Eva Dora Isidoro (Krenak).
- Manuel Vieira das Graças (Pancararú) - antigo preso na área Krenak.
11. José Alfredo Oliveira (Krenak) - casamento realizado em Colatina, onde a família de José Alfredo se refugiou quando da transferência dos Krenak para a Fazenda Guarani.
- Maria do Carmo dos Santos (nacional).
12. Basilio Luiz Viana (Krenak) - casamento em Resplendor. Durante o período de transferência para Fazenda Guarani, Basilio ficou trabalhando em Resplendor.
- Maria Helena Alves (nacional).
13. Luzia Batista de Oliveira (Krenak) - casamento realizado em Colatina, onde a família se refugiou quando da transferência para a Fazenda Guarani.
- Antonio Santana (nacional).
14. Jamir José Paulino (Krenak) - casamento realizado em Conselheiro Pena, onde Jamir ficou trabalhando no período em que algumas famílias foram transferidas para a Fazenda Guarani.
- Luzia Crispim Paulino (nacional).
15. Mario Cecílio Damasceno (Krenak) - casamento realizado no PI Vanuire, onde algumas famílias se refugiaram quando da transferência do grupo para a Fazenda Guarani.
- Maria Aparecida Gomes Conechu (Kaingang).

16. Gerson Cecílio Damasceno (Krenak) - casamento realizado no PI Vanuire, onde algumas famílias se refugiaram quando da transferência do grupo para a Fazenda Guarani.
 - Neide Gomes Conechu (Kaingang).
17. Laurita Maria Felix (Krenak)
 - Adão Luiz Viana (nacional) - antigo vaqueiro do Serviço de Proteção aos Índios na área Krenak.

Dos dados acima relacionados, constatamos o seguinte:

Casamentos Registrados	Nº Absoluto	%
com nacionais	9	33,33,
com outros índios	11	40,74
com Krenak	7	25,93
TOTAL	27	100,00

Fonte: trabalho de campo, 1989.

A baixa incidência de casamentos Krenak-Krenak deve-se a alguns fatores que destacaremos:

- a) interdição de casamentos entre primos de 1º grau. Isto limitava as possibilidades de casamentos devido ao fato de, por ser uma pequena comunidade, num determinado momento, quase todos que estavam em idade de casar serem primos em 1º grau;
- b) alta taxa de mortalidade, o que reduziu o plantel disponível para casamento em determinados momentos da vida do grupo;
- c) as transferências dos Krenak e a perda das terras, que provocaram a dispersão do grupo por vários pontos do território nacional (o que explica os casamentos de número 2,3,4,6a,7,8,12,13,14, 15 e 16);
- d) a imposição de convivência dos Krenak com nacionais e outros índios na sua área, o que fez com que a opção de determinados casamentos ocorresse, como por exemplo os de nº 1a, 1b; 5a e 5b; 6b; 10,11,17.

Ao observarmos os números acima referidos, constatamos que, apesar das dificuldades e limitações, há uma clara preferência pelos casamentos entre índios (66,67%), ainda que de grupos étnicos distintos.

Hoje, esta tendência tem-se acentuado, havendo sérias restrições a casamentos com nacionais, principalmente se o nacional for o esposo. Os casos já existentes são "suportados", mas novos casamentos nesta condição implicarão a expulsão do casal da área da Reserva.

Os "brancos" casados com Krenak não têm qualquer participação ativa na vida e nas decisões políticas da comunidade. Convivem, mas não são ouvidos ou consultados no tocante às questões fundamentais.

A composição etária dos Krenak indica que há amplas possibilidades de o grupo garantir a sua preferência por casamentos entre Krenak, sem desrespeitar as regras de incesto. A população entre 0 e 20 anos perfaz 69,57% do total, o que indica:

- 1 grande potencial de crescimento da população;
- 2 existência de fatores depopulativos entre os Krenak que atingiram os segmentos populacionais acima dos 25 anos de idade. Isto, aliás, é bastante comum entre grupos indígenas após o contacto, quando apenas a quarta geração após este evento retoma a curva de crescimento populacional (Ribeiro, 1970).

É interessante destacar que o questionamento da pureza de raça para as populações indígenas está indissoluvelmente vinculado à questão da disputa da terra. Tanto é fato, que as primeiras manifestações a respeito de tal assunto datam do período que se segue à emissão da Lei nº 601, de 1850, que abre franca disputa pelo domínio da terra.

A prática de contestar o direito dos índios ao seu território, argüindo-se a sua miscigenação, tornou-se comum, visando o atendimento dos interesses dos representantes da sociedade dominante.

Lembremos, ainda, as palavras de uma das maiores especialistas quanto ao uso do conceito de raça, em nossos dias: "enten-

dida como uma subdivisão da espécie, que apresenta caracteres comuns hereditários... não só foi abandonada enquanto critério de pertinência a grupos sociais, como também enquanto conceito científico. Raça não existe, embora haja uma continuidade histórica de grupos de origem pré-colombiana" (Cunha, 1986: 110).

Devido a todas estas considerações, acima referidas, embora não consideremos tal fato relevante em termos científicos, podemos afirmar que a grande maioria da população apresenta uma, algumas ou a totalidade das características fenotípicas da denominada "raça" indígena (vide fotos nº 25, 26 e 27).

Usaremos as palavras de Manizer, que os visitou em 1914, para descrevê-los fisicamente: "les Boruns bien qu'appartenant au même type physique, tant par leur face, que par leurs proportions, présentent des grandes variétés individuelles... Le cou court est un caractère constant. Comme presque tous les observations l'ont relevé déjà, d'après l'ensemble de leur physionomie, certains individus, diraissent 'européens', certains autres Kalmarks (pour ceux du moins qui n'ont jamais vu le réel type Kalmouk). Il se rait plus exact de rapprocher ces derniers des types paléoasiatiques. La fente oblique, japonaise des yeux, apparait sporadiquement chez les petits enfants..."

Leur peau est d'un rouge - brique, on a souvent écrit que cette nuance provenait de l'usage de se frotter avec le fruits de la Bixa orellana. La couleur véritable dûe au hâle, est assez voisine du chocolat-clair, et sans de hâle est plutôt jaune. A Pancas, chez trois femmes et deux hommes est rencontré des cheveux frisés... La couleur des cheveux n'est pas toujours d'un noir profond, on voit des enfants avec les cheveux d'un ton roussi, au comme brûlé par la lassive. La couleur des yeux et des cils est aussi parfois d'une teinte claire indéterminée. Les yeux noir et les cheveux d'un noir profond sont plutôt une variété que le type commun, tout autant que les cheveux absolument lisses et non ondulés...

Les vicillards ont en général des poils sur la face des hommes d'âge mûr sont parfois imberbes" (Manizer, 1915: 427) (vide fotos nº 28 e 29).

27. QUAL A LÍNGUA DOS ÍNDIOS, ATUAIS HABITANTES DA ÁREA? QUAL A SUA CULTURA? RELIGIÃO QUE PRATICAM? CONSERVAM AS TRADIÇÕES TRIBAIS? CITAR OU EXEMPLIFICAR.

Os Krenak mantêm em pleno domínio duas línguas distintas. Nas suas relações interétnicas falam o português, com a variação dialetal regional. Nas conversas que mantêm entre si falam a língua própria, conhecida tecnicamente por Borum (Seki, 1986), havendo as variações dialetais Gut-Krak, Nakre-ehé e Nakpie. Chamaríamos a atenção para o fato de que uma língua subsiste em pleno domínio quando não se estabelecem relações de subordinação com outra sociedade dominante, que impõe ao grupo dominado a sua língua como sendo aquela necessária aos novos contactos. Também destacaríamos o fato de que uma língua é a manifestação de uma ordem social, da cosmovisão de um grupo e do complexo de relações do indivíduo com o seu universo mítico e social. Quando se processam desarticulações e desagregações deste universo, a língua torna-se inadequada como forma de expressão da nova ordem política, social, econômica e mítica.

Quanto à cultura que hoje exercitam, também gostaríamos de ressaltar alguns pontos.

Não podemos, também, em algum momento dizer que houve ou haverá um grupo que se manteve "puro" quanto às influências externas no tocante às suas manifestações culturais.

Seria desnecessário entrarmos em maiores detalhes no tocante à imposição cultural exercida pela sociedade dominante. Este processo ocorreu desde os primeiros momentos do contacto e baseava-se na crença dos colonizadores na superioridade da cultura européia.

A postura etnocêntrica das sociedades dominantes levava a uma atuação contínua no sentido de eliminar as diferenças do "outro", para restar apenas o modo do "eu" ser. Assim, impõem-selhes: língua, trajes e padrões sociais "civilizados".

O fundamento da ação de "civilizar" calcava-se na imposição do trabalho e na desarticulação do sistema social indígena.

Inúmeros mecanismos eram usados no sentido de acelerar a aculturação dos índios: a presença de agentes da sociedade dominante nas aldeias, a formação de aldeamentos etnicamente diferenciados, de estímulo ao uso da língua nativa e o estímulo a casamentos interétnicos.

Alguns fatores têm contribuído para o abandono das práticas culturais: novas experiências, a inserção do grupo numa economia de mercado, a perda do território tribal, o conflito e o preconceito. O conflito aguça o preconceito e a desvalorização da cultura do grupo dominado. Os agentes da sociedade envolvente operam no sentido de que estes valores sejam introjetados na sociedade indígena, levando-a a abandonar seus antigos padrões comportamentais. A solução para sobreviver é adequar-se às novas exigências. Gostaríamos, ainda, de ressaltar que não são oferecidas opções aos índios: ou morrem, ou, para sobreviver, acomodam-se às novas exigências.

Este é o outro ângulo que precisa ser abordado e desmitificado: nenhuma cultura é estática enquanto o grupo humano que a gerar for vivo.

Mais uma vez, recorremos às palavras de Cunha (1985:33): "a cultura é algo continuamente recriado em todas as sociedades, portanto, não se poderá achar na cultura de qualquer sociedade uma fidelidade objetiva a padrões ancestrais. Línguas, ritos, crenças, artefatos materiais, são partes vivas e, como tais, sujeitas a mudanças históricas dentro de lógicas que lhes são próprias. Só as línguas mortas têm, por exemplo, gramática e vocabulário fixados para sempre. Só culturas de sociedades mortas seriam perenes".

Considerando que a cultura de qualquer povo é dinâmica e incorpora novas experiências, torna-se claro que o fato de a cultura Krenak não corresponder àquela que, hipoteticamente, acreditamos fosse a dos seus ancestrais nada tem de excepcional, como aliás ocorre com a nossa própria cultura. Entretanto sabemos que o processo de socialização de um povo é o meio usado para transmitir uma série de valores, crenças, experiências que lhe são peculiares e não podem ser confundidas com as de outros grupos humanos.

Destacaríamos, ainda, que todos os grupos sociais que vivem em estado de conflito e tensão, devido ao processo de dominação que lhes é imposto, desenvolvem formas de resistência ao processo de aculturação, preservando determinados elementos culturais, que passam a adquirir um valor simbólico, além do seu caráter operacional, na estrutura global da sociedade. Que elementos serão selecionados por uma sociedade, não pode, antecipadamente, ser definido. Porém sabemos que todas as sociedades humanas que não se assimilam àqueloutra com a qual estão vivendo um processo de competição desenvolverão mecanismos de resistência cultural, valorizando aspectos culturais que adquirem um valor simbólico, intrinsecamente associado à afirmação da sua identidade. O fato de a cultura variar em decorrência das novas experiências em nada afeta a consciência da identidade étnica de um povo.

Por serem um elemento identificador da situação de oposição vivida por dois segmentos sociais que compõem a sociedade maior, os elementos culturais, ao se tornarem sinais diacríticos, passam a ser de fundamental importância na conservação da identidade étnica de um povo.

A postura do governo brasileiro com relação a esta questão pode ser percebida, na teoria, como dúbia e, na prática, como claramente definida. O Estatuto do Índio, como é conhecida a Lei 6001, de 19.12.1973, no seu Artigo 1º, manifesta a clara intenção de preservar a cultura indígena e, simultaneamente, integrá-la à sociedade nacional. Parece-nos que estas duas intenções são inconciliáveis, pois só ocorre a integração quando se processam transformações na cultura indígena. Como a preocupação em preservar esta cultura não passa de uma intenção, a ação da sociedade nacional, representada pela atuação do órgão tutor, se desenvolve no sentido de interferir e modificar a cultura indígena, para aproxima-la do nosso modelo de sociedade e cultura.

Considerando todos estes aspectos, gostaríamos de ressaltar que a cultura é consequência da organização de um grupo étnico, seu produto. O inverso desta afirmativa não pode ser considerado verdadeiro. A verificação do "quantum" sanguíneo ou cultural numa sociedade indígena é, portanto, um equívoco, e nada a crescenta à análise.

Poderemos dizer que a cultura dos Krenak, como a dos de mais grupos indígenas em contacto com a sociedade nacional, é típica do modelo chamado "cultura de contacto", no qual elementos da cultura dominante e da dominada se fazem presentes no novo contexto sócio-cultural do grupo.

Que Religião praticam?

Sendo as manifestações religiosas um dos elementos socio-culturais, não poderia fugir da análise anterior o contexto de sua compreensão. Isto é, elas, por refletirem o mundo social, ao ser este mundo transformado, deverão necessariamente ajustar-se ao novo universo, ao qual se referem e que procuram explicar.

Ribeiro (1970: 378/9) afirma: "várias causas podem abalar o corpo mítico tribal: como migração que conduza a tribo para um habitat completamente diferente; a dominação por parte de um outro grupo, ou qualquer outra transformação de igual violência, pode invalidar setores inteiros da mitologia, obrigando o grupo a redefini-la, a fim de que possa continuar atuante..."

Entre as causas de redefinição das tradições míticas, ressalta o impacto com a civilização porque, ao transformar todas as condições anteriores de existência, ela impõe a elaboração de novas explicações do mundo, a adoção de novas categorias de pensamento e de novas pautas de valores".

Os Krenak, hoje, são predominantemente católicos, embora não praticantes. Por outro lado, também não mais têm o seu sistema religioso articulado e atuante.

Somando-se aos traços da tradição judaico-cristã, encontramos, entretanto, algumas crenças e práticas tradicionais. A crença original de que havia quatro tipos de espírito: os que viviam na esfera superior; os da esfera da natureza; aqueles que, sob a forma de almas, viviam no interior dos corpos humanos e, finalmente, os que viviam no mundo subterrâneo, continua viva na tradição grupal.

O ordenamento dos espíritos fazia-se a partir do mais velho, Maret-Khanakniam (Manizer, 1914; Sonia Krenak, 1989). Os demais espíritos da esfera superior tinham seus preferidos na

terra, aos quais se mostravam, atendendo aos pedidos feitos nos contactos que estabeleciam. Para os mortais comuns, estes espíritos eram os tokón, mas para os seus eleitos eles eram os marét. Eles eram a fonte dos poderes extraordinários que alguns mortais detinham. Eram de ambos os sexos e de todas as idades.

O relacionamento entre os marét e seu protegido se manifestava no atendimento dos pedidos feitos pela comunidade por intermédio do xamã. Hoje esta relação é mantida pelo marét - que recebe o nome de Krembá, antigo xamã do grupo - com a Índia Marylza Felix (Laurita, 1989).

Outra crença que permanece viva e operante entre os Kre nak é a de que os espíritos que vivem nos corpos dos humanos aí se instalaram a partir dos quatro anos de idade. A alma principal abandona, temporariamente, o corpo do ser vivo para viver experiências pessoais, que se manifestam ao dono sob a forma de sonhos. Quando a alma se perde na viagem, ocorre a doença. Antes de a pessoa morrer, a alma principal morre dentro do seu corpo. As demais acompanham o cadáver até o túmulo, sobre o qual voam chorando. São invisíveis para os membros da comunidade presentes à cerimônia. Devido à falta de alimentação, essas almas complementares ficam ameaçadas de morrer. Então, espíritos bondosos, que habitam na esfera superior, vêm buscá-las para seu espaço, de onde não mais voltam.

Por isso era fundamental, para os antigos, acender fogueiras e oferecer comida para os mortos enterrados. Podia-se, assim, alimentar as almas complementares. Caso isto não ocorresse, as almas transformavam-se em "onças magras" e atacavam os membros da comunidade. Isto ocorreu com as almas complementares do Capitão Krenak, que não mais puderam ser alimentadas quando, devido às transformações impostas ao seu habitat tradicional, os Kre nak não mais puderam encontrar a sepultura. Hoje estas almas transformadas em onças magras habitam o último salão da gruta dos Sete Salões, assombrando quem ali tenta penetrar (Sonia e Laurita, 1989; Loukotka, 1931: 210-212; Metraux in Steward, 1963, vol. I: 540; Wied-Neuwied, 1958: 319; Lowie in Steward, 1963, vol. I: 394).

Conservam as tradições tribais?

O processo de mudança social que foi imposto ao grupo determinou grandes reformulações adaptativas às novas exigências resultantes das relações interétnicas.

Alguns elementos da tradição cultural persistem porque são compatíveis com as novas estruturas sociais e porque são es colhidos, pela comunidade, como sinais diacríticos, reforçadores da identidade étnica dos Krenak.

Uma das formas tradicionais que persistem é o artesano Krenak, que é feito com muita dificuldade devido à ausência, no espaço que ocupam, da matéria-prima necessária. Arcos, flechas, colares e trançados continuam a ser feitos, e a sua confecção é estimulada pelo marét Krembá, quando se manifesta através da índia Marilza.

O trabalho a ser realizado em determinados momentos nas roças segue o padrão de mutirão entre os membros da família extensa ou até mesmo do clã, reproduzindo os tradicionais hábitos de solidariedade grupal dos Krenak (Estigarribia, 1919; Maria Pau la e João Bugre, 1989).

Os Botocudo se caracterizavam por serem grupos com grande tendência ao fracionamento. Os Krenak não fugiam e nem fogem a esta regra, havendo tendência a grande facciosidade interna. Assim, se reconstituirmos a história Krenak desde o momento do contacto, teremos o seguinte quadro quanto à composição de lideranças e ao fracionamento do grupo:

Tetchuk - capitão Gut-Krak

Krenak - capitão dos Krenak

- capitão Oriimā

Muin - capitão dos Krenak

- capitão Krembruk

Hoje temos claramente definidas duas lideranças: a do Cacique José Alfredo de Oliveira e a de Laurita Maria Felix, que podem ser, inclusive, identificadas pela localização espacial das casas dos liderados de cada um.

O grupo está estruturado em clãs que se localizam, dois a dois, em áreas espaciais bem definidas (vide mapa nº 6).

Os clãs Felix, Souza e Izidoro vivem na área em torno do Posto Indígena e são liderados por Laurita Felix. Os clãs Policarpo e Damasceno vivem na área em torno do córrego da Gata, sob a liderança de José Alfredo de Oliveira (vide árvore genealógica, documento nº 10).

Além do ordenamento espacial, os clãs ordenam também os casamentos, pois está presente e em pleno vigor a proibição de casamentos endogâmicos. Senão observemos:

- 1) Augusto Paulino dos Reis Policarpo casou-se com Marilza Felix Viana e Maria Luisa Lino da Silva, ambas do clã Felix;
- 2) Rondon Felix Viana, do clã Felix, casou-se com Marinalva Izidoro Krenak, do clã Izidoro;
- 3) João Batista de Oliveira, do clã Policarpo, casou-se com Dejanira de Souza, do clã Souza, e com Maria Julia Izidoro Krenak, do clã Izidoro;
- 4) José Manuel de Souza, do clã Souza, casou-se com Cleuza Cecílio Damasceno, do clã Damasceno;
- 5) José Cecílio Damasceno, do clã Damasceno, casou-se com Milda Imbelina Damasceno, do clã Imbelina (encontra-se diluído nos outros clãs);
- 6) Valdemar Adilson, do clã Souza, casou-se com Maria Luiza Lino da Silva, do clã Felix.

Ainda com relação ao casamento, observa-se que também é considerado incesto o casamento entre primos de primeiro grau, o que, caso ocorresse, terminaria por eliminar o incesto para os casamentos endogâmicos clânicos.

Outra característica nos casamentos e que perdura é a tendência observada por Manizer (1914) da monogamia em série. Manizer dizia: "selon tante apparence, après une série d'unnions aus

si peu solides, dans un âge plus avancé, elle conclura une union plus durable, mais jamais, sans doute, pour toute la vie, car l'hom mes changent d'épouses de maris". Observamos que enquadram-se, nesta descrição, os seguintes casos atuais: Dejanira de Souza (três casamentos); João Batista de Oliveira (dois casamentos); Augusto Paulino dos Reis (dois casamentos); Valdemar Adilson (dois casamentos); Maria Augusta Krenak (dois casamentos); Luiza Lino da Silva (dois casamentos); Maria Sonia Krenak (dois casamentos); Jo velina (três casamentos); Marilza Felix (dois casamentos).

Com relação aos casamentos, o que observamos é que hoje os Krenak não mais aceitam que seus membros se casem com nacionais. Aqueles casamentos que já ocorreram são suportados, embora seja proibido a estes nacionais participarem ativamente das decisões grupais. Já a partir de 1987, os Krenak que se casarem com nacionais deverão viver fora da área sem ter sequer acesso a parcelas de terras, que é um direito garantido a todos os membros do grupo que atingem o "status" de adulto ao se casarem.

Um aspecto interessante é os Krenak educarem os órfãos do grupo, adotando-os como se fossem seus filhos.

Outro ângulo a ser considerado é a questão da forte presença feminina nas decisões grupais. Estigarribia (1934: 25), referindo-se ao ano de 1913, afirmava que "as mulheres idosas têm ascendência e dominam a tribo, através dos chefes que só fazem o que elas querem. A mãe de Muin entre os Krenak; Gipokane entre os Gut-Krak e Benedita entre os mansos do rio Doce". Quem conhece o grupo Krenak, hoje, pode observar que a presença mais forte, atuante e reivindicatória é das mulheres. Destacamos, particularmente, as figuras de Laurita Felix, Sonia Izidoro Krenak, Maria Paula da Glória e Maria Julia Izidoro Krenak.

Como a língua falada pelos Krenak continua viva e é exercida cotidianamente, parcela significativa da população tem nome na Língua Portuguesa e na língua nativa. Dum total de 73 pessoas, 45 têm nome na língua nativa, o que representa 64% da população. Excluímos deste cálculo os nacionais casados com Krenak e os recentemente chegados de Vanuire.

Nestas nominações na língua, constatamos, também, que a

forma de homenagear membros importantes da comunidade dá-se através da repetição de nomes atribuídos às novas gerações. É o caso do nome Pac e João Bugre (Borún). O nome em Borum é atribuído pela avó da criança, que espera que ela manifeste características peculiares para poder adequar o nome ao indivíduo, pois estes são retirados de elementos da natureza.

As doenças tradicionais, isto é, que não foram resultantes do contacto com a sociedade nacional, são tratadas com medicação advinda da flora. Usam ainda:

Macaié - para dor de barriga;

Curatan - para machucados;

Raiz de Fedegoso - para febres;

Arnica - para tosse;

Capim-de-pinto - para "pontada";

Folha de Sapucaia - para matar piolhos.

Para encerrar esta questão, ressaltaríamos o fato de que é pela descendência que todos os grupos sociais garantem a sua reprodução biológica e social, através de processo de socialização. É através deste processo, comum a todas as sociedades humanas, que os novos membros do grupo estabelecem a lealdade à etnia a que pertencem e assumem a consciência de pertinência ou não a um determinado grupo social. É, também, através da socialização que compreendemos o passado histórico do nosso grupo, as formas interpretativas do universo em que vivemos e os padrões comportamentais de solidariedade para com o nosso grupo e de oposição a outro. Esta forma de consciência, que é sustentada pela linha de ascendência/descendência, é a base de sustentação lógica de reprodução dos Krenak, apesar de aculturados.

Embora estejamos tratando de índios que mantêm contacto desde o início do século e que portanto, sofreram todas as formas de compulsão e pressão no sentido de se descharacterizarem como sociedade indígena, os Krenak preservam a consciência de que não são parte da sociedade nacional. Sua inserção na sociedade nacional se processou por mecanismos de acomodação e não de assimilação. Se definíssemos assimilação como é percebida pela Sociologia, teríamos que um grupo social é assimilado quando perde, totalmente, suas

peculiaridades culturais e sua identificação com as origens, processando-se a incorporação plena no outro grupo social, tanto a nível das estruturas econômicas, políticas, sociais, quanto psicológicas. Este processo, entretanto, é dialético e implica que a sociedade dominante também aceite, plenamente, os membros do outro grupo como parte da sua sociedade. Observamos que tal não ocorre com os Krenak, que são tratados de forma preconceituosa pela sociedade regional, com a qual estão em constante fricção pela disputa de terras.

O fato de viverem uma situação de grave desarticulação das estruturas sociais faz com que os Krenak sejam caracterizados como "índios genéricos", na definição de Ribeiro (1970), ou seja, "aqueles que, apesar da violenta descaracterização cultural que sofrem, mantêm a consciência da pertinência a um grupo social que se diferencia da sociedade nacional. Por isso mesmo, desenvolvem mecanismos próprios de solidariedade grupal e visões particulares sobre o universo referencial, resultado de suas vivências históricas específicas e inconfundíveis com as da sociedade dominante".

A conexão da atual geração dos Krenak com os "troncos antigos" pode ser percebida pelo processo de socialização, que lhes permite um perfeito domínio do conhecimento concreto e simbólico do seu território tribal, lembranças de fatos históricos, a existência de formas próprias de ordenamento social, em perfeita sintonia com as conhecidas dos demais grupos Jê.

A lembrança dos nomes dos ancestrais é comum até a terceira geração anterior, recuando a nomes que constam em farta documentação relativa ao grupo, como se pode observar na seguinte relação:

- Krenak (Simoens, 1918; Estigarribia, 1934, 1913 e 1920).
- Muin (Simoens, 1918; Estigarribia, 1934; Caldas, 1918; Lobo, 1918; Barbosa, 1929; Estigarribia, 1913, 1920 e 1921).
- Pac (Abreu, 1926).
- Inhá (Simoens, 1918; Abreu, 1926).
- Gyrou (Simoens, 1918; Abreu, 1926).
- Sebastiana (Abreu, 1926).
- Jacó (Abreu, 1926).

28. QUANTOS ÍNDIOS RESIDEM ATUALMENTE NA REFERIDA ÁREA, ENTRE HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS?

A população residente em Krenak compõe-se de 92 pessoas assim distribuídas:

Faixa Etária	Masculina	%	Feminina	%	Total	%
0 - 10	22	23,91	15	16,30	37	40,22
11 - 20	15	16,30	12	13,04	27	29,35
21 - 50	11	11,96	13	14,13	24	26,09
Mais de 51	02	2,17	02	2,17	04	4,35
TOTAL	50	54,35	42	45,65	92	100,00

Fonte: Levantamento realizado em campo, 1989.

28.A) OS QUE ALI RESIDEM SÃO TODA A TRIBO KRENAK?

Não. Devido à trajetória histórica do grupo (vide questão nº 24), a população Krenak encontra-se dispersa por vários pontos do território nacional.

28.B) EXISTEM OUTROS MEMBROS DAS TRIBOS KRENAK OU POJIXÁ FORA DA ÁREA?

Sim e estão assim distribuídos e localizados:

LOCAL	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Fazenda Guarani	3	5,45	7	12,72	10	18,18
Bananal	2	3,63	3	5,45	5	9,09
Vanuire	17	30,90	22	40,0	39	70,90
Resplendor	0	0,0	1	1,8	1	1,8
TOTAL	22	40,0	33	60,0	55	100,0

Fonte: Idem.

Se considerarmos os dados populacionais a partir do critério "vivendo fora ou dentro da reserva", teremos a seguinte distribuição total da população Krenak:

População Krenak	Masculina	%	Feminina	%	Total Parcial	%
Vivendo na Reserva	50	69,5	42	56,0	92	62,5
Vivendo fora da Reserva	22	30,5	33	44,0	55	37,5
TOTAL	72	100,0	75	100,0	147	100,0

Fonte: Idem.

QUESTÕES DO EXMO. SR. PROCURADOR
DA REPÚBLICA.

1 . OS ÍNDIOS KRENAK TINHAM O SEU HÁBITAT TRADICIONAL, NO SÉCULO XIX E PRINCÍPIO DO SÉCULO XX, NA REGIÃO DO RIO DOCE?

Sim. Esta resposta está explicitada nas questões 2,3,7, 10,11,22 e 23 da autora.

2. A ÁREA DOADA PELO ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DO DEC. 5642, DE 1920, ERA OCUPADA TRADICIONALMENTE PELOS ÍNDIOS KRENAK?

Sim. Resposta explicitada nas questões nºs. 3, 10, 22 e 23 da autora.

3. OS ÍNDIOS KRENAK FORAM RETIRADOS DA ÁREA PELA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS À FORÇA? QUANDO?

Sim. Resposta explicitada na questão 24 da autora.

4 . APÓS A RETIRADA DOS ÍNDIOS, AS TERRAS FORAM ATRIBUÍDAS AOS RÉUS?

Sim. Fruto do acordo entre a FUNAI e a Ruralminas em que se dava a permuta entre a área Krenak e a Fazenda Guarani (Of. 452/PRES/FUNAI, de 1 de dezembro de 1971), foi efetivada a titulação dos arrendatários ocupantes da área indígena (vide questão nº 24 da autora).

5 . AS PROPRIEDADES DOS RÉUS INCIDEM NA ÁREA INDÍGENA, TRADICIONALMENTE OCUPADA PELOS KRENAK E A ELES RECONHECIDA, EM 1920, PELO ESTADO DE MINAS GERAIS, ATRAVÉS DA DOAÇÃO REFERIDA NO 2º QUE SITO DESTA SÉRIE?

Sim. Como se pode observar no conjunto formado pelos mapas 1, 7, 8 e 9, há plena incidência. Chamariamo a atenção para o fato de que a titulação pela Ruralminas foi precedida de demarcações realizadas na área Krenak a partir de informações dos ocupantes e estudos "in loco".

Alguns domínios da área Krenak não foram titulados:

1. as ilhas frontais à barra do Eme; excetuando-se a que está em poder de Osvaldo Bastos Fernandes, de 3,72 ha;
2. o lote de terras da FUNAI, na margem direita do rio Doce, de 3,8 ha (vide mapa nº 2);
3. a área que ficou sob controle da FUNAI. Esta área foi arrendada ao Patronato São Vicente de Paula, de Resplendor, e foi ocupada pelos Krenak quando retornaram da Fazenda Guarani, em 1980.

6 . À ÉPOCA DA RETIRADA DOS ÍNDIOS E DOS ACORDOS ESPÚRIOS SOBRE SUAS TERRAS VIGORAVA A CONSTITUIÇÃO DE 1967 COM REDAÇÃO DA EMENDA Nº 1, DE 1969?

Sim. O acordo foi estabelecido em 1971. A ilegalidade do ato foi, aliás, ressaltada pelo Assessor Jurídico da FUNAI (Carvalho, 1980, dat), que afirma, no seu texto, ter chamado a atenção para este fato no momento da permuta da área Krenak pela Fazenda Guarani.

Havia tanta consciência da inconstitucionalidade do acordo, que a FUNAI nunca transferiu legalmente a área Krenak para o Estado de Minas Gerais.

QUESTÕES DO EXMO. SR. JUIZ DA
3A. VARA DA JUSTIÇA FEDERAL
EM MINAS GERAIS

A. ANTES DE 1920, HAVIA POSSEIROS NA ÁREA LITIGIOSA? QUANTAS PESSOAS? Devendo a resposta, se possível, identificá-las, em caso afirmativo, e esclarecer as fontes de informação e os indícios ou vestígios materiais encontrados, inclusive construções, currais, etc.

Pela documentação consultada, não havia, antes de 1921, posseiros na área litigiosa. Maiores detalhes sobre este dado encontram-se na resposta à questão número 23 da autora.

B. ANTES DE 1920, A ÁREA LITIGIOSA ERA OCUPADA POR BOTOCUDOS, KRENAKS OU REMANESCENTES DE OUTRAS TRIBOS? QUANTAS PESSOAS? Devendo a resposta ser explicitada na forma pedida no item anterior.

Sim. Isto está melhor explicitado nas respostas de número 3, 7, 8, 9, 11 e 22 da autora.

Quanto à existência de vestígios de ocupação, é impossível fazer afirmativas definitivas, devido aos seguintes fatores:

1. só uma equipe especializada em Arqueologia e que trabalhasse ali por cerca de 2 anos poderia dar respostas definitivas;
2. o fato de os Krenak serem nômades, não construindo casas de estrutura duradoura (vide foto nº 30), não fazendo roças grandes e sistemáticas, não enterrando seus mortos de forma que os ossos pudesse ficar preservados, dificulta até mesmo o trabalho de arqueólogos;
3. o fato de a área ter tido sua cobertura vegetal destruída para a implantação de pastos, de se haver trabalhado o solo com trator e de o solo ter ficado exposto à lixiviação torna pouco provável a existência de material arqueológico.

- C. QUANTOS KRENAKS OU REMANESCENTES, DESTA E DE OUTRAS TRIBOS HÁ NA ÁREA DOADA PELO ESTADO DE MINAS GERAIS, NA ATUALIDADE? HÁ KRENAKS ESPALHADOS POR OUTRAS REGIÕES?

Esta questão foi tratada na resposta à pergunta número 28, da autora.

D. QUANTOS PROPRIETÁRIOS TITULADOS, POSSEIROS, AGREGADOS DE PENDENTES E FAMILIARES, APROXIMADAMENTE, HÁ NA ÁREA REFERIDA NO ITEM ANTERIOR?

O contacto que estabelecemos com os fazendeiros ocorreu em duas etapas. Tendo sido marcada uma reunião no Clube Social de Resplendor entre os fazendeiros e a equipe, compareceram treze de seus representantes.

Visitamos quantidade significativa de fazendas. Algumas delas não puderam ser visitadas pela dificuldade de acesso. Em certos casos não encontramos o titulado, por morar no Espírito Santo ou noutras cidades de Minas Gerais, tendo os empregados se recusado a fornecer informações. Houve fazendeiros que se recusaram a prestar informações.

A área é ocupada, predominantemente, pela pecuária. A agricultura só é possível nas áreas de baixio e/ou alagadas. Logo, a presença humana nesta área é de baixa densidade. Há na área 41 proprietários titulados, ocupando terras de dimensões bastante diferentes (vide mapa e tabela nº 1). Não há posseiros na área Kre nak, pois todos os ocupantes foram titulados após 1982.

Dos 21 fazendeiros sobre os quais obtivemos dados, temos o seguinte:

	Nº Absoluto	m/fazenda
AGREGADOS	20	1,0
DEPENDENTES	54	2,6
FAMILIARES	94	4,5

Se usarmos a média como base para cálculo no total de fazendas, temos a seguinte estimativa:

41 agregados
106 dependentes
184 familiares

QUESTÕES DO EXMO. SR. ADVOGADO
DOS RÉUS

1 e 2. HÁ NO POSTO INDÍGENA GUIDO MARLIERE, NO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR, ALGUM ÍNDIO DA TRIBO CRENAQUE?

HÁ, NO REFERIDO POSTO INDÍGENA, ALGUM ÍNDIO DA TRIBO PJIXÁ?

Creio ser necessário iniciarmos estas questões pela definição do que seja índio.

A Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973, assim define índio ou silvícola: "é todo o indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional".

Na formulação de duas quaisquer categorias de elemento, em situação de oposição complementar, a lógica estabelece que a existência de uma implica o aparecimento da outra. Para que haja índio, é necessário haver "branco" que se lhe oponha. Logo, podemos afirmar que toda a identidade é situacional, contextual e contrastiva. Guillermo Batalha (in Cotia, 1981) afirma "... el índio nace cuando Colon toma posesión de la isla Hispaniola en nombre de los Reyes Catolicos. Antes del descubrimiento europeu la población del continente Americano estaba formada por una gran cantidad de sociedades diferentes, que se hallaban en grados distintos de desarrollo evolutivo".

Darcy Ribeiro (in Cunha, 1986: 117), ao definir índio, afirma: "índio é todo indivíduo reconhecido como membro por uma sociedade pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerado indígena pela população brasileira com que está em contacto". Continuando, ao definir entidades étnicas, diz: "...sobrevivem à total transfiguração de seu patrimônio cultural e racial... a língua, os costumes, as crenças são atributos externos à etnia susceptíveis de profundas alterações sem que esta sofra colapso ou mutação... as etnias são categorias relacionais entre grupos humanos, compostos antes de representações recíprocas e de lealdades morais do que de especificidades culturais e raciais".

Conseqüentemente, podemos concluir que diferenças cul-

turais, ao persistirem, deixam de ser apenas modos diversos de atuação e ordenamento do mundo, para terem um significado simbólico da alteridade social, construída e conscientizada. A história simbólica, elaborada pelo povo e construída a partir da crença numa origem comum aos membros do grupo, desconhece a miscigenação, embora o povo dela tenha consciência. Esta crença, transmitida pela socialização, permite aos membros do grupo desenvolverem os mecanismos de solidariedade interna, que se distinguem dos de oposição com relação aos membros de outro grupo que compartilham de uma outra história.

Esta condição, de oposição estrutural, é que nos permite afirmar que as sociedades indígenas não foram assimiladas, mas integradas. Isto é, apesar de viverem articuladas e acomodadas às exigências impostas pela sociedade dominante, não se anularam, passando a constituir, plenamente, parte desta, pois o conflito e o preconceito têm estimulado a persistência dos sinais diacríticos que clarificam a oposição existente. Consequentemente, persistem dois processos distintos de socialização, que levam à formação de diferentes grupos sociais com entendimento diferenciado do mundo.

A própria lei brasileira reconhece essa diferenciação ao garantir uma condição jurídica específica às populações indígenas. Também o Estatuto do Índio, ao reconhecer os vários estados possíveis para índio, afirma que este pode ser integrado ou não integrado, porém, em nenhum momento, prevê a possibilidade de alguém deixar de ser índio. Como afirma Pereira (in Agostinho, 1982: 79-80): "...compondo-se de atributos pessoais vinculados à condição de pessoa na sociedade, o estado (de índio) é irrenunciável, inalienável, imprescritível, insusceptível de transação e indivisível".

Considerando-os como membros de uma comunidade, devriamos, antes de mais nada, definir o que é uma comunidade indígena. Usaremos, mais uma vez, as considerações de Cunha (1985: 37): "comunidades indígenas são aquelas comunidades que se consideram segmentos distintos da sociedade nacional em virtude de uma consciência de sua continuidade como sociedades pré-colombianas".

Chegariamos, assim, a alguns pontos cruciais na nossa análise, que nos permitem afirmar que grupos étnicos são formas

de organização social, cujos membros se identificam e são identificados como tais por outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem. É a própria sociedade, portanto, que tem a capacidade de determinar quem são ou não seus membros, através do preenchimento de determinadas condições que ela mesma estabelece. No caso Krenak, o "jus soli", o "jus sanguis", a participação na luta contra os invasores de suas terras - participação trágica na sua história -, o domínio e o conhecimento de conceitos, valores, crenças e língua constituem os critérios fundamentais de identificação dos seus membros.

Outro elemento chave na formulação da identidade parte do par complementar de oposição "índio" X "branco". Ao discriminar tais categorias, os "brancos" impedem aos índios o acesso pleno aos benefícios da sociedade; ao desenvolver preconceitos e emitir-lhos, a sociedade nacional garante, assim, a identificação do índio como objeto de suas emissões de valores e de mecanismos de discriminação.

Podemos reduzir nossa análise aos critérios de auto e heteroidentificação como componentes básicos de definição da identidade étnica de um povo.

O que constatamos na área Krenak (vide árvore genealógica, documento nº 10) é que em nenhum momento os índios negam a presença de nacionais na composição de suas famílias ou mesmo de índios pertencentes a outras etnias. Porém, como tantos outros povos do mundo, inclusive os ditos "civilizados", incorporaram pela socialização os filhos dos casamentos interétnicos. Estes se tornam, portanto, autênticos Krenak, ao assumirem esta condição social, conhecerem seus valores e tradições, aprenderem a falar Borúrum, desenvolverem laços de solidariedade intragrupo e de oposição à sociedade regional, passando a compartilhar o mesmo destino de pobreza, discriminação e incerteza.

Pela documentação consultada, observamos que não é possível identificar, no passado, quem era Pojixá, pois as referências feitas às pessoas existentes, inclusive com listagens de nomes (Silva, 1918; Abreu, 1926), não identificam se são Krenak ou Pojixá (vide documento nº 11).

Supomos que aquelas constantes na lista de Silva referente ao ano de 1918 são Krenak, liderados por Krenak e Capitão Muin. Os nomes que não constam na lista de 1918 e estão presentes na de 1926 não podem ser identificados como Pojixá ou como membros dos grupos dissidentes de Orimã e Kembruk, que também são Krenak (Estigarribia, 1913 e 1934).

Se quiséssemos usar o critério da língua falada para distinguir os dois grupos, observaríamos que, realmente, falam-se três dialetos na área Krenak: Nakpie, Nakrché e Krenak, todos da língua Botocudo (Borum) (Seki, 1986), porém a autora não identifica as pessoas que falam estes dialetos para que pudéssemos distinguir os membros do grupo Krenak e Pojixá.

Como o grupo predominante era Krenak e a terra ficou conhecida como "dos Krenak", os Pojixá foram absorvidos por casamentos (Manizer, 1919) pelos dominantes, passando a assumir a identidade Krenak.

Que há índios Krenak não se pode negar. Deve-se considerar, portanto, os elementos de auto e heteroidentificação, os laços de solidariedade, a consciência de pertinência a um grupo social que se opõe estruturalmente ao dos "brancos", a participação num mesmo destino, o domínio de conhecimentos específicos e da história comum como os elementos básicos da construção da identidade Krenak. Este processo de inserção via socialização pode ser comprovado através de uma herança social passível de ser reconstituída pela herança biológica. Como todos os membros da sociedade Krenak descendem unilateral ou bilateralmente de ancestral Krenak, não podemos desconhecer a satisfação das exigências estabelecidas nas definições de índio, seja pela Lei 6001, por Ribeiro ou Cunha.

3. SE EXISTE, QUAL O NOME DE CADA UM DOS INDÍGENAS, IDADE E LOCAL DE NASCIMENTO, SE FALA CADA UM DELES O IDIOMA QUE LHES É PRÓPRIO E SE SE ENTENDEM ENTRE SI POR MEIO DESSE IDIOMA?

Os nomes dos Krenak encontram-se referidos na árvore genealógica deste laudo (vide documento nº 10), constando a idade, quando foi possível detectá-la, pois os Krenak, como todos os demais grupos indígenas, mesmo os considerados integrados, têm dificuldade de saber a idade com precisão.

Também na árvore genealógica pode-se identificar os membros da comunidade que não são Krenak.

Quanto aos locais de nascimento das pessoas da tribo Krenak, temos a informar que não são nascidos na área Krenak as seguintes, distribuídas, assim, por cidades:

1. Colatina - Antonio Paulo Rosário, Sergio Paulo Rosário, Sonia Paula Rosário - filhos de Maria Paula da Glória.

Gilson Batista Santana, Girley Batista Santana, Jeferson Batista Santana, Gleidson Batista Santana - filhos de Luzia Batista de Oliveira.

Imbelina Batista de Oliveira, José Carlos Batista de Oliveira, Solange Batista de Oliveira, Osmar Batista de Oliveira, Teófilo Batista de Oliveira, Jurema Batista de Oliveira e Ubiratã Batista da Oliveira - filhos de José Alfredo de Oliveira.

Chamamos a atenção para o fato de Maria Paula da Glória, Luzia Batista de Oliveira e Jamir José Paulino serem irmãos e descendentes dos Gut-Krak aldeados no PI Pancas (Espírito Santo), nas proximidades da cidade de Colatina. Quando houve a transferência para a Fazenda Guarani, em 1972, os irmãos retornaram ao território de origem, ainda que o Posto Indígena Pancas não mais existisse. Instalaram-se, trabalharam e casaram-se tendo filhos em Colatina, excetuando-se Jamir que daí partiu para Conselheiro Pena.

2. Conselheiro Pena - Dirlene Maria Paulino, Dulciline Maria Paulino, Dulcineia Maria Paulino, Jamir José Paulino Junior e Euzilene Maria Paulino - filhos de Jamir José Paulino, que, quando da transferência do grupo para a Fazenda Guarani, optou por

trabalhar na Prefeitura de Conselheiro Pena, onde casou e teve filhos. Retornou para a área Krenak logo após retomarem a área abandonada pelo Patronato São Vicente de Paula.

3. Resplendor - Lidiane Viana e Cíntia Viana - filhas de Basílio Luiz Viana que trabalhou na cidade de Resplendor, onde se casou e as elas nasceram.

Estas crianças já dominam a língua Borum e, no seu cotidiano, se expressam nesta língua.

Apenas para ilustrar os efeitos da perda das terras, com a expulsão e consequente peregrinação dos Krenak pelo Brasil, sobre a vida familiar, usaremos o caso de José Cecílio Damasceno, reconstituindo o roteiro de seus deslocamentos:

PI Krenak (nascimento) - PI Maxakali - Krenak - Fazenda Guarani (nascimento de dois filhos) - PI Vanuire (São Paulo) - PI Cachoeirinha (Mato Grosso - nascimento de outro filho) - PI Vanuire (São Paulo - nascimento do quarto filho) - PI Krenak (onde vive atualmente).

4. Até recentemente foram transportados, índios de tribos de outras regiões do estado e mesmo de outros pontos do país para o Posto de Crenaque, com evidente intenção de fazer crer, por ocasião da perícia, na existência de índios Crenaque e Pojixá no Posto Indígena Guido Marlière, no Município de Resplendor.

- a) Quantos indígenas recém-trazidos pela FUNAI, qual o nome de cada um deles e a que tribo pertencem?
- b) Falam o idioma da tribo a que dizem pertencer?
- c) Em que data chegaram ao Posto?

Consultar não apenas os registros de entrada desses índios no Posto, como também ouvir a respeito moradores e fazendeiros que residem nas adjacências, sem vinculação com a causa, indicando-se nome e identidade dos informantes.

Houve recentemente o deslocamento, por livre e espontânea vontade, sem interferências da FUNAI, de 3 famílias, com 22 membros, vindas do PI Vanuire (São Paulo). Chamariamo a atenção para o fato de que estas pessoas são Krenak, como se pode observar pela sua linha de ascendência (vide árvore genealógica, anexo nº 5). Deslocaram-se para Vanuire quando das transferências dos Krenak para PI Maxacali, em 1958, e para a Fazenda Guarani, em 1972 (maiores detalhes na resposta à questão nº 24 da autora). Também os estudos da linguista Lucy Seki (1986, anexo nº 12) atestam a existência de falantes de Nakrehé e Krenak no Posto Indígena Vanuire, identificados por Bridgeman, em 1958, e pela própria Seki em 1982.

Outros índios que residiam fora da área indígena, como é o caso de José Alfredo de Oliveira, Luzia Batista de Oliveira, Jamir José Paulino, Maria Paula da Glória, Basílio Luiz Viana e Nilza Vieira das Graças, já retornaram há, aproximadamente, 2 ou 3 anos.

Passaram a retornar a partir do momento em que uma pequena parcela do território original foi recuperada. Apesar das dificuldades de sobrevivência na pequena área que hoje ocupam, o sentimento de pertinência ao grupo e a forte vinculação com o ter-

ritório tribal fizeram com que abandonassem os empregos que tinham em outros pontos do território nacional, como na cidade de Colatina, Conselheiro Pena e até mesmo Resplendor (vide documento nº 13, 14 e 15). Maiores detalhes podem ser observados nas respostas às questões 24 e 28 da autora.

É importante notar que ainda há Krenak vivendo fora da área, conforme se observa na resposta à questão nº 28 da autora. Eles só aguardam a solução para a questão da terra para retornar ou, senão, permanecer onde estão, embora insatisfeitos e não adaptados à convivência com os outros grupos indígenas, senhores das terras onde vivem atualmente.

a) São os seguintes os índios recém-chegados de Vanuire:

Família nº 1

Maria Tereza Adilson, Edmar Adilson, Valdemar Adilson, Oredes Adilson.

Família nº 2

Jovelina Jorge Dasmasceno, José Cecílio Damasceno, Milda Imbelina Damasceno, Lindomar Cecílio Damasceno, Cássia Cecílio Damasceno, Juarez Cecílio Damasceno, Viviane Cecílio Damasceno, Erivelton Cecílio Damasceno, Adalto Cecílio Damasceno, Luzia Imbelina Damasceno, Cleuza Cecílio Damasceno, Mario Cecílio Damasceno.

Família nº 3

José Manuel de Souza, Reginaldo, Leumir, Anderson, Emerson de Souza.

b) Pudemos observar que todos falam o idioma Borum, dialetos Nak pie, Nakrehé ou Krenak que, conforme Seki (1986, documento nº 14), são os falados pelos índios da Reserva Krenak, vivendo no Posto Indígena Vanuire, Fazenda Guarani e Posto Indígena Krenak.

c) Os índios de Vanuire chegaram ao PI Krenak no início deste ano de 1989.

Ouvimos vários segmentos sociais sobre esta questão e obtive mos os seguintes posicionamentos com relação à recente chegada dos índios ao Posto Indígena Krenak:

1. moradores de Resplendor - afirmam que as pessoas, que não seriam índios, foram trazidas pela FUNAI;
2. moradores de Estação Krenak - afirmam não saber de nada e, até mesmo, desconhecem a chegada de pessoas à área indígena;
3. moradores do Patronato de Independência - afirmam que as terras são dos índios e que estes têm todo o direito de retornar quando quiserem às terras que lhes pertencem.

Fazendo uma análise antropológica deste problema, podemos observar que, na área onde se faz presente a ação dos fazendeiros, predomina a visão distorcida da questão, não só quanto à identidade étnica daquelas pessoas, como também às razões que as levaram a voltar para a área Krenak. É o caso da cidade de Resplendor. Já a população de Estação Krenak, que sofre a influência direta de fazendeiros e índios, pois é ponto de circulação de ambos os grupos sociais, opta pelo silêncio, preferindo "ignorar" a questão. Os moradores do Patronato de Independência, liberados de pressões, emitem sua opinião sem ter sofrido qualquer forma de deturpação em decorrência de conflitos e tensões.

Quanto a indicar a identidade dos informantes, reservo-me fazê-lo publicamente, para evitar constrangimentos e pressões a eles. Porém as fitas gravadas encontram-se à disposição do Exmo. Sr. Relator deste processo.

5. EXISTEM CEMITÉRIOS INDÍGENAS DENTRO DAS TERRAS EM LITÍGIO,
ISTO É, EM CRENAQUE?

Sim. Pergunta respondida na questão 12 da autora.

6. SEGUNDO AFIRMA A AUTORA, ISTO É, A FUNAI, A PRESENÇA DOS KRE NAK E POJIXÁ NA ÁREA DO POSTO INDÍGENA E ADJACÊNCIAS DATA DE TEMPOS IMEMORIAIS.
7. SE É ASSIM, PODE-SE CONSTATAR A EXISTÊNCIA DE OSSOS FOSSILIZADOS NAS SEPULTURAS DOS INDÍGENAS?

Pergunta respondida na questão 12 da autora.

8. PELO EXAME DOS OSSOS E DEMAIS REMANESCENTES DOS CORPOS ALI INHUMADOS, PODE-SE DETERMINAR A DATA DOS PRIMEIROS SEPULTAMENTOS?

Conforme referimos anteriormente, este trabalho só poderia ser realizado por especialistas em Arqueologia o que não é o caso desta equipe. Além do mais os trabalhos arqueológicos são extremamente demorados e nem sempre obtêm os resultados esperados, pois dependem de uma série de condições que variam desde a cultura material do grupo às características do ecossistema a ser estudado (vide resposta B do Exmo. Sr. Dr. Juiz da 3a. Vara da Justiça Federal, secção de Minas Gerais).

Por não sermos arqueólogos, consultamos o Dr. André Prous, arqueólogo da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a existência de estudos arqueológicos na área Krenak. A resposta foi negativa. Infelizmente, ninguém realizou este tipo de trabalho na região. Esta informação nos foi confirmada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado de Minas Gerais.

9. QUE HÁ NO LOCAL QUE PROVA A PRESENÇA DOS CRENAQUE, ALI DES DE "TEMPOS IMEMORIAIS"?

Há as denominações toponímicas a que nos referimos na questão 25 da autora, além da enorme quantidade de documentos e fontes bibliográficas citadas neste laudo.

Outro elemento importante a ser considerado é a memória grupal que, quando consultada adequadamente, revela-se fiel repositório de informações precisas sobre o território tradicional e sua ocupação pelos Krenak.

BIBLIOGRAFIA

Abaixo-assinado enviado ao Secretário do Ministério da Agricultura do Estado de Minas Gerais (99 assinantes). 28/7/1922, man.

Abaixo-assinado dos posseiros da área Krenak ao Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, 15/4/1953, dat.

ABREU, Silvio Froes de - Os Índios Crenakes (Botocudos do rio Doce em 1926) in Revista do Museu Paulista, Tomo XVI, São Paulo, 1929.

ACIOLY e SILVA, I. e AMARAL, Prás - Memórias Históricas da Província da Bahia, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1925.

AGOSTINHO, Pedro - Incapacidade civil relativa à tutela do índio in SANTOS, Silvio C. - O Índio Perante o Direito. Florianópolis, UFSC, 1982.

ALMEIDA, Cecílio Abel de - O desbravamento das selvas do Rio Doce - memórias, Livraria José Olimpio Editora, RJ, 1978.

ALVIM, Marília Carvalho de Mello e - Diversidade morfológica entre os índios Botocudos do Leste Brasileiro (século XIX) e o Homem de Lagoa Santa, Rio de Janeiro, 1963.

ANÔNIMO - Relatório da FUNAI, s/d, dat.

AVÉ-LALLEMANT, Robert - Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1959, I vol. Instituto Nacional do Livro e MEC, Rio de Janeiro, 1961.

BARBOSA, Amadeu - Ofício ao Diretor de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais, 26/8/1929, dat.

BARBOSA D'ALMEIDA, L.A. - Viagem às vilas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre e aos rios Mucuri e Peruíbe in Revista Trimestral de História e Geografia, 4º trimestre, 1846, vol. VIII, 1a. ed., tip. João Ignácio da Silva, Rio de Janeiro, 1987.

BARBOSA, Dr. Luiz Antônio - Relatório à Assembléia da Província de Minas Gerais, apresentado em sessão ordinária de 1852, Typegraphia do Bom..., Ouro Preto, s/d.

BASTOS, Rafael de M. e CARVALHO, Marco Antonio - Súmula do Relatório de Viagem à Fazenda Guarani - Minas Gerais, durante o período 25/09 a 04/10/1979, FUNAI, dat.

CALDAS, Olimpio de Freitas - Memorial Descritivo do levantamento feito na Margem Esquerda do Rio Doce, rio M e um pequeno trecho da Estrada de Ferro Vitória-Minas entre os Kms 257 e 261 na confrontação desses rios, 16/1/1918, man.

CALDAS, Olimpio de Freitas - Ofício a Antonio Jaguaribe, 30/1/1918, man.

(04/02/1918) - Ofício a Antonio Jaguaribe, man.

CÂMARA, Isnard de Albuquerque - Relatório de Viagem à sede da Ajuda Minas/Bahia, aos Postos Indígenas Maxacali, Krenak e Fazenda Guarani no Estado de Minas Gerais, 27/3/1972, dat.

CAMPOS, Jorge Quirino de Araújo - Os Krenak diante da Estrada de Ferro Vitória-Minas, s/d, dat.

CARVALHO, L. - Ofício s/destinatário, 31/1/1917, dat.

(5/12/1917) - Parecer técnico da Diretoria da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais, man.

CARVALHO, Marco Antonio de - Informação 014/80/DGPC Referente Processo FUNAI/BSB/0237/80, 22/01/1980, dat.

CAPISTRANO DE ABREU, J. - Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, Ed. Soc. Capistrano de Abreu, Livraria Brigniet, Rio de Janeiro, 1930.

CIMI - Sobre a Questão das Terras dos Índios Krenak, s/d, dat.

CHIARA, Vilma - Armas: Bases para uma Classificação in RIBEIRO, Berta - Suma Etnológica Brasileira, Ed. Vozes - FINEP, Petrópolis, 1986.

Coletânea - Edição Comemorativa do 1º Centenário da Independência, Vol. X, Lithographia e Typographia Pimenta de Mello e Cia. RJ, 1923.

CONDE DE SUZANET - O Brasil em 1945 - Semelhanças e Diferenças após um século, Livraria da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1954..

COSTA, Sérgio Lopes da - Ofício ao Diretor da Agricultura, Terra e Colonização, 6/9/1922, man.

COTIA, Alceu - Relatório de Viagem à área indígena Xakriabá, 1981, dat.

CUNHA, Ma. Manuela C. da - Definição de Índios e Comunidades Indígenas nos textos legais in SANTOS, Silvio C. dos - Sociedades Indígenas e o Direito - uma questão de direitos humanos, UFSC, Florianópolis, 1985.

- Parecer sobre os critérios de identidade étnica;
- Critérios de indianidade ou lições de antropofagia;
- Etnicidade: da cultura residual mas irredutível in Antropologia do Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.

CURTINS, Philip D. - The Image of Africa: British Ideas and Action 1780 - 1850, University of Wisconsin Press, Madison, 1964.

CARVALHO, Romildo - Parecer 80/PJ/80, 27/6/1980 - FUNAI, dat.

DECRETO nº 23806 do Estado de Minas Gerais, 14/8/1984, Belo Horizonte, dat.

DE MARQUET, Sonia - Krenak: breve histórico, 9/7/1982, dat.

- Os Krenak às margens do Rio Doce (relatório de viagem), 1982, dat.

Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização - Relatório referente ao ano de 1911, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1912.

Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais - Relatório relativo ao ano de 1910, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1911.

Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais - Relatório relativo ao ano de 1918, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1919.

EGLER, Walter Alberto - A zona pioneira ao norte do Rio Doce in Boletim Geográfico do IBGE, nº 167, Ed. do IBGE, RJ, 1962.

Engenheiro do 2º Distrito de Terras de Minas Gerais - Ofício ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais. 7/6/1925, man.

EPESCHIT, José Pedro - Edital do 2º Distrito de Terras e Colonização, 6/4/1923, dat.

- Memorial Descritivo da medição e Demarcação de uma sorte de terras situada na Barra do Ribeirão do Eme, distrito de Igreja Nova, município de Itambacury, ocupada pelos índios Crenques, setembro de 1927, man.

EHRENREICH, Paul - Contribuições para a Etnologia Brasileira in Revista do Museu Paulista, Nova Série, vol. II, São Paulo, 1948.

ESPIRITO SANTO, Marco Antonio - Relatório de Viagem, 1981, dat.

ESTIGARRIBIA, Antonio - Relatório apresentado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais relativo ao ano de 1910, dat.

(3/12/1912) - Relatório relativo ao ano de 1912, apresentado ao Chefe da 2a. secção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacional, dat.

(13/2/1917) - Ofício ao Diretor de Agricultura, Terras e Colonização de Minas Gerais, dat.

(1919) - Relatório dos trabalhos efetuados na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, relativo ao ano de 1919, nº 100.1720, dat.

(1919) - Relatório semestral do engenheiro chefe dos trabalhos especiais na Inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas, nº 748.1919, dat.

(1920) - Relatório anual apresentado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, dat.

(1934) - Índios do Rio Doce in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, vol. VII, Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1934.

- Trecho de um relatório apresentado pelo inspetor Antonio Estigarribia à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1912, relativamente aos índios do Rio Doce in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, vol. VII, Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1934.

FALCÃO, Djaci - O Domínio da União sobre as Terras Indígenas - o Parque Nacional do Xingu, Ministério Público Federal, Brasília, 1988.

FALCÃO, Ismael Marinho - O Estatuto do Índio in Falcão, Djaci - O Domínio da União sobre as Terras Indígenas - o Parque Nacional do Xingu, Ministério Público Federal, Brasília, 1988.

FRANCO, Afrânio de Mello - Guido Thomáz Marlière (o apóstolo das selvas mineiras), Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1914.

FUNAI, Processo Presidência 473/87 - FUNAI, 31/3/1987, Brasília, dat.

GÂNDAVO, Pedro M. - Tratado Geral da Terra do Brasil, Ed. Obelisco Ltd., São Paulo, 1964.

GUERIOS, Rosário F.M. - Entre os Botocudo do rio Doce in Gazeta do Povo, 08, 20 e 21 de junho de 1944, Curitiba.

JACOB, Rodolpho - Minas Gerais no XXº Século, vol. I, Gomes, Irmão e Cia. Editores, RJ, 1911.

JAGUARIBE, Antonio - Ofício a Álvaro da Silva (11/10/1917, man.

(12/2/1918) - Ofício ao Diretor de Agricultura, Terras e Colonização, dat.

LOBO, Samuel Silveira - Telegrama a Clodomiro Oliveira, s/d.

(1921) - Relatório anual dos serviços executados na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios nos estados de Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, 1921, dat.

(9/8/1922) - Telegrama para o Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

(21/9/1922) - Ofício ao Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, dat.

(1923) - Relatório anual dos serviços executados na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios nos estados de Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, 1923, dat.

LOBO, Samuel - Informação, 1/7/1930, dat.

(9/12/1930) - Telegrama a Olegário Maciel.

(1930) - Exposição da atuação dos trabalhos ao cargo da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios nos estados de Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, dat.

LOUKOTKA, Chestmir - Família Linguística Kamakan del Brasil in Revista do Instituto Etnológico de la Universidad Nacional de Tucumán, México, 1931.

LOWIE, Robert - The Indians of Eastern Brazil in STEWARD, J. - Handbook of South American Indians, vol. I - The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers, N. York, 1963.

MANIZER, Henri H. - Les Botocudos in Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXII, Imprensa Nacional, RJ, 1919.

MARCATO, Sonia A. - A Repressão contra os Botocudo em Minas Gerais in Boletim do Museu do Índio, nº I, maio, Minter, Rio de Janeiro, 1979.

MARLIÈRE, Guido - Correspondência e Anotações dirigidas ao sr. Editor do Universal in Revista do Arquivo Públíco Mineiro, vol. X, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1905.

- Documentos Diversos Relativos a sua Vida e Obra in Revista do Arquivo Públíco Mineiro, vol. X (1905); XI (1906); XII (1907), Belo Horizonte.

MARTIUS, C.F. von - Natureza, Doencas, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939.

MELLO, Judith Freitas de A. - Índios do Espírito Santo in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nºs 22/24, ano 1961/63. Imprensa Oficial do Espírito Santo, Vitória, 1964.

MELLO-LIMA, ... - Parecer, 28/8/1923, man.

MENEZES, Vasco F.C. - Carta ao 4º Vice-Rei do Brasil in ACIOLY e AMARAL, Brás - Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1925.

METRAUX, Alfred - Les Indiens Kamakan, Pataxó et Kutaso d'après le journal de route inedit de le explorateur français J.B. Douville in Revista do Instituto Etnológico de la Universidad Nacional de Tucuman, vol. I, México, 1930.

(1963) - The Botocudo in STEWARD, J. Handbook of South American Indians, vol. I - The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers, New York.

MONIZ BARRETO, D.A.B. - Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil e, principalmente, para a capitania da Bahia, com uma breve notícia da missão que entre os mesmos índios foi feita pelos prescritos jesuítas in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tip Universal de Laemmert, Rio de Janeiro, 1956.

MONSERRAT, R. e EMMERICH, C. - Sobre os Aimoré, Gren e Botocudo, Notas Linguísticas in Boletim do Museu do Índio, nº 3; Minter, Rio de Janeiro, 1975.

NIMUENDAJÚ, Kurt - Über die Botocudos, manuscrito inédito, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1939.

NUNES, Vitor - RE nº 44585, Rel Min Vitor Nunes, Referências da Súmula do STF, 1970, vol. 25, pp. 360/361 in FALCÃO, Djaci - O Domínio da União sobre as Terras Indígenas - o Parque Nacional do Xingu, Ministério Público Federal, Brasília, 1988.

Ofício da Coletoria Federal de Aimorés para José Augusto de Castro, 30/11/1938, dat.

Ofício-Relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, 19/8/1948, dat.

Ofício do Prefeito de Resplendor ao Chefe da Divisão de Cadastro da Diretoria do Domínio da União, 22/11/1938, dat.

OLIVEIRA, Humberto - O Índio do Brasil, Anexo I, Serviço de Proteção aos Índios (1910-1930), Rio de Janeiro, 1935.

OLLIAN, José - Marlière, o civilizador - esboço biográfico. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1958.

(1965) - Indígenas de Minas Gerais, aspectos sociais, políticos e etnológicos. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OTT, Carlos - Pré-História da Bahia, Livraria Progresso Editora, Bahia, 1958.

OTTONI, T.B. - Notícias sobre os Selvagens do Mucuri in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. XXI, Rio de Janeiro, 1858.

PALAZZOLO, F. Jacinto - Nas Selvas do Mucuri e do rio Doce. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1954.

PEQUENO, Waldemar - Cinquentenário de Aimorés in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. XI, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1964.

(1969) - Município e Comarca de Aimorés - sua história in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte,

PIZARRO, Monsenhor - Memórias Históricas da Província de Minas Gerais in Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. XIII, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1909.

Processo nº 0768 - 47599/71. FUNAI, Brasília, 1971.

RENAULT, Pedro V. - Relatório da exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos feito pelo engenheiro....., tendente a procurar um ponto para degredo (1837) in Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1903.

RIBEIRO, Darcy - Os Índios e a Civilização, Civilização Brasileira, RJ, 1970.

RIBEIRO, ... Relatório relativo ao ano de 1917, apresentado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, 05/02/1918, dat.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna - Línguas Ameríndias in Grande Encyclopédia Delta Larousse, vol. IX, 1972.

- Línguas Brasileiras - para o conhecimento das línguas indígenas, Ed. Loyola, São Paulo, 1986.

RODRIGUES, Tarcísio, Chefe do Posto Indígena Guido Marlière Ofício ao Capitão Pinheiro, Delegado Regional da FUNAI, 10/9/ 1969, dat.

(30/12/1969) Ofício ao Capitão Pinheiro, Delegado Regional da FUNAI, dat.

RUGENDAS, J.M. - Viagem Pitoresca através do Brasil, Ed. Itatiaia, São Paulo, 1979.

SAINT-HILAIRE, A. - Segunda Viagem ao Interior do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936.

SEGUNDO, Cabo Antonio Vicente, Chefe do Posto Indígena Guido Marlière - Ofício ao Capitão Pinheiro, Delegado Regional da FUNAI, 4/2/1971, dat.

Relatório apresentado ao Chefe da Ajudânciá Minas/Bahia, 24/11/73, dat.

SEKI, Lucy - Apontamentos para a bibliografia da Língua Botocudo (Borum), 1986, dat.

SENNA, Nelson de - A Terra mineira, Corografia do Estado de Minas Gerais, Tomo II, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1927.

SERRA, Olimpio - Relatório de Viagem do Grupo de Trabalho criado pela Portaria 143/E de 10/4/1973, dat.

SILVA, Antonio Carlos S. da - A tribo dos Índios Crenaks (Botocudos do rio Doce) in Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas, vol. I, Imprensa Nacional, RJ, 1924.

SILVA, Moacyr de Castro - Mandado de citação ao encarregado do Posto Indígena Guido Marlière emitido pelo Juiz de Resplendor, 31/3/1953, dat.

Programa de Trabalho do Posto Indígena Guido Marlière para o ano de 1971, FUNAI, dat.

SILVEIRA, Álvaro A.da - Relatório apresentado ao sr. Secretário de Finanças relativo ao ano de 1909, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1910.

Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - Relatório apresentado ao Presidente da República relativo ao ano de 1913. Editora do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, RJ, 1914.

SIMONIAN, Lígia T. Lopes - Os Krenak (Resplendor, Minas Gerais) e a problemática da terra, outubro 1987, dat.

NENE, Deocleciano de Souza - Relatório apresentado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, nov. 1945, dat.

SOUZA, Gabriel S. de - Notícia do Brasil - Livraria Martins Ed., São Paulo, 1943.

SPIX, J.B. von e MARTIUS, F. von - Viagem pelo Brasil, Cia. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1976.

SOUTHEY, Roberto - História do Brasil, vol. II, Ed. Melhoramentos-MEC, São Paulo - Brasília, 1977.

STEAINS, William John - O Valle do Rio Doce in Revista da Sociedade Geographica do RJ, Tomo IV, Typ. Perseverança, RJ, 1888.

STRAUCH, Ney - Zona Metalúrgica de Minas Gerais e vale do Rio Doce, Conselho Nacional de Geografia Ed., RJ, 1958.

TAUNAY, Affonso de E. - História Geral das Bandeiras Paulistas, Imprensa Oficial, vol. VI, São Paulo, 1945.

VALERIO, Josias de C. - Ofício ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, 16/5/1923, dat.

VEIGA, José Pedro X. do - Plano para a organização de uma sociedade com a denominação de Companhia Brasileira do Rio Doce - 1832 in Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1899.

VITAL, Edmundo.- Relatório de Viagem ao Posto Indígena do rio Eme, 8/6/1919, dat.

Diretor Interino do Serviço de Proteção aos Índios - Ofício ao Dr. Antonio Estigarribia, 17/9/1919, dat.

WIED-NEUWIED, Maximilian - Viagem ao Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

(ilegível)..., Informação relativa a processo, Secretaria de Agricultura, Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização, Inspetoria de Terras e Matas do Estado de Minas Gerais, 10/1/1923, man.

DEPOIMENTOS

Faria, Ozório - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Felix, Basílio - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Felix, Laurita Ma. - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Filho, João Antonio - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Glória, Maria Paula da - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Krenak, Maria Augusta - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Krenak, Maria Julia - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Krenak, Maria Sonia - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Lessa, Otávio Francisco - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Oliveira, José Augusto - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Oliveira, Ma. Luiza - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Paulino, Jamir José - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Silva, Domício Ferreira - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Silva, Sebastião Luiz da - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Souza, José Silveira - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Starling, José Afrânio - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

Veitas, Mario - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

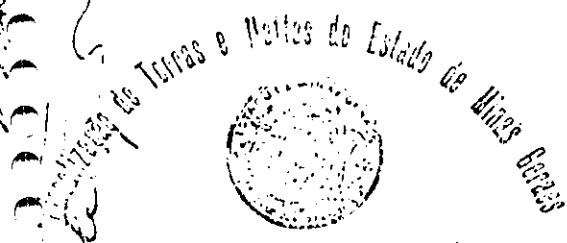
Xerente, Bibiano - depoimento à antropóloga, Resplendor, 1989.

CEDI - P.I.B.		
DATA	/	/
COD.	KL D 9	

Anexos

ANEXOS

DOCUMENTOS



2º DISTRICTO

Nº12

(a) Ex. 1000000
1912
Município de Figueira
Figueira, 12 de Fevereiro de 1912.

Illa: Snr. Dr. Director da Agricultura.

Junto vos envio uma carta a este 2º distrito dirigida por Olympio de Freitas Caldas em que vereis bem detalhadamente narrado o motivo porque deixou o acampamento que ainda hontem estavão todos reunidos e alegres.

No dia 1 do corrente fui com o fiscal Benjamim do Carmo e escripturário Francisco Alencar visitar aquelle acampamento no kilometro nº da E.F.V. Diamantina em frente a barra do rio Me na margem direita do rio Doce.

Ahi chegando fomos muito bem recebidos pelo agrimensor Olympio F. Caldas e mais pessoal da turma ; logo tratamo-nos de por em relaçao com os indios da tribo Crenacs que habitam esta zona ; levando para estes iguarias para melhor catechizar as suas amizade. Em uma canoa acompanhado de Olympio de Freitas Caldas ,Francisco Alencar e mais pessoal da turma atravessamos o rio Doce em demanda do kijeme dos Crenacs e lá estivemos umas duas horas rodeados por elles com as mãos levantadas em forma de pedir e procurando cada qual ser o preferido para logo depois de receber o presente mudando-o de mão estende-la de novo entre empurroes querendo sempre o preferido e assim ficamos duas horas a fazer esta distribuição a apreciar este grande quadro de selvageria .Com nosso tambem foi o liguaria Antonio Ramiro entendendo-nos com os indios notando porém que não conhecem até hoje 4 palavras de Portuguez.

Depois disto voltamos ac nosso acampamento onde passamos o dia seguinte a maior harmonia possível sendo visitados por 5 a 8 indios. No dia 3 voltamos ao nosso escriptorio deixando assim tudo em paz.

Di com grande surpresa que a 9 do corrente chegou a este escriptorio o agrimensor Olympio F. Caldas dizendo que tendo chegado no dia 4 no solo-

nia Cremos o interprete dellez Joaquim Christino ahi imprantado a sua harmonia que tendo descontentado o agrimensor no negoçio dia a tarde fugiu para a estação de Lagão dahi a 3 leguas e embarcando no dia 6 para Lata. Assim pois chegando o pessoal da turma amedrontado aqui com o agrimensor procurei ver se elles voltavão ao serviço por meio de conselhos, accordo nada conseguindo o que finalmente disse-me o agrimensor que só voltaria se o lingua Joaquin Christino fosse demittido do seu lugar de lingua ou interprete que occupa entre os indios e fosse nomeado um outro ou então o governo lhe deasse 15 praças que junto ao pessoal da turma fariam 21 homens perfeitamente armados e com todas as garantias do governo para poder receber qualquer agressão por parte dos indios.

O Snr. dr. Alvaro da Silveira verá perfeitamente narrado o accidente que vez voltar a turma do rio Fme a Figueira amedrontados e sem coragem de prosseguirem o serviço sainão rodeados de todas as garantias para resistir a qualquer ataque destes selvagens ou então como vos disse substituindo o governo federal este lingua Joaquin Christino que se acha ahi sómente como imprantador da discordia.

Saude e fraternidade.

Engenheiro do 2º distrito de terras

Antônio Neves de Jaguaripe

Decção de Indus e Comercio
Bello Horizonte, 2 de Agosto de 1918

(2)

P. S. R.

Neste officio diz o seu. Pro-
fessor do Serviço de Protecção aos
Indios e Localisação de Trabal-
hadores Nacionais dos Estados
do Espírito Santo, Bahia e Cui-
aba, com sede em Victoria, capi-
tal do primeiro, que os indios
Crenas têm tido assistencia
daquella Inspectoria de acor-
do com as verbas pequeninas
votadas pelo Congresso Federal e
que essa assistencia tem se li-
mitado ao fornecimento de
alimentação e roupas e pre-
sta outros esclarecimentos.

Informa a Seção que estes
esclarecimentos são em resposta
ao officio que esta repartição
dirigiu ao seu. Inspector em
virtude do encargo desempenhado
do seu. Secretario no parcer-

40

mento, abatendo de 37 de jazidas, 10 ultimas e o caso é o seguinte:
Tudo o quanto resolvidos na
fundação da nova Colônia
para localização dos imóveis
Pecuários, o Ror. Inspector Federal,
nos seu nome telegrammado
comunica a desacordos
de dessa Colônia, por isso que
os imóveis tiveram assistência
d'aquele Inspector. Quando
do o-lor. Eugenio do L^o Distri-
cto de Terra verificou e impo-
rou, este prestou o seu nome
e uniu-se aletório, do qual
se vê claramente que os
imóveis receberam assistência
têm a sítios em perfeito aber-
doso e os estados de interior
mudou.

Em vista disto e em res-
posta ao referido telegramma
comunica-se tudo ao Ror.
Inspector Federal.

Como está resolvidos a fonda-
ções da Colônia, de cuja re-
dução das terras e levantamen-
to da respectiva planta e a
achar encarregado o Ror. Euge-
nho do L^o Distrito de Terra,
parece que se deve responder
este ofício do Ror. Inspector Fe-
deral e confirmando o oficio
que o Ror. Inspector Federal

2
Que, tanto é verdade
rificada pelo Rev. Eugenio
do 1º Distrito de Terra, que
a repartição continua a
providenciar sobre a funda-
ção Coloniais para os indios
que foram localizados e
ridados.

G. L. D.

acord.

2 - 8 - 917

A. S. M.

Cachocim do dia 4 de Fevereiro de 1873.

Florê Eugenheino do 2º distrito da Terra.
Sigüeice.

Comunico-vos que, hoje durante minha
estada no serviço, esteve no abarracamento o Srs Joa-
quim Christino juntamente o Capitão Almeida, Che-
fe da tribo Crenac, e alguns mais desses índios; afi-
quim Christino proferiu diversas palavras offensivas
ao Conselheiro da Turma, e disse aos índios que
eles estavam sendo prejudicados visto estar esta tur-
ma sendo sustentada com os gêneros que o Governo
mandou fornecer aos índios, cujas despesas estavam
sendo pagas por elle e Dr. Paul Ribeiro.

Em vista do que disse o Joaquim Christino, o Capitão
Almeida que hontem comprometeu-se mandar um
índio substituir o Ramiro, do qual precisava para
acompanhá-lo até' Rosopelador afim de fazer suas
compras, hoje nenhuma satisfação o Capitão deu
a respeito, e só' as 8.2 horas chegaram dois índios
no abarracamento perguntando se esta turma ia
ao serviço e comunicando a ida do Capitão Almeida
e os principais índios da tribo para Rosopelador,
o que não acreditei devido esses índios estarem

II.

estarem suspridos dos generos que lhes entregaram os
não havendo necessidade de ir todos a Resplendor.
Em vista disto, cesso a boa ordem que B. E. o
panhado do L. fiscal Benjamin do Carmo e escriv
ario Francisco Almeida, presenciaram entre os tri
dos indios Crenacs e esta turma de medicão d.
Colonia para estes. Julgo terdes presenciado q.
os indios Crenacs nada sabem de portuguez e de os
costumes sao ainda de selvagismo apesar de á 87
9 annos seguidos estarem convivendo com o sacer
dote Joaquim Christino este percebendo salvo os
Governo da Ilha para auxiliar na Cathechese e
nos selvagens. Acontece ainda que devido no
cias que tive do Joaquim Christino não ser esse
fiel na entrega dos presentes destinados aos indios
deixei de o encarregar da distribuição dos generos
que fostes autorizado pela Directoria da Agencia
Terra deste Estado, para distribuições aos indios q.
aparecerem no acampamento durante a execu
do serviço; cujos mantimentos e algumas roupas
tem sido por mim entregue aos indios pelo q.
tis tem se mostrado baptizadores. Em vista da
claragaõ hostil a falso q. ter o Joaquim Christino
no Capitão Abrahim e os demais indios, obri
gue a suspender este serviço de suprimento

Agrimensor interino do 2º Ofício

Levando esta ocorrência ao knowe conhecimento
afim de favorecer devidamente a Directoria da Agrimensura
solicitando dista as providências que o caso
merece. Comunico-vos mais, que o Joaquim
Christino Tén concorrido para a aglomeracão dos
vácuos mas muitas imediatas ao logar escolhido
para colonia dos índios.

Conforme presenciei, melhoraria muito que o índio
Raimundo de Oliveira que encontrastes no abrigo comum
servindo de intérprete durante a ausência do Joa-
quim Christino, cujo índio é da tribo já civiliza-
da existente no Etuôto.

Ninguem terá melhor boa vontade de cumprir os
deses do que eu, porém prevenho o que pode aconte-
cer a mim e a ti, mas é possível continuar
este serviço enquanto não houver proibição da
tada do Joaquim Christino junto aos índios. En-
trei nesse.

Lauda e fraternidade.

O agrimensor interino do 2º Ofício
Olympio de Freitas Caldas

Manuscrito
Cachocina do Enc 30 de Janeiro de 1885.

Exmº Senr Dº Antônio dº Joaquim.
D.F. Engenheiro do 2º distrito de terras.

Siquicina

Comunico-vos, que todos indios que
compõem a tribo dos Crenacs se acham al-
diados na bacia do rio Enc, e estão exigindo
comida e diversas coisas; acontece que nisto
caras o Sen Joaquim Christino não pode estar
aqui nos acompanhando, e que escreveu encomen-
do um seu filho para substitui-lo, assim não
é possível a continuação deste serviço. Quanto
ao Joaquim Christino, já vos disse pessoalmente
o motivo porque não lhe posso ter intima em-
 fiança; este ainda me manda um seu filho
que a poucos dias retira-se da tribo devido a
ter chamado sua atenção pelas constantes faltas de
dias, ou acarretando prejuízos ao serviço.

Pela quantidade de indios que apareceram ago-
ra no acampamento, não é bastante distribuir-nos
somente os com mil reis (1000) que estavam autoriza-
do fornecê-los em guerra. A inspeção de pro-
cês a ellos nada tem concordado de que

de Setembro do anno p. passado ate' haja; a o
pera com os que aqui tem aparecido jem visto.
Ta por esta Ternua de medicas, o que tambem provem
não exceder da verba autorizada pela Secretaria
Agricultura, conforme o officio a vós dirigido.

O numero de indios aqui actualmente é de 8
90 indios entre grandes e pequenos; estes não t.
outros recursos li não os 1000000 reis que se pos-
sever a elles, e assim acho-me em difficulta
visto essa verba não chegar para tantos.

Espero que V. Exa. ^o providencie com Toda urge-
nre sentido, me avisando no primeiro termo o
que deva fazer. Segue uma nota para vós, que
ai, para os indios, tem aqui na barra a uns 30
que vieram buscar gênero para os demais, o que
que aqui temos são poucos e destes ja' fui dei, e su-
beram que não chega para um dia, por isso V. Exa.
providencia urgencia uma remessa de perdidos.
O que não acredito que este serviço seja feito quando
não uma Comissão qualquer que represente aos
indios, visto com o intérprete ser impossivel a el-
los entenderem o Portuguez.

Freitado

Do Agregante interino

Alfonso de Freitas, interino.

2º Distrito de Terras.

Memorial descri-
tivo do território
feito na margem esquer-
da do Rio Doce, Rio
Cone e um pequeno tre-
cho da E. de ferro Vic-
tória à Minas entre
os quilômetros 257 e 261
na confrontação desses
rios.

Memorial descriptivo do levantamento

feito na margem esquerda do Rio Doce e Rio
Cana em afim de ser projectada a demarcação da
Colônia para os índios Cucuas no distrito de
São Joaquim ^{Theodosio Ottoni},
município de Belo Horizonte. — — —

Bússos magnéticos — Declinação 18°25' Oeste.

Conclui o levantamento na mar-
gem esquerda do Rio Doce em frente o quilômetro 450
da Estrada de Ferro Victoria a Minas, cuja placa
kilométrica está situada na margem direita do Rio
Doce e ligada a estação 1 do levantamento com o azi-
muth 37°30' SE em distância de 350 metros.

Parte da estação 0 com as deflexões e variâncias em
graus:

Estado	Deflexões	Altitudes	Distân- cias	Cotas	Observações
0	-----	-----	-----	180	Mata virgem
0-1	90° NE	200.	"	"	Canega derrubada
1-2	13° E 77° NE	87.50	"	"	Fim da derrubada
2-3	— " "	94.	"	"	
3-4	— " "	182.	119		
4-5	13° II 90° E 142.	119			De 4 a 90° canega derrubada
5-6	11°30' E 78°30' NE	65.50	"	"	Fim da derrubada
6-7	27°30' II 74° SE	78.	"		
7-8	28°30' E 77°30' NE	80.	"		Barranco na vinda da foz.
8-9	16° II 86°30' SE	192.	118		
9-10	— " "	60.	"	"	
10-11	10°30' E 81° NE	75.50	"		
11-12	— " "	72.	"	"	
12-13	4° S 77° E 96.	"	"	"	

Reflexões primárias Distância Gotas	Observações
-24. - - - - 90° E 41.50 118.	
-25 24° D 66° SE 88. "	
-26 1° E 67° SE 48. "	
-27 29° E 84° NE 116. 117.	
-28 59°30' E 24°30' NE 36.50 "	
-29 55°30' D 80° NE 69. "	
-30 14°45' D 85°15' SE 67. "	
-31 1° E 86°15' SE 38. "	
-32 8°05' D 78°10' SE 45. "	
-33 - - - - " " " 91. "	
-34 50°10' D 28° SE 40. "	
-35 30°30' E 58°30' SE 67. "	
-36 21°20' D 38°10' SE 53. "	
-37 37°50' E 85° SE 70. "	
-38 1°45' D 83°15' SE 126. "	
-39 62°15' D 21° SE 54. "	
-40 28°15' E 49°15' SE 33.50 "	
0-41 3°45' E 53° SE 4. " Variação nessa	
0-42 - - - " " 51. 116.	
0-43 56° E 71° NE 78. "	
0-44 1°40' D 76°40' NE 86. "	
0-45 7°20' D 77° NE 110.50 "	
0-46 - - - " " 118. "	
0-47 57°45' D 45°15' SE 88. "	
0-48 30°15' E 65°30' SE 32. "	
0-49 8°30' E 74° SE 89. "	
0-50 47° D 27° SE 56. "	
0-51 22°30' E 49°30' SE 105. 115	
0-52 1°30' E 51° SE 28. "	
0-53 - - - " " 31.50 "	

Estacas	Deflexão Brinqueiros	Distan- cia	Gatos	Observações
43-44 11° II	40° SE	113.50	115	
44-45 3°15' II	37°45'SE	59.50	"	
45-46 0°25' E	38°10'SE	69.	"	
46-47 -----	" "	96.	"	
47-48 2°25' II	35°45'SE	28.	"	Esgotado secco
48-49 -----	" "	32.	"	
49-50 -----	" "	50.	"	Ganego secco
50-51 -----	" "	33.	"	
51-52 0°45' II	35° SE	94.	114	
52-53 5° II	30° SE	12.	"	
53-54 -----	" "	63.	"	
54-55 12° E	43° SE	41.50	"	Comeca Ziba
55-56 20° II	22° SE	19.	"	
56-57 -----	" "	82.	"	Fim da Ziba
57-58 5° E	27° SE	115.	"	
58-59 14° II	13° SE	131.	"	
59-60 9°45' E	33°45'SE	69.	113	Comeca Ziba
60-61 34°15' E	60° SE	93.	"	
61-62 35° II	25° SE	52.	"	
62-63 45° II	20° SO	51.50	"	
63-64 -----	" "	15.	112	Borda do Rio Ense
64-65 8°15' II	38°15'SO	51.	"	desaguando o Rio das
65-66 1°15' E	37° SO	22.	"	" " "
66-67 12° II	39° SO	37.50	"	" " "
67-68 4° E	35° SO	73.	111	Fim da Ziba
68-69 36° E	1° SE	300.	"	
69-70 30° E	31° SE	92.	110	Em frente uma eleva- da foz pra o mar. Os cravados.
				Da estaca 70 m. 110

Latas	Deflexões	Brinque	Distan- cias	Gotas	Observações
					uma estaca 64 na barra do rio Eus e fin o levantamento provisório por dentro desse rio visto na occasião o mesmo ter pouca agua e ser calcado de pedras ate' o ponto onde parecia com a linha provisória.
A	-----	20° S O	-----	112	Em cima de uma pedra.
B	55° 50' E	35° 50' SE	168.	115	
C	55° 50' E	88° 20' NE	95.	"	
D	58° 25' II	33° 15' SE	22.	"	
E	13° 55' II	19° 30' SE	320.	116	
F	7° 10' II	12° 10' SE	129.	"	
G	2° 05' E	14° 15' SE	18.50	118	
H	-----	" " "	29.	120	
I	57° 45' E	72° SE	120.	"	
J	11° 45' II	60° 15' SE	121.	"	
K	27° 45' E	88° SE	91.50	122	
L	19° E	73° NE	137.	"	
M	46° 15' II	60° 45' SE	106.	125.	
N	42° 30' E	76° 45' NE	148.	130	
O	19° 45' II	83° 30' SE	118.	"	
P	28° 30' E	68° NE	103.	132.	
Q	13° 30' E	54° 30' NE	138.	133	Engotão seco a E do rio.
R	23° 30' E	32° NE	45.80	135	
S	40° 45' II	72° 45' NE	105.	"	
T	54° 30' E	18° 15' NE	90.	"	Engotão a E do rio.

Estações	Deflexões	Pranchas	Distâncias	Total	Observações				
T - U	18°15' E	0° NN	51.	138.					
U - V	0°40' E	0°40' NO	72.	"					
V - X	33°20' E	33° NO	87.50	"					
X - Y	9°15' E	48°15' NO	188.	140					
Y - Z	67°45' W	25°30' NE	149.		No barranco a margem direita do rio.				
Z - Z1	64°30' W	90° E	32.	"					
Z1 - Z2	10° E	80° NE	44.	"					
Z2 - Z3	24°15' E	55°45' NE	36.	"					
Z3 - Z4	11°45' E	44° NE	45.	"	No estaca 14° dei por fundo o levantamento pro- visorio voltando na esta- ca 61 mais 35 metros do le- vantamento. Fizê-lo na mar- gem do Rio Doce, onde tra- vi uma estaca que dominou meiros (0) de onde, emfe- gir o levantamento de cui- tivos até a staca 15°.				
61+35=0	- - - -	25° SE	- - -	113.	Margem esquerda do Rio Doce.				
0 - 1	65° E	90° E	80.	114.					
1 - 2	- - -	"	55.20	155					
2 - 3	- - -	"	17.80	160	Sítio de um engenho				
3 - 4	- - -	"	70.	"	" "				
4 - 5	- - -	"	30.	150					
5 - 6	- - -	"	70.	140	Barranco seco.				
6 - 7	- - -	"	60.	160					
7 - 8	- - -	"	154.70	170					
8 - 9	- - -	"	50.	210	Na estaca 9 tem uma margem S.E. a. 9 - 10	"	34. (2.95)	144	

	Geodônio	Brinantes	Distânc. cm	Grados	Observações
11	- - - - -	90° E	34.	250	
12	- - - - -	" "	46.	258	
13	- - - - -	" "	50.	265	
14	- - - - -	" "	32.	260	
15	- - - - -	" "	50.	250	
16	- - - - -	" "	50.	240	
17	- - - - -	" "	104.	180	Na estaca 17 tirei uma rec. ção para o Rio Guaporé
18	- - - - -	" "	60.	160.	Grotas
19	- - - - -	" "	52.	170	
20	- - - - -	" "	34.	172.	Em um poço longe
21	- - - - -	" "	34.	175	Em uma fenda
22	- - - - -	" "	86.	168	
23	- - - - -	" "	50	166	
24	- - - - -	" "	32.	"	
25	- - - - -	" "	60.	165	
26	- - - - -	" "	80.	145	
27	- - - - -	" "	34.	140.	Na estaca 27 encontrei a linha de levantamento provisó- rio pelo Rio Guaporé, onde era criada uma estaca de madeira boa e firme ligação direta ponto com a estaca 24 do levanta- mento provisório, e a sua es- taca desenunciada, de onde con- tinuou o levantamento definitivo.
28	46° E	44° N E	22.	140.	
29	14° 26' E	39° 46' N E	75.	141.	
30	27° 46' E	45° N E	39.	"	

Estacas	Deflações obliquas distâncias	Cotas	Observações
30 - 31	12° E 10° NO	64. 141	
31 - 32	----- " "	17.50. "	
32 - 33	48°30' E 52°30' "	32. "	
33 - 34	43°30' E 84° SO	136. 142.	
34 - 35	28°50' II 75°10' NO	178. "	
35 - 36	23°25' II 50°45" "	23. "	
36 - 37	55° II 4°15' NE	25. 143	
37 - 38	57°45' E 53°21' NO	27. "	
38 - 39	54° E 72°30' SO	29. "	
39 - 40	9° E 81°30' "	32.50. "	
40 - 41	28°30' II 76° NO	48. "	
41 - 42	18° II 58° "	45. "	
42 - 43	22°30' E 80°30' "	30.50. "	
43 - 44	48° II 32°30" "	26. 144	
44 - 45	17°10' II 15°20" "	28. "	
45 - 46	7°40' E 23° NO	34. "	
46 - 47	58°30' II 35°30' NE	39. "	
47 - 48	38°30' II 74° "	44. 145	
48 - 49	11°20' E 62°30" "	16. "	
49 - 50	9°20' II 72° NE	64. "	
50 - 51	1° II 73° "	50. "	
51 - 52	18° II 89° SE	45.50. "	
52 - 53	13°30' II 75°30" "	34. "	
53 - 54	56°45' E 47°45' NE	59.50. 146	
54 - 55	58° II 74°15' SE	35. "	
55 - 56	30°45' E 75° NE	29. "	
56 - 57	45° E 50° "	26. "	
57 - 58	72° E 22° NO	108. "	
58 - 59	0°30' E 22°30' NO	51. 147	Em sua base, inseriu-se uma cota no alto de um muro.
59 - 60	32° II 9°30' NE	22.50. "	

Localização e Distância	Observações
61 17° 00' S 28° NE 28.50 142	
62 41° II 68° " 30. "	"
63 12° 30' II 80° 20' " 68. "	"
64 15° 45' E 64° 45' " 63.20 "	"
65 10° 15' E 54° 30' " 40.50 "	"
66 12° 15' E 46° 15' " 35. " 148	
67 19° 45' II 62° " 24. "	"
68 6° 30' E 55° 20' " 46. "	"
69 9° 45' II 65° 15' " 42. "	"
70 0° 45' II 66° " 38. "	"
71 30° 20' II 83° 30' SE 68. "	Entre 70 e 71 tem um agutado e círculo de 20.
72 34° II 49° 20' SE 51. "	"
73 27° 20' II 23° " 51. "	"
74 6° 30' II 15° 30' " 36. "	" Orio fica a II. 40 metros
75 - - - " " " 55. " 149 " " " 50 "	
76 39° 20' E 55° " 58. " 150 " " " 60 "	
77 10° E 65° " 25. "	" " " 60 "
78 26° 45' II 38° 15' " 35. "	" " " 70 "
79 67° 45' II 10° 30' " 36. "	Entre 78 e 79 tem um agutado.
80 36° 50' E 47° 30' " 50.50 "	Orio fica a 30 m a. II.
81 14° 10' E 61° 30' " 32. "	" " " 60 "
82 23° 30' II 38° " 80. "	" " " " " "
83 8° 15' E 46° 15' " 51. "	" " " " " "
84 11° 15' E 57° 30' " 24. "	" " " " " "
85 3° 30' II 45° " 38. " 151 " " " 80 "	
86 6° 30' II 35° 30' " 54. "	" " " " " "
87 36° 30' E 75° " 61. "	" " " " " "
88 23° " 52° " 46. "	" " " " " "
89 13° E 67° " 35. "	" " " " " "

estação	longitude	latitude	distância	cota	Observações
87-90	18°15'27" S E 50°45' SE	20.	151	Oceano, serra a 50 metros a D.	
90-91	5°45' E 56°26' "	24.50	"	"	"
91-92	23°56' S 53°46' "	35.	"	"	65 "
92-93	25°26' E 58° "	52.	"	"	"
93-94	1°26' E 57°26' "	28.	"	"	"
94-95	13°26' E 73° "	60.	"	"	"
95-96	2°15' E 75°15' "	38.	"	"	"
96-97	0°15' E 75°26' "	35.	"	"	70 "
97-98	51°36' E 55° NE	34.	"	"	85 "
98-99	18° E 35° "	40.	152	"	120 "
99-100	15° E 22° "	45.50	"	"	"
100-101	2°30' II 24°36' NE	49.50	"	"	120 "
101-102	40° E 15°30' NO	64.50	"	"	100 "
102-103	13°30' E 29° NO	19.	"	"	"
103-104	27° II 2° NC	41.50	"	"	80 "
104-105	17° II 15° NE	29.	"	"	60 "
105-106	4° II 19° "	35.	"	"	40 "
106-107	3° II 22° "	22.50	"	"	"
107-108	5°30' II 29°30' "	28.50	"	"	70 "
108-109	17°30' E 12° "	31.50	"	"	"
109-110	2°30' II 14°36' "	54.	"	"	60 "
110-111	25° II 39°36' "	31.	"	"	40 "
111-112	77°36' E 38° NO	50.	"	"	"
112-113	39° II 1° NE	48.	"	"	50 "
113-114	13°30' II 14°30' "	45.50	153	"	60 "
114-115	13°30' E 1° NE	26.	"	"	80 "
115-116	21° E 20° NO	35.50	"	"	40 "
116-117	18°45' II 1°15' "	54.50	"	"	70 "
117-118	19°15' II 18° HE	46.50	"	"	60 "
118-119	12° II 30° "	40.	"	"	"

Cois	Deflexões	Brinque	Distânc. cim.	Cotis	Observações
120 17° E	13° NE	89.	1.54	Orio a 20 m² a II.	
121 1°30' II	14°30' n	23.	"	" " 60 " "	
122 116° E	31°30' NO	48.	"	" " " " "	
123 22°15' II	4°15' "	23.80	"	" " 50 " "	
124 4°45' E	9° "	30.50	"	" " 40 " "	
125 3°30' E	12°30' "	66.50	"	" " 10 " "	
126 1°30' II	11° "	33.	155	" " 5 " Este 125 e	
127 30° E	41° "	36.	"	126 faltou-nos uma variação	
128 57° II	16° NE	34.	"	faltou-nos uma variação	
129 12° II	28° "	30.	"		
130 1° E	27° "	66.	"		
131 9°30' E	17°30' "	55.	"		
132 14°30' E	3° "	25.	"		
133 18° E	14° NO	28.50	"		
134 16° II	2° NE	28.	"		
135 64° II	66° "	41.	"	faltou-nos uma variação.	
136 13°30' E	52°30' "	28.	"		
137 13° II	65°30' "	47.	158.		
138 49° II	65.3° SE	29.	"		
139 25°45' E	88°45' NE	23.50	"		
140 18°30' E	70°15' "	48.	"	Orio a 50 m² a II	
141 30°15' E	40° "	126.	159	" " 80 " "	
142 116° E	6° NO	115.20	"	" " 60 " "	
143 42° II	36° NE	120.	"		
144 21° E	13° "	136.	"		
145 42° II	54° "	191.	"	Varanda seca	
146 26° E	28° "	112.	"		
147 40° II	68° "	120.	"	at 50 m² varanda seca	
148 38° II	86° "	106.	"	290 m² a D, lugão na mar-	
149 35° E	50° "	80.	"	gum da vila.	

Estação	Deflexões	Brancalho Distânc.	Alt.	Observações
		km		
149-150	50° E 0° N.N. 112.	159		
150-151	3° E 2° NO 120.	"		
151-152	44° E 26° "	151.	"	
152-153	50° E 76° "	252. 160	Saltou de uma varanda.	
153-154	48° D 28° "	232. 165		
154-155	6° D 22° "	170.	"	
155-156	24° D 2° NE 192.	"		
156-157	4° D 6° "	223.20.172	A 80 metros saltou de uma varanda seca.	

No estação 157 dei por fim oeste leste, tamente voltando ao começo do mesmo, mas estacas 9 e 18, e tornado as secções A e B de oeste leste fazendo ligações destas com o levantamento provisório pelo lado rio.

Seção A:

- 9 = A ----- 90° E --- 210
 A - A1 90° D 0° Sul 170. 280
 A1 - A2 ----- " " 242. 270
 A2-A3 ----- " " 100. 260
 A3-A4 ----- " " 172. 160
 A4-A5 ----- " " 96 117 Na margem direita do Rio Leme.

Declividade (graus)	Distância (km)	Altura (m)	Observações
3 - 90° E	150		
90° N. 0° Sul	170	257	
" " "	120	245	
" " "	120	240	
" " "	180	170	
" " "	190	118	Na margem direita do Rio Eme.
			Voltando a margem direita do Rio Doce, em frente à barra do Rio Eme, busquei um ponto na Estrada de ferro Victoria a Obices, de onde parti com o levantamento de um pequeno trecho da mesma, entre os quilômetros 257 e 261, ligando esse levantamento ao já estudado para medições e demarcações da Colonia para os índios Crenas.
			Levantamento do trecho da Estrada de ferro Victoria a Obices entre os quilômetros 257 e 261.
	115		
80° N 1° 35' S			Misada na estação do levantamento na margem direita do Rio Doce.

Estacas	Deflexões retíneulas	Distan-	Cota.	Possivelmente
		cias		
0 - 1	106° E 26° N 0	153.	115	
1 - 2	--- " "	109.	"	
2 - 3	6° E 32° " 59.	"	"	
3 - 4	18° 30' E 50° 30' "	29.	"	
4 - 5	4° 30' E 55° "	43.	"	
5 - 6	16° 40' N 38° 20' "	188.	"	
6 - 7	13° 40' N 34° 40' "	11.50	" Estaca 7 = $\frac{L}{2}$ 257.	
7 - 8	--- " "	198.50	"	
8 - 9	14° E 38° 40' " 76.	"	"	
9 - 10	9° 20' E 48° "	163.	115	
10 - 11	7° 20' N 40° 20' "	52.	"	
11 - 12	5° 45' N 34° 45' "	54.	"	
12 - 13	15° 15' E 51° "	93.	117	
13 - 14	16° 20' E 67° 20' "	170.	"	
14 - 15	15° 55' E 81° 15' "	66.	"	
15 - 16	11° 45' E 87° S 0	131.	" Estaca 16 = $\frac{L}{2}$ 258	
16 - 17	9° 50' N 83° 10' N 0	80.	"	
17 - 18	11° N 72° 10' "	101.50	"	
18 - 19	8° 35' E 79° 45' "	43.	118	
19 - 20	4° 25' E 84° 10' S 0	28.	"	
20 - 21	1° 25' E 82° 45' "	90.	"	
21 - 22	13° 30' N 73° 45' N 0	104.	"	
22 - 23	20° 45' N 53° "	265.	"	
23 - 24	--- " "	288.	" Estaca 24 = $\frac{L}{2}$ 259.	
24 - 25	--- " "	31.	119	
25 - 26	5° N 48° "	49.	"	
26 - 27	1° N 47° "	136.	"	
27 - 28	9° 35' E 53° 20' "	40.	"	
28 - 29	17° 30' E 74° "	35.	"	
29 - 30	3° 30' E 77° 30' "	96.	"	

		Observações
1.	E 82° 56' 85. 119	
2.	N 16° 56' 55" 94. "	
3.	S 33' 18" 81° " 300. 120	
4.	N 85° 11' 84. " Estava 34 = N 85° 260.	
5.	N 82° 11' 82. 44. "	
6.	N 85° 11' 100. " Na estaca 36 despois fim de o levantamento da estrada de ferro no trecho citado.	

Descrição geral:

O terreno a margem esquerda do Rio Doce e vale do Rio Cone, é composto de um argiloso arenoso e presta-se para a cultura de café, cana de açúcar, algodão e pastagens; especialmente na margem do Rio Doce que se presta para a cultura de arroz.

O clima é quente e litorâneo e subtropical, com o leito de levantamento formado encostado a algumas espécies florais de suculenta que tolerante com a longa duração de solos e podem viver ligadas a rochas silvestres e os aguas

dos Rios Doce e Beira São frequentemente solitários.
Foi necessário começar o levantamento na Praia da Gáta, lugar onde os índios Cireneus habitavam anteriormente visto nesse ponto não haver cachoeiras no Rio Doce, sendo nesse a sua travessia menor perigosa.
Na banca do Beira foram feitas travessias somente no tempo da seca.

Centro a vizinhança de seu encanto tem ponto de parada na Estrada de ferro Victoria a Minas, entre os Pólos Núm. 259 e 260, evitando assim, o desprumo com uma estrada de rodagem para as estações de Presidente Vargas ou Lajão, na distância de 14 ou 18 quilometros, que, para qualquer desses pontos, necessita diversas horas para sua estrada de rodagem.

O lugar apropriado para sede da Colônia, é, na praia da Gáta, entre os Pólos n° 1 a 8, visto nesse ponto existir um planalto que se presta para nesse ser edificado os principais edifícios da Colônia; e ser o único lugar que o Rio Doce fornece boa travessia naquele trecho.

Não tem sido encontrada grande quantidade de madeiras de lei.

Siqueira, 16 de Janeiro de 1918.

B agrimensor insº

Olympio de Freitas Caldas

Visto -

o Professor Imprensa pagamento
- 75 -

Publifacanaria da Policia do Povoado
do Rio Piquenador 6 de Outubro
de 1900.

Noto que os homens da Marinha
Carpinha, Frederico Leitão
Reis e Francisco da Cunha, São
habitantes matrizes do Porto
do Ense da concessão das armas
por consentimento do ex-diretor
desse Porto para o Comandante
e Encarregado das Vendas Agora
necessitando de concessão
da R. Carmel, quanto aos
mais que consta d'uma abertura
que não consta nela,
isto, considerando não todos, estes
habitantes, tempos e
muito distantes da respectiva
posta, por que ser feito dos
passos feitos, o que se fa-
zendo se fôr de menor dano.

O Publifacanário da
Polícia em encaminho.

Perquisição de Coimbra
Pecorinho verdadeira as bacias e a
cavagem que supõe fôr de menor dano.

Sor Teogio Lopes da Costa, Tenente
de de Polícia, presidente da comissão
que o Dr. Augusto Gómez encarregou de
ver o que deve ser feito.

Com isto fui autorizado
a responder o de Setembro de 1922.

José Augusto Gómez

Ejercito Gral. Secundino do Vale
admitido que permanecendo sobre
Estados de Mato Grosso.

O abusivo assinando, morando
nos terrenos do Estado, convergem
esquerda do Rio Poce, Distrito do
Repelendor, conquistado território ou-
tido indistintamente essa terras,
estão entanto procedendo ju-
ri o Estado porque todos estam abri-
do lavoura de Cacá, que acostum-
que os que estão localizados nas
immediatas das terrenos que o ga-
verno da Província concedeu para os Va-
lois, nolocal denominado Costa do
Cume, estão sendo prejudicados por
estes, que como vêem procedem com
(apesar de estarem bem ablocados, e
em bons terrenos) estão defrontados
e desprovidos as nossas lavouras -
muito mais que dizer, com
que os seus dirigentes, aqueles que geri-
lham, fombedo em particular em Pau-
lista de São Pedro das, seu comandante
oficial Dr. Firmino, Ribeirão.

Superintendente do Posto do Cine
descriam um litroeste que c-
ubica jora dos terreros medidos perto
os Córdis, para que os localizem
com proprio para esse efeito de-
pendeia que ficam perto os dias
lavoras. Passar agora o Tratado
de aqueles moradores que iron-
guedicidas do Posto do Cine, assig-
narei um documento obligando
os a se sujeitarem a esse Posto, elle
que não ser medidas mais ter-
mo jura os Córdis é que justamente
no local conque temos os nossos, Lamego
dias, Praia - São esses Córdis actua-
lmente estes padronados, a 11 homens
e 2 mulheres e 17 meninos, elles rueda
produtivas, nem ad meus, fere-
elivemente se, e a cada dia
que fuisse que comprecesserem
também rebada e de terceiros ab-
rindo, como vossa prezada
fazem, e o que vossa prezada

e o dizer de seu intento.
O aberto assessorado se deu a
H. Ex^a; os protestos feitos e respon-
sado, não permitindo que os teve-
ros que ocupam, sejam remetidos
para esses Índios, pois já estam
com Jesus Carvalho, Gómez da
Até, Juárez e Impostos, a Carrada
Municípal da Cidade de Itamarati.
Os abertos assinados, foram re-
vista, ver inibição a H. Ex^a, e os
desculpados, se essa concordância
e aspiração do espírito, resto a juiz
Técico de H. Ex^a, serem ditinhados.

Respostas do 28 de Outubro de 1932.

Manuel José Pereira.

A Prog. da Yone Rodriguez de Souza
Outra andar da Senhora Vicente
Lamplido Turriano da Silva, para
o seu afilhado Pereira Karter.

Alago de Antônio Eugênio.

Joaquim Marques da Glória.

Berintho Théophile Pereira.

Barreiro Elias Filho.

João Francisco de Paiva.

João Antônio de Medeira.

Manuel Pereira Vissente.

François Pereira da Silva

Carlos Pereira Guedes.

José Luiz Pereira da Glória.

Joaquim José Miguel.

100. Sucedeu à de Siqueira
Eustálio Pepe Barbosa.
Maurício Ferreira 16.11.20.
Necessário Recado Sucedeu.
Abacatileno.
Pastorino Flores Marais.
Tunes da Cruz.
Justino Formosa da Silveira.
Pedro José da Fonseca.
Tomás Flores Balle.
Entônio Jaqueim.
Rodrigo Silviano Pereira.
Antônio José da Cruz.
Jacinto Flores Pinto.
Humel Jaqueim da Fonseca Pinto.
Manuel José Rento.
Jacquinet Lebranchus Gutirrêz.
Edmundo Lopes Fonseca.
João Antônio de Souza.
Hélio Antônio Pereira.
José Vieira do Santo.
Jacquinet Paulista de Souza.
Jacquinet Fernandes da Cunha.
Lucas José de Faria.
Atilino Francisco de Paula.
José Acácio dos Reis.
Paulo Viana de Souza.
Ricardo Soárez da Souza.
João Pereira Xisto.
Geraldo Guedes Costa da Cunha.
Omar da Fonseca.
Silviano José Pereira.
Blasius da Cunha Pereira.

• José Antônio Oliveira.
• José Antônio Pereira.
• Antônio José da Costa.
• José Antônio Góes.
• Francisco José da Cunha.
• José Antônio Mendes.
• Joaquim José de Magalhães.
• José Raphael da Fonseca.
• Antônio Gonçalves da Silva.
• Antônio Lopes Sulphurio.
• Antônio Serraria Charles.
• Alberto José Pacheco.
• Emanuel Francisco Dutra.
• José Lopes Dantas.
• Ezequiel José Coutart.
• José Vais Prahlage.
• Cláudio José Coutart.
• Antônio Francisco de Oliveira.
• José Coqueiro da Cunha.
• Cláudio Francisco da Cunha.
• José Bonifácio de Oliveira.
• Pedro Gonçalves.
• Pedro Gonçalves da Cunha.
• Francisco Gómez.
• Vítor Miguel Freitas.
• José Luís Rodrigues.
• Antônio da Silva Almeida.
• Antônio Pedro Fernandes.
• Antônio Almeida Moutinho.
• Antônio Domingos.
• Antônio da Silva.
• Antônio da Silva.
• Antônio Gomes da Cunha.

Fernando Marcellino de Souza
Pedro Francisco
Manoel Gonçalves
Joacim José Souza
Sérgio e Sérgio Almeida
João José Pimenta
Guilherme Valla
José Francisco de Medeiros
Grigorio Thomé Luttmann
Ermírio e Henrique da Silveira
Luiz Baptista de Souza
Mendes Filófido de Melo
Cynthia e Manoela de Oliveira
Manoel Pecôrro da Costa
Amancio José Ferreira
João Teixeira da Silveira
Vicente Brazil
Noronha Brazil.

François de Marcellino May
José Sozorio 2803
Manoel Sozorio de Oliveira
Francisco Marcellino das Lages
Rapuliano Pedro da Mota
João Edmundo da Cunha
Manoel José Pereira
Azevedo Roberto da Costa
Francisco Antônio do Passamento
José Macelino Macarau
Vitalino Francisco Diniz
Joaquim Francisco Macêdo
João Murillo da Cunha
João José Sozorio
José Vieira dos Santos
Lacerdiano de Souza
Aroso de Sábario Marcellino das Lages
Romário Marcellino May

Geodésica de Pequena
ou Colocação
no Distrito de Farias.

1927

Processo n.º 114
Data em

Colonia dos Índios

Lugar:

Mangueira Serrita, no pântano da
Encia, a exagerada do Rio Poer.

Município: Itaúba

Distrito: Encia

Area: 2.5418,67,00
Perímetro: 26.033,00

Hipotenusa

Angulo reto

Faltam definições

Certidão

Certifico que fui designado para juntar os de Exercício do 5º Distrito, de Teresópolis e nos lugares públicos de sua jurisdição, copiando os editais que eu, adicionei, sobre, de que, dou fé.

Aymoré, 20 de Setembro de 1907.

Carlos Baptista Leal

Escripturário certame

Juntada

Nos 20 dias, do mês de Setembro de 1907.

Fiz juntada, a estes autos, da cédula que adicionei, de que, dou fé. Eu Carlos Baptista Leal, escripturário particular que sou e assinante.

Aymoré, 20 de Setembro de 1907.

Carlos Baptista Leal

Certidão

Certifico que não houve de protestos, embargos ou exceções, procedeu-se a conceder o dispensa.

Aymoré, 20 de Setembro de 1907.

Carlos Baptista Leal

Escripturário certame

Juntada

Nos 20 dias, do mês de Setembro de 1907, fiz juntada, a estes, autos de concessão de dispensa de que, dou fé.

Aymoré, 20 de Setembro de 1907.

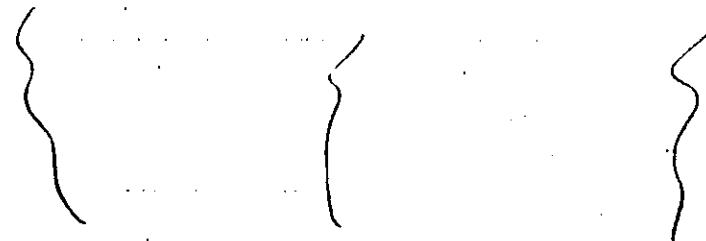
Carlos Baptista Leal

Escripturário certame

DISTRICTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

EDITAL

De ordem do Sr Engenheiro do 2º distrito de terras e colonização faço publico que se vae proceder a medição, divisão e demarcação em lotes, por conta do Estado, dos terrenos devolutos situados no logar denominado Barra do Leme e mangueira esquerda do Rio Dóce distrito de Resplendor municipio de Bymores dividido com terrenos devolutos



De acordo com o regul. n. 4.496, de 5 de Janeiro de 1916, são convidados todos os proprietarios das terras confinantes ou encravadas e interessados a virem a este Escriptorio no prazo de quinze dias (15) contados desta data, apresentar as provas do seu dominio ou posse, protestos, reclamações ou embargos.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguem possa alegar ignorancia, lavrei o presente edital que será affixado na porta deste Escriptorio e no logar publico e do costume na sede do distrito do immovel.

Bymores 6. de abril de 1923
Sel O Escripturario, José Pedro Espeschit
Tigranenro. do 2º Dist. de Terra.

MEMORIAL

5º DISTRITO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO.

MEMORIAL descriptivo da medição e demarcação de uma

de terras situado na Rua Barra do Prefeito (do Cravinho) no distrito de Igreja Nova, município de Itambé, ocupado pelos Indianos Cricicáques.

RUMOS Magnéticos

DECLINAÇÃO 14º Ocidental

Estacas	Deflexões	AZIMUTIS		DISTANCIAS		S	ALT	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiros	INTERMEDIARIOS			
PP.0		6° NE				28	Morro do Morro do Rio que leva para o Rio do Poço das Tradições	
1	28° E	22° N. 0 22° V. 0	70,0			98	11,0 a E. Rio das Tradições	
2	37° E	09° N. 0 59° V. 0	30,0			98	19,0 " " "	
3	36° D.	23° N. 0 23° V. 0	93,0			99	10,0 a E. Rio	
4	12° D.	11° N. 0 11° V. 0	66,0			100	6,0 " " "	
5	16° E	27° N. 0 27° V. 0	130,0			100	48,0 " " "	
6	15° L.	12° N. 0 12° V. 0	120,0			101	10,0 " " "	
7	17° E	29° N. 0 29° V. 0	44,0			7,0	" " "	
8	10° E	39° N. 0 39° V. 0	60,0			8,0	" " "	
9	10° D.	29° N. 0 29° V. 0	112,0			102	8,0 " " "	
				60			Vista	
10	5° E	31° N. 0 31° V. 0	14,0			100	10,0 a E. Rio	
11	4° L.	38° N. 0 38° V. 0	183,0			11	14,0 " " "	
12	24°	36° N. 0 36° V. 0	171,0			13	13,0 " " "	

Estações	Deflexões	Azimutis		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inferias	Métricas Dinâmicas		
23.	3° E	39° N0	39° N0	80,0	"	100	11,0 a E. Rio Tocantins
24.	10° E	19° N0	19° N0	125,0	"	119,0	" "
25.	21° D	28° N0	28° N0	161,0	"	8,0	" "
26.	44° E	72° N0	72° N0	56,0	"	12,0	" "
27.	27° D	45° N0	45° N0	113,53	"	10,0	" "
28.	57° E	78° S0	78° S0	96,0	"	24,0	Vasante
29.	10° E	68° S0	68° S0	130,0	"	25,0	Eira Branca
30.	51° D	61° N0	61° N0	92,0	"	4,0	" "
31.	6° D	55° N0	55° N0	52,0	"	16,0	" "
32.	28° E	83° N0	83° N0	142,0	"	10,0	" "
33.	0°	"	"	115,0	"	18,0	Vasante
34.	48° D	35° N0	35° N0	30,0	"	102	18,0 a D. Rio em Pintada
35.	20° E	55° N0	55° N0	110,0	"	103	18,0
36.	27° D	28° N0	28° N0	74,0	"	6,0	" "
37.	41° E	69° N0	69° N0	34,0	"	8,0	" "
38.	28° E	83° S0	83° S0	114,0	"	98	Vasante
39.	12° 49' D	84° N0	84° 11' N0	66,0	"	18,0	" "
40.	13° 19' E	80° S0	80° S0	69,0	"	104	24,0
41.	24° E	56° S0	56° S0	65,0	"	105	18,0
42.	29°-30° D	85° 30' S0	85° 30' S0	65,0	"	106	5,0
43.	29° D	65° 30' S0	65° 30' S0	78,0	"	7,0	" "
44.	24° 25' E	90 W	89° 55' N0	135,0	"	107	51,0
45.	2° D	88° N0	87° 55' N0	65,0	"	30,0	" "
46.	10° 30' E	81° 30' S0	81° 35' S0	82,0	"	112,0	" "
47.	11° D	87° 20' N0	87° 25' N0	110,0	"	8,0	" "
48.	23° D	64° 30' N0	64° 28' N0	53,0	"	10,0	" "
49.	11° E	75° 30' N0	75° 25' N0	59,0	"	10,0	" "
50.	32° E	82° 30' S0	82° 35' S0	68,0	"	9,0	ca de milho e cana de açúcar

Estações	Dellexões	Azimutis		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inferidas	INTERVA- DIÁRIA		
1	17° D	80° 30' N	80° 28' N	18,70		110	Vascolete
2	26° E	73° 30' S	73° 35' S	20,1, 2		65,0	Rio contínuo, roca,
3	45° D	61° 30' N	61° 30' N	405,0		16,0	" " "
4	27° E	58° 30' N	88° 25' N	60,0		160	" " "
5	90° D	1° 30' NE	1° 30' NE	140,0		110	Marco formado
6	0°	"	"	385,0		18,0	de quatro faces, sobe beira-
7	"	"	"	"		220,0	do roca.
8	"	"	"	"		2,10	Entrada em gruta.
9	"	"	"	158,0		160	Pescando pauco em gruta.
10	"	"	"	"		40,0	Sobre em gruta.
11	"	"	"	"		48,0	Pedra
12	"	"	"	"		18,0	Vascolete
13	"	"	"	154,0		18,0	Pescando em grata.
14	"	"	"	244,0		110	Sobrindo porco em grata.
15	"	"	"	"		20	Vascolete e pedra
16	"	"	"	225,0		17,0	Pescando em grata.
17	"	"	"	102,0		150	Sobre em várzea.
18	"	"	"	158,0		16,5	Sobrindo porco em grata.
19	"	"	"	197,70		16,0	" " "
20	"	"	"	53		2,00	Laje e pedra
21	"	"	"	193,0		2,00	" " "
22	"	"	"	"		7,0	Vascolete
23	"	"	"	902,0		150	Sobrindo em grata.
24	"	"	"	483,0		20,0	Pescando em grata.
25	80 D	81° 30' NE	81° 35' NE	60,0		130	Marco de Gravibé formado de gravilhos. Pescando em grata.

Estáras	Deflexões	Azimutis		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiras	Intermediárias		
				+297,64	150	Vasante	
				+445,0	150	Vasante	
				+847	130	Carega da gatta	
59	8°32' D	90° Est.	89°55' NE	1046,11	135	Subindo em escarpa	
60	0°			1138,0	110	Desce para em escarpa	
				88	+38,0	Vasante	
				"	132	Saque em escarpa	
62				319,0	142		
63				380,0	128		
64				328,0	128		
				+86	126	Vasante	
				+288	129	Vasante	
65				352,0	130	Costa da Serra	
				+29		Vasante	
				+459		Vasante	
66				161,20	110	Subindo em	
				"	90	gosa	
67				375,52	160	Continua	
68				240,0	230	Desce em fôrce	
				"		poder goso	
69				592,0	130	Subindo gossa	
70				390,0	140	Desce em fôrce	
				"	121,0	Vasante e poli	
71				383,96	165	Desce em fôrce	
72				425,2	150	Desce em fôrce	
73				351,0	126	Desce em fôrce	
74	72° D	18° SE	185° E.	323,0	120	Volta no P.P.	
	Voltou se do P.P. e visou-se a estaca n.º 1 do levantamento do Rio Que, deu-se um arquejo para adiante de 109° e o Segueu-se aos numeros obtidos.						

Estação	Deflexões	Azimutis		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inferias	Intermediárias		
		6° NE					
107° D	65° SE	65° SE				98	Sube e desce
							Segue em meia
25° E	90° Est.	90° Est.		31,0		19,8	Subindo em meia
0°				69,0		16,0	Segue plana
				95,0		16,0	Desce e meia
25° E	65° NE	65° NE		613,0		10,0	Marcando o começo
				111,0			do trilho
31° D	81° SE	81° SE		63,0		10,0	Continua
53° E	46° NE	46° NE		54,0			
31° E	15° NE	15° NE		112,0			
39° E	24° NO	24° NO		102,0			
69° E	87° S0	87° S0		95,0			
18° D	75° NO	75° NO		150,0			
76° D	1° NE	1° NE		164,0			
91° E	82° S0	82° S0		127,0			
38° D	60° NO	60° NO		116,0			
19° D	41° NO	41° NO		121,0		101	
54° D	13° NE	13° NE		108,0			
35° D	48° NE	48° NE		52,0			
21° D	69° NE	69° NE		79,0			
23° D	88° SE	88° SE		46,0		103	
95° E	67° NE	67° NE		110,0		104	
71° E	51° S0	4° NO		199,0			
4° E	8° NO	8° NO		118,0			
22° E	35° NO	35° NO		115,0			
57° D	22° NE	22° NE		80,0			
71° D	87° SE	87° SE		235,0			
30° E	63° NE	63° NE		56,0		105	
7° E	56° NE	56° NE		57,0			

Estações	Deflexões	Azimuths		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiras	Interme. diárias		
24	32° E	21° NE	24° NE	2994,0	"	106	Margenando C. Co. cer. Serrata
28	115° D	46° SE	46° SE	18,0	"	"	Continua
29	43° D	3° SE	3° SE	121,0	"	107	"
30	75° D	72° SO	72° SO	71,0	"	"	"
31	105° E	33° SE	33° SE	142,0	"	"	"
32	21° E	54° SE	54° SE	37,0	"	"	"
33	12° E	66° SE	66° SE	130,0	"	"	Começa poca de Frederic ia
34	3° D	63° SE	63° SE	154,0	"	"	"
35	21° D	42° SE	42° SE	131,0	"	"	Terminação de C. Serrata Churrimach, pista e serrata
36	34° E	76° SE	76° SE	382,0	"	110	Kapstaca 36+30,0. Começa poca de Frederic ia
37	2° D	74° SE	71° SE	26,0	"	110	Terminação poca de serrata
38	22° D	52° SE	52° SE	106,0	"	105	Margenando o Rio que desce
39	49° D	3° SE	3° SE	134,0	"	106	"
40	66° E	69° SE	69° SE	168,0	"	107	"
41	99° E	12° NE	12° NE	95,0	"	107	"
42	46° D	52° NE	52° NE	102,0	"	108	"
43	38° E	14° NE	14° NE	127,0	"	109	"
44	62° E	48° NO	48° NO	238,0	"	110	Começa poca de Frederic ia de Oliveira e Lagoinha Margenando o Rio Fredericia
45	50° D	2° NE	2° NE	30,0	"	"	Vasante
46	5° E	3° NO	3° NO	154,0	+97	"	Terminação arca
47	18° E	21° NO	21° NO	516,0	"	"	Continua Margenando

Estados	Bellezotes	AZIMUTHS		DISTANCIAS		ALTURAS	Observaciones
		Lidos	Calculados	Interas	INTERME- DIARIAS		
48	41° D	20° NE	90° NE	118,0		110	Rio en escorrentia
49	7° E	13° NE	13° NE	112,0		110	Continua
50	15° E	2° NO	2° NO	51,0		105	
51	16° E	18° NO	18° NO	30,0		110	
52	7,5° D	57° NE	57° NE	17,0		105	Vasacata
53	20° D	77° NE	77° NE	116,0		105	Margocales de río 20,0 D, junc escorrentia
54	12° E	65° NE	65° NE	34,0		110	25,0 a.D. Rio
55	16° E	49° NE	49° NE	114,0		120	70,0
56	16° E	33° NE	33° NE	32,0		120	100,0
57	5° E	28° NE	28° NE	50,0		118	100,0
58	29° E	1° NO	1° NO	135,0		115	115,0
59	3° D	2° NE	2° NE	26,0		112	80,0
60	12° D	14° NE	14° NE	41,0		105	Nacarageo, d. río
61	10° E	11° NE	11° NE	38,0		106	
62	113° D	27° NE	27° NE	112,0		107	
63	10° D	37° NE	37° NE	64,0		109	15,0 a.D. río
64	18° D	55° NE	55° NE	41,0		106	Vasacata
65	12° E	13° NE	13° NE	54,0		107	20,0 a.D. río
66	5° E	38° NE	38° NE	118,0		106	Vasacata
67	57° D	83° NE	83° NE	55,0		107	25,0 a.D. río
68	21° E	76° NE	76° NE	35,0		108	50,0
69	36° E	10° NE	10° NE	49,0		105	115,0
70	22° E	18° NE	18° NE	39,0		125	30,0
71	17° E	1° NE	1° NE	62,0		105	Comeca poco, da por cionicio d. río
72	33° E	32° NO	32° NO	973,0		105	Continua poco
73	4° E	36° NO	36° NO	45,0		105,0	a.D. río
74	14° E	50° NO	50° NO	118,0			Nacarageo da poco

Nº	Distâncias	Azimuths		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inferias	Interm. diárias		
25		17° E	57° N. 67° NO.	38,0			Terrinha poca
26		32° D	32° N. 32° NO.	105,0		104	Na encosta de rio
27		15° D	17° N. 18° N. 2	103,0		106	
28		11° D	6° NO. 6° NO.	104,0		108	10,0 a D. serra
					+10	110	Rio a 5,0 a D.
							Vassoura
29		13° E	12° NO. 19° NO.	80,0		110	10,0 a D. rio
30		03° D	4° NE. 11° NE.	38,0		110	16,0
31		24° D	28° NE. 28° NE.	34,0		109	
32		28° E	0° N. 0° NE.	16,0		110	
33		32° D	32° NE. 32° NE.	100,0		112	2,0
34		10° E	22° NE. 32° NE.	50,0		115	20,0
35		57° D	89° NE. 89° NE.	28,0		116	47,0
36		27° E	60° NE. 60° NE.	47,0		116	22,0
					+60		Atravessa o Rio
37		25° E	31° NE. 31° NE.	80,0		116	10,0 a E. Rio
38		23° E	8° NE. 8° NE.	15,0		115	5,0 a E. Rio
39		39° E	31° NO. 31° NO.	150,0		115	35,0 a E. Rio
40		10° D	9° NE. 9° NE.	158,0		116	Karangue de serra
41		26° E	16° NO. 16° NO.	28,8,0		116	
42		40° D	24° NE. 24° NE.	140,0		120	
					+20		Atravessa o Rio
43		26° E	1° NO. 1° NO.	200,0		120	Na encosta de serra, concha, liga do fôr.
							Pedra
44		20° D	19° NE. 19° NE.	105,0		120	25,0 a D. pedra em rocha
45		15° D	31° NE. 31° NE.	176,0		120	150,0 a D. Rio
46		125° E	9° NE. 9° NE.	125,0		120	20,0 a Rio pedra em rocha
					+120		Terrinha roca
47		ij. 6	18° NO. 18° NO.	240,0		120	Na encosta de serra

Estações	Belledoxes	Azimutis		Distâncias		Rel.	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiras	Intermediárias		
					+ 40		Stranessa, rio
98	72° E	90° Oest 90° oest 180°			120		Techique-se o foliogon... Marco de Macadira, rio a 40° a E
		Pereirastro	25 883,02				
		Área total	25 117 000,00				Area cultivada 765 053,00.
		Área sobre a qual pesa a preceipitação do Cuiabá primeiro	25 117 008,00				Sobre a qual pesa a preceipitação do Cuiabá
							O resultado da medição fcc 1924.
							Confrontações: Ao Norte com terras de vinhedos; ao Sul rebentado do Cuiabá, terras de vinhedos e Rio Poço; a Oeste terras de vinhedos e a Leste rebentado do Cuiabá.
							Descrição Geral: O terreno estudado é bastante povoado produzindo bens cacaú, cana-de-açúcar, cana, café e pastagens. Os terras são brashados pelo Rio Poço e rebentado do Cuiabá, sendo este uma ravina de 150 metros e a daquele é muito considerável, provavelmente é um rio de grandeza das águas de umas seis milhas.
							Ocupação da cultura é o políaco, não são conhecidas outros instrumentos agrícolas que para encadear, forra e alvara- chado. O transporte é feito por picadas, este, em emergência do Rio Poço e delas até a Estação de Resende, todo o trânsito é feito pelo feito da S.P. - Vitoria-a-Minas, o que fazem em constante des- prestado. O viajante corre risco de ser surpreendido por algumia locomotiva da referida Estrada. Este terreno dista sobre do distrito de Resende aproximadamente 15 km, forman- tudo, e da Chapada Nova, a distância não é conhecida. Foram encontrados restígios de São Brás Bento, existentes existentes, na vila, 3 casas, duas colin-

Detalhes	AZIMUTHS		DISTANCIAS		ALTITUDES SEGURO	Observações
	Lidos	Calculados	Interbras	INTERME- DIARIAS		
Places e parte de tabojeiras madeirais de 191.000,000, uma barraca coberta de tabojeiras no valor de 100.000. Nos terrenos ocupados por Christiano Schermann: caucávial no valor de 900.000, uma grande casa valendo 200.000 e uma barraca coberta de tabojeiras com valor de 100.000.						
Nos terrenos ocupados por Frederico Schumann: uma barraca, sendo uma passadeira, coberta de tabo- jeiras no valor de 500.000, uma caucávial madeirado 200.000, uma grande casa valendo de 400.000.						
Nos terrenos ocupados pelo Vipolice de Oliveira: uma barraca no valor de 200.000, caucávial no valor de 100.000.						
Nos terrenos ocupados por Francisco de Tal: uma casa de madeira cobrada sua construção no valor de 1.000.000, grande casa valendo de 100.000.						
Nos terrenos ocupados por José Guedes, uma casinha em madeira valendo de 800.000, e pés de café no valor de 250.000.						
Nos terrenos ocupados por Joaquim Tom- lino, uma barraca no valor de 10.000, caucávial no valor de 500.000.						
St. Pedro, Setembro de 1927.						
a) José Pedro Capuchin						
copiado de, acordo com o original						
M. M. P. de Outubro de 1927						
Carlos Baptista Leal, presidente						
José Pedro Capuchin						
Vito. M. M. P. de Outubro de 1927. A. Marques, sup. de.						

DISTRICTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

EDITAL

De ordem do Sr. Engenheiro do distrito de terras e Colonização faço saber a todos que este edital virem ou delle noticia tiverem, que, de conformidade com o art. 28 do Regul. n. 4.496, de 5 de Janeiro de 1916, acham-se neste Escriptorio, com vista por espaço de vinte (20) dias, contados de hoje, os autos da medição, divisão e demarcação em lotes das terras devolutas situadas no logar denominado *Baua*,
do Eu, *distrito de* *Egreja Nova*,
municipio de *Itambacuri*, para a venda em hasta publica.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguem possa allegar ignorancia, lavrei o presente edital que vai affixado nos logares publicos e do costume.

Itambacuri, 20 de Setembro de 1927
O Escripturario, *Carlos Baptista Soárez*

CERTIDÃO

Certifico que se acha findo o prazo de vista concedido
nas presentes autos e que contra elles não foi apresentado
nenhum protesto, embargo, ou reclamação, do que dou fé.

Caratinga, 10 de Outubro de 1927

O escripturário *Joacilas Baptista Lacerda*

REMESSA

Nesta data faço remessa dos presentes autos à Directoria
de Agricultura, Terras e Colonização, do que dou fé.

Caratinga, 12 de Outubro de 1927

O Escripturário *Joacilas Baptista Lacerda*

Joacilas Lacerda

Caratinga

CONCLUSOS

Aos Vinte dias do mes de Setembro,
de mil novecentos e vinte e sete faço estes autos conclu-
sos ao snr. engenheiro, do que dou fé. Eu, Carlos Baptis-
ta Leal escripturário do 5º Distrito de
Terras, o escrevi.

PARECER

Esta medida tendo sido feita como exige o edital Regu-
lamento de Terras, acha-se em condições de ser aprovado pelo
Exmo. Enr. Dr. Secretario da Agricultura.

Caratinga, 20 de Setembro de 1927

DATA

E logo em seguida me foram entregues estes autos, do que
dou fé. Caratinga, 20 de Setembro de 1927
Eu Carlos Baptista Leal escrivário,
já escrivi.

JUNTADA

Aos Vinte dias do mes de Setembro,
de mil novecentos e vinte e sete faço juntada a estes autos
do edital que adiante se vê, do que dou fé. Eu, Carlos Baptis-
ta Leal escripturário o escrevi.

CERTIDÃO

Certifico que nesta data fiz affixar na porta d'este escripto-
rio e nos logares publicos do costume, copia do edital que
adiante se vê, do que dou fé.

Caratinga, 20 de Setembro de 1927

O escripturário, ut. Carlos Baptista Leal

MEMORIAL

DISTRITO DE TERRAS

Memorial descriptivo da medição e demarcação de um mato no Indio Grotas, no

que terras situado Á V.E. do rio Dôce

distrito de Santo Antônio de Ezeíló, município de Replandense

ocupado por FIDICOS CAMPAGENS

RUMOS Magnéticos

DECLINAÇÃO

160°30'00"

M. 600

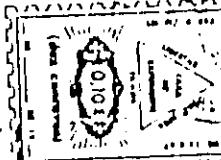
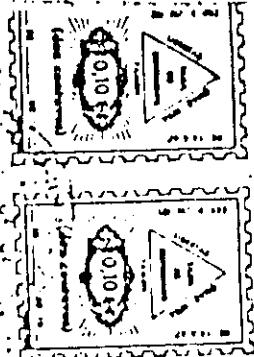
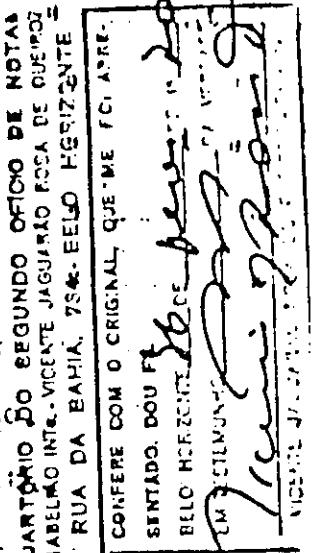
Estacas	Distâncias	AZIMUTES		DISTÂNCIAS		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Interior	Interiores		
2000	200	Marco P.P. ur. marco de Guaribú plantado a 12.00 da N.E. do rio Dôce.					
2001	201	Marco P.R. foi tomado um outro marco de guaribú plantado 15.00 da N.E. do					
		rio Dôce, distante 176.00, com o rumo 290°30'E, visou-se a ré o referido marco					
		e deu-se uma deflexão de 930°45'D. Segue-se com os rumos e distâncias seguintes:					
		290°30'SO.....					
2002	202	290°45'D 3015'E 3015'NE				110	Marco. Guaribú. Confr. c/t do Es-
							tado ocup. p/ Olivia de Oliveira
							de Oliveira. Subindo por uma elevação de
							altura. Culturas.
							Atrav. matinho.
2003	203	1615'E 1615'NE 187.50			200	Subindo cerca urana. Ouit.	
	00	" "		92.80		231	Fim cerca urana. Deixa-se a rei-
	00	" "		29.00		237	na subindo. Mata.
2004	204	2015'D 3030'NE 3030'NE		13.00		238	p/ p. Rapilhão. Descendo em mata.
						240	Atrav. cub. gruta.
2005	205	0230'E 32NE		108.00		241	Subindo. Mata.
2006	206	1230'D 4230'NE		44.20		250	
2007	207	1245'D 1045'NE		115.70		266	
2008	208	" "		20.80		268	n/p. Descendo. Mata.
2009	209	2025'D 3045'NE		15.50		263	
2010	2010	" "		103.00		217	
2011	2011	0145'D 4030'NE 4030'NE		14.00		215	Fundo cub. gruta. Subindo.
2012	2012	" "		97.50		233	Marco madeira. Confr. c/t do Es-
							tado ocup. p/ José Alves.
2013	2013	1030'D 3015'NE		25.00		232	Descendo. Mata.
2014	2014	0015'D 3015'NE 3015'NE		32.30		225	
2015	2015	0045'D 2045'NE		133.00		211	

CÓPIA DA FOTO DO ORIGINAL, QUE ME FOI APRESENTADA
CONTADO DOU MAIS
DELO HORIZONTE 2200m fev de 1920
EM TERRITÓRIO DA VILA DE GUARIBI, ESTADO DE
PARÁ.

Latas	Delíxedes	AZIMUTES		DISTÂNCIAS DÉCIMAS DE MILÍMETROS	Altura	Observações
		Lidos	Calculados			
6	0925D	30°25'E	30°25'E	135.00	155	Marco madeira.
7	2.00	Atrav. estrada. Culturas.
8	0930D	30°15'N	30°15'N	25.00	153	Descente. Cultura.
9	24.60	141	Atrav. aflu. do Vae-Volta. Cult.
10	09	"	"	104.10	177	Subindo. Culturas.
11	10D	40°15'N	40°15'N	44.80	189	" "
12	1040D	29°45'N	30°00'NE	47.00	197	" "
13	0945D	30°30'NE	30°50'NE	32.00	197	Marco guaribí. Confr. c/t Estado ocup. p/ Adolfo Bezerra. Descente. Cultura.
14	09	"	"	24.00	195	Marco. Sítio. Alto. Atrav. aflu.
15	09	"	"	117.50	167	Marco. Sítio. Alto. Atrav. aflu.
16	09	"	"	47.60	154	Marco. Sítio. Alto. Atrav. aflu.
17	25.00	142	Marco. Sítio. Alto. Atrav. aflu.
18	59.70	138	Atrav. Cr. Vae-Volta. Cultura. Casas colonos 85.00 E do Cr.
19	0930D	40°NE	40°20'NE	292.20	137	Subindo. Forte. Mata.
20	09	"	"	56.10	229	Subindo. Forte. "
21	1000D	50°15'NE	50°45'NE	31.00	246	" "
22	09	20°15'N	20°45'NE	29.30	255	" "
23	09	"	"	35.00	257	Marco guaribí. Alto espinha. Confr. c/t do Estado ocup. p/ Francisco Felix. Descente. Mata.
24	0945D	30°15'NE	30°30'NE	50.30	246	Descente. Mata.
25	21.80	138	Atrav. fundo. Cachorro. Mata.
26	0915D	30°15'NE	30°45'NE	31.00	244	Seguramente fundo em mata.
27	0915D	30°30'NE	40'NE	62.80	240	Marco guaribí. Descente. Mata.
28	09	"	"	43.90	238	Descente.
29	1040D	50'NE	50°45'NE	35.00	233	" "
30	09	"	"	63.70	216	Marco. oleo. vermelho. Descente. Mata.
31	1015D	30°45'N	40°30'NE	28.60	211	Descente. Mata.
32	09	"	"	63.00	134	Subindo. "
33	187	Descente. "	

Verba

Número	Referências	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiros	Intermediárias		
4				11.00		183	Atrav. a fl. do Cr. da Guta.
10	V 38°15'E	19°30'NE	20°15'NE	30.50		187	Em baixada. Mata.
41	V 38°15'D	42°30'NE	50°30'NE	57.80		184	No caminho. Subindo.
72	V 124°52'	224°20'E	304°20'E	23.10		192	
43	V 00°45'D	30°45'NE	40°30'NE	46.90		195	Marco guaribu.
14	V 18D	40°45'NE	50°30'NN	50.00		203	
45	V 124°52'	224°20'E	304°20'NE	60.00		225	
46	V 00°30'D	30°15'NE	40°15'NE	72.00		245	
47	V 02	"	"	82.60		262	Marco de Paraju
				12.00			Atrav. caminho.
18	V 00	"	"	117.60		294	Bulindo. Mata.
49	V 00°15'S	224°50'E	40°NE	12.20		301	Chapada. Mata.
50	V 81°30'D	34°30'NE	85°30'NE	122.00		302	Marco guaribu. Alto sítioão. Cons c/t do Estudo ocn. n/ Maria Jo ão Meira. Descendo. Mata.
51	V 00	"	"	19.50		299	Marco guaritu.
52	V 00	"	"	66.00		286	Descendo. Mata.
53	V 00	"	"	93.00		265	
24	V 00°45'D	85°15'NE	86°15'NE	62.00		242	
55	V 00	"	"	36.00		240	
26	V 18°15'E	84°NE	85°15'NE	34.10		234	
57	V 12D	85°NE	86°NE	11100		206	
58	V 12D	86°NE	37°NE	185.00		197	Braldeando mato.
59	V 18°40'E	84°30'NE	85°20'NE	51.00		197	
				12.00			Atrav. caminho. Descende.
60	V 00	"	"	43.30		191	Cultura.
				81.00		171	Marco guaribu. Descendo. Cultura.
				86.60			Marco auxiliar.
				149.00		161	Atrav. caminho.
				152.60			"... estrada de caminhão.
				55.20		164	Marco guaribu (auxiliar)
							Subindo. Cultura.



Ponto	Distância	Azimuths		Distâncias		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiros	Intermediárias		
1	100.00	100.00	183	Atrav. inf. do Cr. da Gata.
2	3015E 19°30'NE	2915NE	30.50	9.87	7m baixada. Mata.	
3	3015D 40°30'NE	50°30'NE	57.80	184	No caminho. Subindo.	
4	1245E 2245NE	3045NE	23.10	192	
5	0045D 3045NE	4030NE	46.90	195	Marco guaribu.	
6	100.00	4045E	5030NE	60.00	203
7	1245E 2245NE	3045NE	60.00	225	
8	0030D 3015NE	4015NE	72.00	245	
9	0200	"	82.60	262	Marco de Parauju	
10	2.00	Atrav. caminho.	
11	00	117.60	294	Subindo. Mata.	
12	0015E 2045NE	40NE	12.20	301	Chapada. Mata.	
13	81°30D 34°30NE	85°30NE	122.00	302	Marco guaribu. Alto sítio. Sítio c/t do Estado ocup. p/ Icaria de Meira. Descendo. Mata.	
14	00	19.50	299	Marco guaribu.	
15	00	66.00	286	Deucendo. Mata.	
16	00	98.00	265	
17	0345D 85°15NE	86°15NE	62.00	242	
18	0200	36.00	240	
19	1015E 84°NE	85°15NE	34.40	234	
20	1200	85°NE	86°NE	11100	206
21	1200	86°NE	87°NE	185.00	197	Fraldeando mato.
22	1040E 84°30'NE	85°20'NE	51.00	197 " "	
23	00	12.00	Atrav. caminho. Descende. Cultura.	
24	00	43.30	191	Marco guaribu. Descendo. Cultura.	
25	00	81.00	171	Marco auxiliar.	
26	00	86.60	171	Atrav. caminho.	
27	00	149.00	161	Atrav. Cr. da Gata.	
28	00	152.60	161	" estrada de caminhão.	
29	00	155.20	164	Marco guaribu (auxiliar) subindo. C. Itupar.	

JANUÁRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABUADO INTER. VICENTE JAGUARÃO FZCA BE QUERET

RUA DA BAHIA, 724 - BELO HORIZONTE

CONFERE COM O ORIGINAL QUE ME FOI ANEXO

SINTADO. BOUROTE. BORGES. BORGES

BELO HORIZONTE. BORGES

CONF. D. M. BORGES

AZIMUTS

DISTÂNCIAS

Cota de Cota

Observações

Num	Distâncias	Lidos	Calculados	Interações	Interme- diárias	Azim.	Altura
1	V 29°D	3401501	3401501	29.00	0.00	108	Rio a 13.00 D. Cultura,
2	V 54°B	3801552	3801552	50.00	0.00	106	Atrav. Co. Cacuri a 10.00 acima ba barra.
3	V 20°45'E	7101522	7101522	22.50	0.00	107	Rio a 11.00 D. Cultura.
4	V 20°15'D	5001522	5001522	31.30	0.00	108	" " 9.00 "
5	V 20°15'D	3003022	3003022	31.00	0.00	108	" " 19.00 "
6	V 30°15'D	8204522	8204522	60.90	0.00	111	" " 20.00 "
7	V 43°30'D	4304522	4304522	129.00	0.00	109	Rio a 20.00 D. Caminho. Mata,
8	V 23°15'E	720SE	720SE	03.50	0.00	109	" " 22.00 "
9	V 22°45'D	4901522	4901522	71.30	0.00	108	Barraca de indio a 30.00 m. Rio a 27.00 D. Mata.
10	V 22°45'D	2603022	2603022	51.50	0.00	103	Continua pelo caminho. Rio a 11.00 D. Mata.
11	V 30°30'E	470SE	470SE	34.40	0.00	108	" " 10.00
12	V 00°15'E	4701522	4701522	95.00	0.00	108	" " 37.00 " " Segue pelo caminho cultura, a 25.00 aci ma da barra.
13	V 10°D	3701522	3701522	63.80	0.00	108	Rio a 19.00 D. Cultura, C.s. d indio 130.00 E. Pelo caminho.
14	V 33°15'D	330SE	330SE	175.00	0.00	108	Rio a 20.00 D. Continua pelo ca minho. Cultura.
15	V 10°15'E	3701522	3701522	69.00	0.00	109	Rio a 26.00 D. Cultura.
16	V 60°15'D	310SE	310SE	96.00	0.00	109	" " 24.00 D. "
17	V 30°E	340SE	340SE	56.00	0.00	108	" " 20.00 E. Pelo caminho.
18	V 30°45'D	2501522	2501522	99.40	0.00	109	" " 34.00 " " " "
19	V 30°30'E	3304522	3304522	26.30	0.00	109	Casa de indio a 10.00 D. Rio a 35.00 direita.
20	V 52°D	3804522	3804522	100.00	0.00	109	Pega caminho. Pelo caminho, cul tura.
21	V 17°15'D 11°30'E	1103022	1103022	103.00	0.00	108	" " 20.00 "
22	V 30°30'D	80SE	80SE	216.00	0.00	108	" " 33.00 "
23	V 24°E	320SE	320SE	11.60	0.00	108	Deixa caminho a E. 40 a 20.00 D. Cultura.
24	V 23°15'D	3004522	3004522	133.00	0.00	109	" " 34.00 " " "
25	V 47°E	5504522	5504522	95.50	0.00	108	" " 5.00 " " Mata.
26	V 23°D	3204522	3204522	69.00	0.00	108	" " 7.00 " " "
27	V 25°D	704522	704522	43.00	0.00	103	" " 7.00 "

Nº	DESCRIÇÃO	AZIMUTHS		DISTANCIAS		Ajustes	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiros	Intermediárias		
52	43°15'	3593030	3593030	37.50	4.00	103	Rio a 15.00 D. Matu.
53	200302	15930	15930	24.60	4.00	108	" " 10.00 "
					20.00	106	Arco de madeira.
							Atrav. rib. do Rio, na barra seca em culturas.
54	50150	2001530	2001530	117.50	4.00	109	Rio a 55.00 D. Culturas.
55	✓ 38°E	17945SE	17945SE	216.00	4.00	108	" " 18.00 "
56	✓ 80300	90153E	90153E	120.00	4.00	108	Rio a 24.00 D. Culturas.
57	0°	"	"	106.40	4.00	114	" " 12.00 "
58	✓ 30°	179153E	179153E	16.00	4.00	114	" " 10.00 "
59	✓ 09453	219SE	219SE	11.00	4.00	115	Rio a 14.00 D. culturas.
60	✓ 6045E	27945SE	27945SE	72.00	4.00	112	Rio a 15.00 D. Pega pedreiro.
61	✓ 50D	23945SE	23945SE	108.00	4.00	114	" " 34.00 "
62	✓ 120	14945SE	21945SE	144.50	4.00	115	" " 24.00 "
63	✓ 9030E	24915SE	24915SE	72.00	4.00	116	" " 21.00 "
64	✓ 6045E	3193E	3193E	64.00	4.00	114	" " 20.00 "
65	✓ 0015D	26945SE	26945SE	48.00	4.00	113	" " 22.00 "
					250.00		Deixa-se a pedreira.
66	✓ 0°	"	"	113.00	4.00	93	Rio a 5.00 D. Culturas.
67	✓ 70015	1393030	4393030	35.00	4.00	93	" " 35.00 "
68	✓ 13015E	9045SE	9045SE	64.30	4.00	100	" " 25.00 "
69	✓ 2003E	29045SE	29045SE	17.00	4.00	100	" " 31.00 "
70	✓ 6030E	360153E	360153E	122.00	4.00	104	" " 25.00 "
71	✓ 3030E	290453E	190453E	28.80	4.00	102	" " 41.00 "
72	✓ 3030E	300153E	530153E	68.00	4.00	97	" " 24.00 "
73	✓ 3030D	0045SE	49045SE	97.80	4.00	95	" " 26.00 "
					100.00		Casa colono 10.00 E. Pega matu.
74	✓ 240D	25945SE	25945SE	202.70	4.00	93	Rio a 10.00 D. Matu.
75	✓ 0045E	359303E	359303E	23.60	4.00	92	" " 4.00 "
76	✓ 00	3993E	3993E	63.00	4.00	93	" " 2.00 "
77	✓ 1200153E	629153E	629153E	36.00	4.00	93	p/p. Rio 2.00 D. Deixa-se o arco, subindo. Confr. c/t do Mta p/cp. p/antonio Felipe. Mta.
78	✓ 2003E	639153E	639153E	22.50	4.00	101	p/p. Mta.

CONFIRME COM O ORIGINAL, QUE ME FOI APRESENTADO DOU FZ
DELO HORIZONTE 26/02/1982 DE 10:00
DA YK2422

99

AZIMUTS

DISTANCIAS

Observações

Linha	Direções	Lidos	Calculados	Inteiras	Intermediárias	Atr	
79 V	1045D	50°15'NE	50°15'NE	26.50.00....	111	No meio do caminho. Mta.	
80 V	2030D	61°45'NE	61°45'NE	179.60.00....	184	Subindo. Forte.	
81 V	2030D	64°21'NE	64°21'NE	70.00.00....	238	" "	
82 V	0930E	60°45'NE	60°45'NE	33.00.00....	257	" "	
83 V	00	"	"	29.00.00....	270	" "	
84 V	00	"	"	24.00.00....	276	" "	
85 V	75°45D	43°30SE	43°30SW	22.00.00....	230	Marco. Olho Vermelho. Alto espião. Segue pelo espião. Mta.	
86 V	77°15E	59°15'NE	59°15'NE	59.60.00....	270	Marco. guaribá. Confr. c/t do Estado ocup.p/ João Daniel. Subindo. Mta.	
87 V	09	"	"	17.90.00....X	274	Marco guaribá. Mta.	
88 V	09	"	"	26.70.00....	277	Descendo.	
89 V	09	"	"	61.00.00....	273	" "	
90 V	09	"	"	27.00.00....	268	Descida forte.	
91 V	09	"	"	93.00.00....	233	Subindo.	
92 V	09	"	"	05.80.00....	244	Descendo.	
93 V	09	"	"	26.00.00....	244	" "	
94 V	09	"	"	30.30.00....	239	Subindo. Culturas.	
95 V	0945D	60°NE	60°NE	29.30.00....X	197	" "	
96 V	09	"	"	112.60.00....	204	Descendo.	
97 V	1015E	58°45'NE	58°45'NE	35.20.00....	186	Marco de Arapoca. Subindo. Cult.	
98 V	0915D	59°NE	59°NE	100.90.00....	192	Descendo.	
99 V	0915D	59°15'NE	59°15'NE	21.90.00....	196	" "	
				282.00	152	Atrav. co. Boa Sorte.	
				311.00	157	No meio caminho.	
				319.00	158	Marco. guaribá (auxiliar). Subindo. Culturas.	
100 V	0930D	59°45'NE	59°45'NE	426.80.00....	205	Subindo. Culturas.	
101 V	1045D	61°30'NE	61°30'NE	115.90.00....	258	" " Mta.	
102 V	1045E	56°45'NE	56°45'NE	37.30.00....	270	" "	
103 V	2045D	59°30'NE	59°30'NE	64.10.00....	223	" "	
104 V	0915D	59°15'NE	59°15'NE	97.00.00....	205	Marco. Olho Vermelho.	
				3.00		Atrav. caminho.	

Linha	Referências	AZIMUTHS		DISTANCIAS		Altura	Observações
		Lidos	Calculados	Inferior	Superior		
105 V	00	59°15'NE	59°15'NE	25.30	25.30	303	Em mata.
106 V	1045E	57°30'NE	57°30'NE	105.70	105.70	303	" "
102 V	1030D	59°30'N	59°30'N	24.50	24.50	303	Marco madeira. Confr. c/t do Estado ocup. p/ Simão Lucílio da Cunha. Alto do esquino.
103	00	"	"	77.50	77.50	304	Descendo. Mata.
104	02	"	"	108.30	108.30	296	" "
110	00	"	"	95.50	95.50	289	" "
111	02	"	"	11.80	11.80	282	Desce forte.
112	1015D	60°15'NE	60°15'NE	59.60	59.60	352	Prado fundo.
113 V	102 E	59°15'NE	59°15'NE	13.00	13.00	246	Descendo
114 V	00	"	"	73.70	73.70	216	" "
115 V	0015D	59°30'N	59°30'N	67.70	67.70	212	Up. (auxiliar)
116 V	0015D	59°30'N	59°30'N	47.00	47.00	201	Atrav. fundo cab. grotas. Subindo. Culturas.
117 V	00	"	"	209.90	209.90	213	Marco de guaribá. Confr. c/t do Estado ocup. p/ Manoel L. Ferreira. Descendo. Culturas.
118	02	"	"	22.00	22.00	213	" "
119	02	"	"	20.00	20.00	206	Desce forte.
120	0015D	59°15'NE	59°15'NE	35.00	35.00	136	Desce. Culturas.
121	00	"	"	27.00	27.00	153	Up. (auxiliar) Confr. c/t. ocup. p/ Abilio dos Santos Cunha.
122	00	"	"	43.60	43.60	158	Atrav. serrinha.
123	00	"	"	65.00	65.00	132	Up. corrego. Laranjeira.
124	00	"	"	233.90	233.90	161	Subindo. Culturas.
125	00	"	"	10.00	10.00	137	Atrav. afluente. Laranjeira.
126 V	0015D	59°30'NE	59°30'NE	165.30	165.30	118	Marco guaribá. Subindo. Mata.
127	00	"	"	52.00	52.00	127	" " forte.
128	0045D	59°45'NE	59°45'NE	51.00	51.00	233	Subindo. Mata.
129	0030D	59°15'NE	59°15'NE	86.60	86.60	272	" " "
130	0130D	59°45'NE	59°45'NE	53.00	53.00	277	Marco guaribá. Confr. c/t do Estado ocup. p/ Avelino Van.



IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GELEGIAS
RUA DA PAIXÃO, 734 - BELO HORIZONTE

CONFIRA COM O ORIGINAL, QUE NÃO FOI APENAS
ENTREGUE, MAS TAMBÉM

arquivado

AZIMUTHS

DISTÂNCIAS

26 fev 1970
DA VERTICE

Nº	Referência	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Observações
		Lidos	Calculados	Interior	Exterior	
1				94.60	160	Atrav. rib. do Rio.
2				121.40	177	Marco auxiliar.
3				243.90	178	Atrav. estrada.
4				251.00	178	Marco auxiliar.
5	02	51°30'00"E	51°06'E	411.50	204	Marco madeira. Fraldeando.
6				145.50	180	Atrav. vizante.
7	00			269.00	238	Subindo. Mata.
8	00	51°45'30"E	51°06'E	77.00	243	Marco madeira. Confr. c/t. ocup. p. Antonio Badoca.
9				274.00	194	Marco auxiliar.
10				382.00		Atrav. caminho.
11				392.50	183	Marco. Veado.
12	00			23.40	200	Espigão. Cultura.
13	00			285.00	234	Marco madeira. Subindo. Mata.
14	00			173.00	262	Subindo. Espigão.
15	00			70.50	263	Marco madeira. Descendo. Mata. Confr. c/t do Estado.
16	00			27.90	266	Marco madeira. Descendo. Mata.
17	00	52°SE		170.00	205	Subindo.
18	00			300.00	293	"
19	00			51.00	293	"
20	00			63.40	310	"
21	00			35.10	316	Marco madeira. Alto-espigão. Conf. c/t do Estado.
22	00			52.00	314	Descendo. Mata.
23	00			50.40	305	"
24	02	51°45'30"E		37.50	295	"
25	00			22.50	237	"
26				43.80	271	Marco auxiliar. Fundo. cab. grotas.
27	00			190.30	304	Subindo. Mata.
28	00	52°SE		42.60	312	"
29	00			31.00	314	Marco madeira. Alto-espigão.
30	00	51°45'30"E		129.80	309	Descendo. em mata.
31	00			12.00	303	Marco madeira. Descendo.

Estação	Deflexões	AZIMUTHS		DISTANCIAS		Alturas	Observações
		Lidos	Calculados	Inferior	Intermediaria		
154	02	51°45'SE	51°28'SE	55.40	/.....	302	Marco madeira. Poco grande.
155	02	157.50	/.....	269	Marco canela.
Voltou-se ao P.P. viu-se-se a rô a estacu no. 2 do primeiro caminhamento deu-se uma reflexão de 93°45'.
.....	301530
PP=0	93°45'E	89°30'NE	89°30'NE	110	Marco Guaribú, g. 12.00 D. Rio Doca. Rio alaíro. Cult.
1-FR:	70°30'D	83°SE	83°SE	76.00	/.....	111	Rio a 15.00 D. Mais 35.00 Marco de madeira do Iai.
2-V.	180 30'N	78°30'NE	78°30'NE	24.50	/.....	111	Rio 12.00 D.
3-V	20245D	80°45'SE	80°45'SE	150.00	/.....	110	Rio a 10.00 D. Casa indí 62.00 E.
4-V	14015'E	85°NE	85°NE	64.50	/.....	110	Rio a 10.00 D. Cultura.
5-V	59°30'E	79°30'NE	79°30'NE	178.00	/.....	110	" " 12.00 "
6-V	22245D	67°45'SE	67°45'SE	97.50	/.....	110	" " 12.00 "
7-V	1415E	81°NE	81°NE	36.00	/.....	110	" " 9.00 "
8-V	63'E	75°NE	75°NE	105.00	/.....	110	" " 5.00 "
+	25.00	109	A trav. Co. da Gata, acima 5.0 barra.
9-V	23°45D	71°15'SE	71°15'SE	91.00	/.....	110	Rio a 10.00 D. Cultura.
10-V	10°2'E	81°15'SE	81°15'SE	119.00	/.....	110	" " 12.00 "
11-V	40°45'D	40°30'SE	40°30'SE	158.00	/.....	110	3 casas indios seguidas a Rio a 12.00 D. Cultura.
12-V	44245E	85°15'NE	85°15'NE	74.00	/.....	109	" " 10.00 "
13-V	1015E	86°30'E	86°30'E	94.00	/.....	109	" " 10.00 "
14-V	22230'E	71°NE	71°NE	59.00	/.....	109	" " 9.00 "
15-V	19415D	32°45'SE	32°45'SE	94.00	/.....	109	" " 18.00 "
16-V	20°30'E	69°45'NE	69°45'NE	50.00	/.....	109	" " 10.00 "
17-V	1015D	71°NE	71°NE	74.00	/.....	110	Rio a 20.00 "
18-V	19°45'D	89°15'NE	89°15'NE	39.00	/.....	109	Barraca do indio a 70.00 Rio a 10.00 D. Cultura.
19-V	4730D	84°45'SE	84°45'SE	114.00	/.....	110	" " 13.00 "
20-V	26°45'D	58°SE	58°SE	119.00	/.....	108	Barraca indio 40.00 E. Rio a 13.00 D. Cultura.
21-V	22245D	35°15'SE	35°15'SE	63.20	/.....	109	" " 20.00 "
22-V	17015D	52°30'SE	52°30'SE	89.00	/.....	108	" " 13.00 "
23-V	30°45'E	87°15'SE	87°15'SE	105.00	/.....	108	" " 11.00 "
24-V	24°2'E	53°15'SE	53°15'SE	115.00	/.....	109	" " 20.00 "

Vassouras 103

Linha	Referência	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Anexo	Observações
		Lidos	Calculados	Internas	Externas-dígitas		
+				211.00			Atrav. caminho.
95	1 02 30E	87°15'NE	88°30'NE	232.00	165	m/p. Cr. a 15.00 D.
96	1 00 15D	87°30'NE	88°45'NE	31.80	167	Subindo. Cultura. Cr. a 20,00. Casa colono 50.00 D.
+				71.00	164	Atrav. estr. colono. Cachão.
+				232.60		Atrav. caminho.
97	V 02	"	"	237.50	188	m/p. Confr. c/t. do Estado ocup. Adelino Vaz. Casa colono 60.00
+				7.00		Atrav. caminho.
+				150.00	183	" 30.
98	1 00	"	"	246.00	203	No caminho. Subindo pelo matagal. Mata.
99	V 40 25E	83°15'NE	84°20'NE	51.60	210	Subindo pelo caminho. Mata.
100	V 30 25D	86°45'NE	87°45'NE	24.00	221	Marco de Oleo Vermelho. Confr. c/t. do Estado ocup. p/ Antonio Rodrigues. Deixa-se o caminho e E. Subindo. Mata.
91	1 10 15D	37°45'NE	39°25'NE	45.00	226	
92	V 01 05X	37°30'NE	38°50'NE	37.00	226	
93	V 00	"	"	73.80	222	m/p.
94	V 10 10E	36°15'NE	87°45'NE	44.00	235	Subindo.
95	V 10 30D	37°45'NE	89°15'NE	177.00	280	Subindo. Mata.
96	V 30 15E	34°45'NE	86°15'NE	219.00	303	Subindo. "
97	V 20 15D	37°NE	88°15'NE	28.00	402	
98	V 00 15D	37°15'NE	88°30'NE	26.00	405	Alto da Serra do Cubati.
99	1 43°30D	49°15'SE	43°SE	17.00	404	m/p. Confr. c/t do Estado ocup.
100	00	"	"	5.90	402	CONFIRA COM O ORIGINAIS E ME FECI APRE- SENTADO. DOU FA.
101	20D	47°15'SE	46°30'SE	93.20	365	DELO H. G. ZONE. 16 fev. 1962 EM LESTERNAU. R. V. V. M.
102	2°10E	49°15'SE	48°10'SE	96.00	336	<i>D. C. P. R. R. R.</i> Marco Oleo. Vermelho. Deserto.
103	0°25D	49°SE	47°45'SE	29.30	328	Mata.
104	0°25D	48°45'SE	47°20'SE	52.50	314	"
105	3°40E	51°SE	51°30'SE	237.00	209	Atrav. vazante.
+				322.30	223	m/p. Confr. c/t. ocup. p/ Antoni Moseira Deserto.
+				30.00	225	Atrav. estral. de caminhão. Sul trato. Cachão.
106	00	50°45'SE	"	125.50	247	Marco de madeira. Encontra-se ponto na obra a 500 pés.

Estações	Deflexões	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inferioras	Intermediárias		
107	02	51°03'30"	51°03'30"	13.00	249	Alto copigão. Descendo. Culturas.
108	02	"	"	24.80	248	Marco madeira.
109	02	"	"	249.70	236	Culturas.
				319.00		Atrav. caminho.
110	02	"	"	325.00	236	Marco madeira. Subindo. Cult.
111	02	"	"	111.00	266	Marco madeira. Fraldando. Mata.
112	02	"	"	35.00	266	" " "
113	02	"	"	75.00	268	Subindo.
114	02	"	"	95.60	290	" " "
115	02	"	"	21.40	296	Marco madeira.
116	02	"	"	30.00	295	Subindo. Mata.
117	02	"	"	36.60	317	" " "
118	02	"	"	64.00	320	Chapada.
119	02	"	"	53.00	320	Marco madeira. Confr. b/t do Estado.
120	02	X	"	103.00	320	Alto copigão.
121	02	"	"	84.00	313	Descendo. Mata.
122	02	51°15'58"	"	61.70	314	" " "
123	02	"	"	31.00	309	Marco madeira. Descendo forte. Mata.
124	02	"	"	60.00	271	Segue fraldando. Mata.
125	02	"	"	60.40	274	Descendo. " "
126	02	"	"	14.00	269	" " "
127	02	"	"	16.60	245	" " "
				167.00	179		Atrav. corrego.
128	02	"	"	253.50	204	Marco madeira.
129	02	"	"	47.00	200	Fraldando. Culturas.
				76.80	124		Atrav. corrego. " "
				110.80			caminho.
				13.50	136		Marco madeira auxiliar.
130	02	12°30'30"	12°30'30"	199.90	125	Descendo. Culturas.
131	02	"	"	31.00	126	" "

Places	Distâncias	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Dicas
		Lidos	Calculados	Inferior	Superior	
127	V 02	23°45'NE	53°24'NE	42.00	4....	271 Descendo Mata.
128	0015D	59°01'N	59°01'NE	33.00	3....	256 "
129	00	"	"	56.10	5....	239 Subindo.
130	10D	60°21'N	60°21'NE	137.00	1....	242 "
131	10E	59°21'N	59°21'NE	17.20	1....	251 Descendo. <i>Mareco</i>
132	00	"	"	103.10	1....	221 "
+	26.00	1....	187 Atrav. cuninho.
+	165.00	1....	180 " Co. d'OURO. Subindo. Culturas.
133	00	"	"	59.30	1....	237 Marco. guaribá.
134	00	"	"	65.80	1....	243 Subindo. Mata.
135	00	"	"	96.50	1....	255 "
136	1030D	60°30'NE	60°30'NE	96.50	1....	262 "
137	1030E	59°21'N	59°21'NE	42.50	1....	276 Marco. guaribá. Descendo. Mata.
138	0015D	59°01'5N	59°01'5NE	31.80	1....	274 "
139	0015D	62°30'NE	62°30'NE	111.60	1....	265 Marco do Pindaíba. Descendo. Culturas.
140	00245E	51°24'5NE	51°24'5NE	27.00	1....	261 Descendo. Culturas.
141	7030D	59°01'5N	59°01'5NE	15.20	1....	253 "
142	52°45E	6°30'NE	6°30'NE	165.40	1....	243 Marco da Oleo Vermelho(Canto). Confronta c/t do Estado ocup. p/ João Francisco Rozer. Descer do. Culturas.
143	00	"	"	20.80	1....	241 Marco Oleo Vermelho.
+	118.00	1....	231 Marco Arapoca(Auxiliar). Ingêns 15.00 E. Culturas.
144	0015D	6°45'NE	6°45'NE	301.00	1....	275 Marco de Pindaíba. Mata.
+	46.40	1....	262 Atrav. fundo gruta. subindo. Mata.
145	00	"	"	42.20	1....	291 "
146	02	"	"	24.50	1....	294 Marco madeira. Confr. c/t do Estado ocup. p/ Sebastião Alves Cunha. Subindo. Mata.
147	02	"	"	100.70	1....	299 Descendo.
148	0045E	6°NE	6°NE	14.80	1....	292 "
149	0045D	6°45'NE	6°45'NE	42.00	1....	281 "
+	21.40	1....	255 Atrav. fundo gruta.

BAELEIA N.º 106 - JULHO DE 1961 - P. 106
RUA DA BAHIA, 784 - UELO 106CONFERE COM O ORIGINAL, QUE ME FOI-
SENTADO, DOU FZ
UELDO HORIZONTE, 22 DE FEVEREIRO DE 1962
DA VENDA

106

Número	Distância	AZIMUTS		DISTÂNCIAS		Local
		Lidos	Calculados	Inclinação	Intervalo	
127	V. 02	53°45'NE	53°45'NE	42.00	X.....	271 Descendo. Mata.
128	00°15'D	59°NE	59°NE	33.20	X.....	256 "
129	00	"	"	56.10	X.....	239 Subindo.
130	10'D	60°NE	60°NE	132.00	X.....	242 "
131	10'E	59°NE	59°NE	17.20	Y.....	231 Descendo. " Marco
132	00	"	"	103.10	X.....	221 "
+....	+....	+....	+....	...126.00	X.....	187 Atrav. cuminho.
+....	+....	+....	+....	...165.00	X.....	180 " Co. d'OURO. Subindo. Cu
133	09	"	"	59.30	Y.....	237 Marco guaribú.
134	00	"	"	65.80	Y.....	243 Subindo. Mata.
135	09	"	"	96.50	Y.....	255 "
136	10 30'D	60°30'NE	60°30'NE	96.50	Y.X..	262 "
137	10 30'E	59°21'NE	59°21'NE	42.50	Y.....	276 Marco guaribú. Descendo. Mata.
138	00 15'D	59°15'NE	59°15'NE	31.80	X.....	274 "
139	00 15'D	62°30'NE	62°30'NE	111.60	X.....	265 Marco de Pindaíba. Descendo. Culturas.
140	00 45'E	51°45'NE	51°45'NE	27.00	Y.....	261 Descendo. Culturas.
141	70 30'D	59°21'NE	59°21'NE	15.20	Y.....	253 "
142	52°45'E	60°30'NE	60°30'NE	165.40	Y.....	243 Marco de Óleo Vermelho (C. do Confronto c/t do Estado oceano P. João Francisco Rozer. Descendo. Culturas.)
143	00	"	"	20.80	Y.....	241 Marco Óleo Vermelho.
+....	+....	+....	+....	...118.00	X.....	231 Marco Arapoca (Auxiliar). Longe 15.00 E. Culturas.
144	00 15'D 00 45'NE	60°45'NE	60°45'NE	301.00	Y.....	275 Marco de Pindaíba. Mata.
+....	+....	+....	+....	...46.40	X.....	262 Atrav. fundo grotas. Subindo.
145	00	"	"	62.20	Y.....	291 "
146	02	"	"	24.50	Y.....	224 Marco madeira. Confr. c/t do tudo ocupado por Sebastião Alves dinho. Subindo. Mata.
147	00	"	"	100.70	Y.....	299 Descendo. "
148	00 45'E	60°NE	60°NE	54.80	Y.....	292 "
149	00 45'D	60°45'NE	60°45'NE	42.00	Y.....	281 "
+....	+....	+....	+....	...21.40	X.....	255 Atrav. fundo grotas.

Kazza 2022

Nº	Referência	Azimuths		Distâncias		Alturas	Observações
		Lidos	Calculados	Inferioras	Intermediárias		
21	42°E	25°30'W	25°30'W	39.20	5.....	136	Rib. 14 3.40 D
22	32°D	57°30'NE	57°30'NE	26.60	5.....	136	" " 12.00 "
23	25°45'E	31°45'NE	31°45'NE	20.20	5.....	136	" " 3.50 "
24	20°30'W	11°15'NE	11°15'NE	67.20	5.....	136	" " 13.00 "
25	15°15'W	4°NO	4°NO	32.20	5.....	136	" " 25.00 "
26	49°15'W	53°15'NO	53°15'NO	73.40	5.....	135	" " 34.00 "
27	36°45'W	90°O	90°O	32.20	5.....	136	" " 25.00 "
28	20°D	70°NO	70°NO	133.00	5.....	132	" " 51.00 "
29	16°30'D	53°30'NO	53°30'NO	173.10	5.....	137	" " 52.50 "
30	63°30'D	10°NE	10°NE	25.00	5.....	137	" " 53.00 "
31	42°E	33°NO	33°NO	71.00	5.....	136	" " 20.00 "
32	79°3	63°SO	63°SO	44.30	5.....	136	" " 20.40 "
33	17°15'D	95°15'SO	85°15'SO	34.40	5.....	136	" " 47.00 "
34	25°30'D	69°15'NO	69°15'NO	28.00	5.....	137	" " 61.00 "
35	49°15'3	73°30'NO	73°30'NO	10.00	5.....	138	" " 54.00 "
36	9°15'3	64°15'NO	64°15'NO	14.00	5.....	138	" " 56.00 "
37	13°W	77°15'NO	77°15'NO	33.40	5.....	138	" " 50.00 "
38	50°15'D	27°NO	27°NO	27.40	5.....	139	" " 53.60 "
39	13°15'D	13°45'NO	13°45'NO	36.00	5.....	138	" " 31.40 "
40	42°30'3	20°15'NO	20°15'NO	67.60	5.....	139	" " 20.00 "
41	51°15'D	41°NE	41°NE	42.20	5.....	140	" " 30.00 "
42	35°30'D	75°30'NE	75°30'NE	41.00	5.....	139	" " 30.00 "
43	23°15'3	52°15'NE	52°15'NE	39.50	5.....	138	" " 12.00 "
44	21°15'D	74°NE	74°NE	23.00	5.....	138	" " 11.00 "
45	4°21'	"	"	55.00	5.....	139	" " 9.00 "
46	23°45'D	77°15'SE	77°15'SE	51.00	5.....	139	" " 20.00 "
47	32°45'3	63°30'SE	63°30'SE	42.50	5.....	139	" " 12.00 "
48	10°45'3	50°45'NE	50°45'NE	23.80	5.....	138	" " 3.00 "
49	61°30'D	67°45'SE	67°45'SE	66.10	5.....	139	" " 33.00 "
50	56°30'3	55°45'NE	55°45'NE	23.40	5.....	135	" " 10.00 "
51	62°30'3	12°45'NO	12°45'NO	93.50	5.....	134	" " 15.00 "

JARTORIO DO SEGUNDO OFICIO DE NOTAS
JABEUZO INTE. VICENTE JAGUARO ROSA DE QUEIROZ
RUA DA BAHIA 734 - BELO HORIZONTE

CONFIRME COM O ORIGINAL Q. E ME FOI APRE-
SENTADO. DOU FA
BELO HORIZONTE 10 DE MARÇO DE 1920
EM TESTIMUNHA
VICENTE JAGUARO ROSA DE QUEIROZ

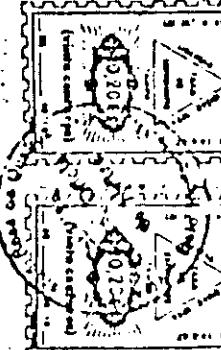


Linha	Deflexões	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Angulo	Observações
		Lidos	Calculados	Intercas	Distâncias diárias		
52	22°15'D	100°30'NE	100°30'NE	154.60'....	145	Rib. a. 72.00 D.	
53	63°45'D	79°15'NE	79°15'NE	19.70'....	149	" " 90.00 "	
54	10°30'E	57°45'NE	57°45'NE	102.50'....	137	" " 22.00 "	
55	8°15'E	59°30'NE	59°30'NE	64.40'....	133	" " 10.00 "	
56	17°15'E	42°15'NE	42°15'NE	36.40'....	136	" " 5.00 "	
57	10°15'D	52°30'NE	52°30'NE	23.00'....	135	" " 5.00 "	
58	12°30'D	65°NE	65°NE	32.60'....	135	" " 6.00 "	
59	7°D	72°NE	72°NE	34.00'....	135	" " 13.00 "	
60	14°15'D	26°15'SE	36°15'SE	36.20'....	136	" " 24.00 "	
				14.60'		Atrav. pequeno correção	
61	26°30'D	67°15'SE	67°15'SE	39.00'....	136	Rib. a. 41.00 D.	
62	24°30'D	42°45'SE	42°45'SE	30.00'....	136	" " 46.00 "	
62	40'D	22°45'SE	22°45'SE	56.20'....	138	" " 41.00 "	
64	19°D	39°45'SE	39°45'SE	47.50'....	137	" " 29.00 "	
65	9°E	120°45'SE	120°45'SE	27.50'....	136	" " 20.00 "	
66	35°45'D	48°30'SE	48°30'SE	54.00'....	127	" " 11.00 "	
67	0°	51.50'....	51.50'....	137	" " 26.00 "		
68	23°30'D	25°SE	25°SE	32.00'....	138	" " 34.00 "	
69	90°	31°SE	31°SE	61.00'....	138	" " 26.00 "	
70	37°15'E	21°15'SE	21°15'SE	49.00'....	130	" " 23.00 "	
71	22°D	38°15'SE	38°15'SE	38.20'....	140	" " 42.00 "	
72	40°D	23°15'SE	28°15'SE	162.00'....	139	" " 26.00 "	
73	17°15'S	72°30'SE	72°30'SE	53.20'....	136	" " 10.00 "	
74	10°45'D	52°45'SE	52°45'SE	63.20'....	140	" " 31.00 "	
75	29'E	54°45'SE	54°45'SE	42.50'....	139	" " 35.00 "	
76	29°15'E	57°SE	57°SE	57.00'....	138	" " 60.00 "	
77	33°D	24°SE	24°SE	27.70'....	138	" " 63.00 "	
78	31°45'D	55°45'SE	55°45'SE	29.20'....	137	" " 55.00 "	
79	16°3	71°45'SE	71°45'SE	33.10'....	139	" " 61.00 "	
80	0°	51.70'....	51.70'....	141	" " 53.00 "		

12
Folha 2 de 2

Educa	Descrição	AZIMUTHS		DISTANCIAS		Altura	Observações
		Usado	Calculados	Internas	Externas diárias		
32	V	60°15'	49°11'N	143°NNE	26,50	137	Rib. " 14.00 D.
33	V	142°30'D	33°30'NE	33°30'NNE	30,30	137	" " 25.00 "
34	V	13°E	20°30'VE	20°30'NT	84,00	136	" " 20.00 "
35	V	29°30'E	12°NO	123°NO	54,30	136	" " 9.00 "
36	V	0°30'D	129°30'NO	129°30'NO	53,00	136	" " 14.00 "
37	V	25°D	129°30'NE	129°30'NE	62,50	141	" " 46.00 "
38	V	15°D	27°30'NE	27°30'NE	32,50	143	" " 41.00 "
39	V	60°45'S	20°45'NE	20°45'NE	24,10	140	" " 30.00 "
40	V	102°45'D	31°30'NE	31°30'NE	29,00	139	" " 20.00 "
41	V	11°15'S	20°15'NE	20°15'NE	26,60	137	" " 15.00 "
42	V	49°45'E	29°30'NO	29°30'NO	107,60	132	" " 6.00 "
43	V	33°45'D	9°15'NE	9°15'NE	59,00	139	Rib. 33.00
44	V	10°30'D	19°45'NE	19°45'NE	41,00	140	" " 27.00
45	V	22°30'S	29°45'NO	29°45'NO	39,00	141	" " 11.00
46	V	23°15'D	25°30'NE	25°30'NE	113,00	141	" " 23.00
47	V	11°D	36°30'NE	36°30'NE	42,50	142	" " 18.00
48	V	23°E	13°30'NE	13°30'NE	33,80	143	" " 13.00
49	V	45°3	31°30'NO	31°30'NO	111,10	143	" " 18.00
50	V	23°30'D	8°NO	8°NO	46,00	144	" " 35.20
51	V	10°30'E	18°30'NO	18°30'NO	119,00	144	" " 32.50
52	V	102°45'E	20°15'NO	20°15'NO	31,70	144	" " 35.00
53	V	45°15'D	16°NE	16°NE	36,60	146	" " 51.00
54	V	25°30'D	41°30'NE	41°30'NE	27,50	146	" " 46.00
55	V	18°E	23°30'NE	23°30'NE	32,70	145	Atrav. por ruano corrug.
56	V	31°30'E	20°NE	20°NE	56,40	145	Rib. " 31.00 D.
57	V	102°45'E	0°15'NE	0°15'NE	45,00	144	" " 27.50 "
58	V	33°15'E	23°NO	23°NO	34,00	146	" " 30.00 "
59	V	63°D	45°NE	45°NE	29,00	147	" " 59.00 "
60	V	10°30'E	18°30'NO	18°30'NO	33,00	146	Atrav. cor aguado oriental

MARTORIO DO SEGUNDO OFICIO DE NOTAS
LACETUO INT. VICENTE JAGUARAO FSA DE CURITIBA
RUA DA BAHIA, 784 - BELO HORIZONTE
CONFIRA COM O ORIGINAL, QUE ME FOI ENTREGUE
SENTADO DIA 01 DE MARÇO DE 1958
BELO HORIZONTE, DE TESTIMONIO



Estacas	Deflexões	AZIMUTHS		DISTÂNCIAS		Altitude	Observações
		Lidos	Calculados	Inferiores	Interiores dúvidas		
110	14°D.	82°NE	82°NE	77.09	147	Rib. Lu. u. 49.00 D.
111	29°S.	60°NE	60°NE	72.50	148	Lu. 10.00 "
112	29°30' E	30°30'NE	30°30'NE	119.70	149	" 20.00 "
113	15°30'E	15°NE	15°NE	154.50	153	" " 21.00 "
114	21°D.	36°NE	36°NE	138.00	156	" " 28.00 "
115	16°D.	52°NE	52°NE	128.00	156	" " 27.00 "
+	49.00		Atrav. pequeno correção.
116	12°E.	40°NE	40°NE	71.30	156	Rib. Lu. u. 16.00 D.
117	15°S.	25°NE	25°NE	85.00	157	" " 20.00 "
118	55°S.	30°NO	30°NO	68.70	156	" " 19.00 "
119	19°30'D	10°30'NO	10°30'NO	116.70	153	" " 22.00 "
120	9°D.	10°30'NO	10°30'NO	68.50	159	" " 17.00 "
121	21°D.	19°30'NE	19°30'NE	192.00	165	" " 23.00 "
122	59°30'E	11°NE	11°NE	61.20	165	" " 15.00 "
123	32°E	21°NO	21°NO	61.40	165	" " 16.00 "
+	46.00		Atrav. pequeno correção.
124	9°45'E	30°45'NO	30°45'NO	75.30	166	Rib. Lu. u. 17.00 D.
125	4°15'D	26°30'NO	26°30'NO	107.50	168	" " 20.00 "
126	26°30'D	9°N	9°N	119.60	169	" " 20.00 "
127	0°	"	"	48.00	168	" " 12.00 "
128	70°D	70°NE	70°NE	60.50	168	No caminho, Rib. Lu. u. 21.00 D.
+	55.00		Atrav. ribeirão do Eme.
129	93.00	177	Marcos auxiliár iguais ao p. dist. 131 mas 121.40ms.
Área total		40.000.000,00ms.
P. perim.		27.699.50ms.

ITEG: Ao NORTE, c/t do Estado ocup. p/ Maria José Meira, Sebastião Ribeiro, Ribeiro, Antenor Pêna, Avelino Vaz, Antônio Rodrigues, Antônio digo, Jpa. e M. Florêncio da Silva, Antônio Moreira Dávaca e terronos do Estado,

13
Vassouras

Estacas	Deflexões	AZIMUTES		DISTÂNCIAS		Altura	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiros	Intermediários		

LESTE, c/t do Estado, terrenos do Estado ocup. p/ Antônio Padroca, terreno do Estado, terrenos do Estado ocup. p/ Sebastião Alves Godinho, João Francisco Cozor, Avilino Vaz e Albino dos Santos Cunha, no SUL, c/t do Estado ocup. p/ Albino dos Santos Cunha, Manoel L. Macedo, Simeão Luciano da Cunha, João Daniel Antônio Felipe e com a margem esquerda do rio Dôce, a OESTE, com a margem do Dôce, a/t do Estado ocup. p/ Oliviu de Oliveira, José Alves, Adolfo Felix, Francisco Felix e Maria José Meira.

DESCRIÇÃO GERAL. Os terrenos constantes do presente lote estão situados à meia margem esquerda do rio Dôce, no distrito da Vila Santo Antônio do Ema, município de Splendor, distante 112 quilometros da Vila Santo Antônio do Ema, sede do distrito de paz e 17 quilometros da Retepêndor, sede do município. Terrenos bastante elevados e arenoso, prestando-se especialmente para a cultura do cacau, godíao, cana de açúcar, cercaria, pastagens, como também para a cultura do café. Os terrenos são banhados numa grande extensão pelo rio Dôce e abreviados p/ ribeirão do Ema, cujas águas são potáveis. O sistema do serviço agricola é o rotinsiro. Os terrenos na sua maior parte ocupados por colonos do Posto Tríplice Guido Maliere. Servidos por boas estradas e caminhos regulares. Situados a 1 quilometro do povoado de Cremique onde está situada a estação da F.V. N.A. travessia para a estação de Cremique é feita em barcos e canoas p/ o Rio Dôce. O clima é quente e o lugar é salubro. Existe nos montes pesquisas de mina, havendo também vestígios de cristal e pedras coradas. Não se encontram vestígios de fontes termais. As beneficiarias existentes na sede, são 3 casas construídas cobertas de telhas, funcionando uma delas como escola dos índios e outra como o Posto Tríplice, 1 casa coberta de taboinhas e 2 barreiros indios, tudo no valor de R\$2.800.000. Tapuré no valor aproximado de R\$1.000.000. culturas diversas no valor aproximado de R\$1.000.000 - Total R\$4.800.000.

Nota: extrahido da culmina da capa do sr.
 Escritor Oscar Fernando Lopes.

Alvorá, 4 de Julho de 1944

Estações	Distâncias	AZÍMUTES		DISTÂNCIAS		Altitudes	Observações
		Lidos	Calculados	Inteiras	Intermediárias		
<i>Franisco de Paula Volgado da Vassoura</i>							
2º DISTRITO DE TERRAS							
<i>Visão</i>							
Aymoré, 4 - J.	1942						
<i>1º Depósito de Cachoeira</i>							
<i>Ex.: n.º Chão do Distrito</i>							
<p><i>Este é o resultado da constatação de plantas da área com nichos e lajeis que não com, se processadas da forma de antiga no gabinete parte da área considerada.</i></p> <p><i>25/07/42</i></p> <p><i>Prezado Dr. José Góes</i></p> <p><i>Obra de 2º Distrito</i></p> <p><i>Verificada</i></p> <p><i>V. Técnica de Terras, 12/2/46</i></p> <p><i>Dr. Francisco de Paula Volgado da Vassoura</i></p> <p><i>12/2/46</i></p> <p><i>Processado G. S. Góes</i></p>							
<p>CARTÓRIO DO SEU BUNDO OFÍCIO DE JABEALÃO INTL. VICE-LT. JAGUARACI ROSA</p> <p>RUA DA BAHIA, 734 - BELO HORIZONTE - MG</p> <p>CONFIRMO COM O ORIGINAL</p> <p>CENTRO. D. J. F. B. DE BELO HORIZONTE EM TESTIMUNHA:</p> <p><i>Pimenta P. Rosa</i></p> <p>NOTAS:</p> <p>JABEALÃO</p> <p>12/2/46</p>							

221524/44

~~PROC. N° 3260/44~~
~~133~~
~~113~~
~~135~~
~~136~~
~~137~~
~~138~~
~~139~~
~~140~~
~~141~~
~~142~~
~~143~~
~~144~~

M. A. - D. A. - DIVISÃO DO MATERIAL

- COPIA AUTÊNTICA

P.S.
PUCNICA

1^a Via-Doc. N° 459 - CR\$5.895,00 - Recebi do Snr. José ~~R~~coneri Pin
to Coêlho, Encarregado do P.I.N. "GUIDO MARLIERE", a importância de
cinco mil oitocentos e noventa e cinco cruzeiros (CR\$5.895,00), por
quanto lhe vendi para serem incluidas no patrimônio do Posto Indige-
na GUIDO Marliere, distrito do Eme neste Município e Estado de Minas
Gerais, todas as benfeitorias existentes nas áreas indígena de meu
arrendamento de 25,00 hectares mais ou menos em terras da reserva in-
dígena em que se encontra o dito Posto constantes, de benfeitorias
que estão livres de quaisquer onus ou compromisso, de uma casa de mo-
rada, coberta com taboinhas, de oito comedores, assoalhada, madeira la-
vada medindo 40x30 palmos; uma barraca para colono, coberta com ta-
boinhas; um paiol, assoalhado, coberto com taboinhas, madeira lavra-
da; um galinheiro; um engenho de madeira, coberto com taboinhas, para
muagem de cana; um ralo para mandioca; culturas de ortaliças, canavi-
al; treis hectares em cultura de milho, feijão, arrôz e amendoim; cen-
to e duas arvores frutiferas, sendo: - laranjeiras - 30; cajueiros-6;
abacateiros-5; Jaqueira-1; condêça-5 Mangueiras-45 e um pé de lima. E
demais benfeitorias existentes dentro da referida área que se acha si-
tuada no logar denominado "CORREGO do VAIVOLTA", ficando para todos
os efeitos de lei, nesta data em diante, rescendido o contrato de meu
arrendamento. Para claresa e fins de direito firmo o presente em qua-
tro vias, sendo a primeira devidamente selada. Tendo o Snr. Sebastião
Rodrigues de Moura, declarado ser analfabeto, assina por procuração
deste o Snr. Anisio Corrêa Lacerda, na presença das tes, digo presen-
ça de duas testemunhas.- Resplendor, 9 de Dezembro de 1943 - Selado
com estampilhas no valor de vinte e quatro cruzeiros e vinte centavos,
devidamente inutilizadas, com data de 9/12/943 e assinatura P.P. de
Anisio Corrêa Lacerda,- Como testemunhas: a) Demerval (segundo nome
ilegivel) Reis - a) Firmino Carlos da Costa - - - - - - - - - - - - - - - -
No verso do documento encontra-se a seguinte nota : - Apresentou pro-
curação lavrada no Tabelião do 1º Ofício Registro de Imóveis de Res-
plendor no Estado de Minas Geraes, no livro 4 folhas 91 em 9 de Dezen-

bro de 1943, e acha-se arquivada nesta Diretoria. - Rio de Janeiro,
31 de Dezembro de 1943. - a) Nelson Perez Teixeira - Inspetor VIII.

Carimbo com os seguintes dizeres: - Ministério da Agricultura - Serviço de Proteção aos Índios - Exercício de 1943 - Anexo 12 - art.3º
Dec-Lei nº 5120 de 19-12-942 - Verba 3 - Serviços e Encargos -- Consignação 1 - Diversos - Sub-Consignação 05 - Auxílios, contribuições e Subvenções 01 Auxílios - 26 - S.P.I. - Auxílios, aos índios, de acordo com o decreto nº 9.214 de 15-12-911 Lei nº 5484 de 27-7-928 e decreto nº 736 de 6-4-936 (art.8). - Confere e importa Oitocentos e noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 895,00) - 19 de Janeiro de 1944 - R. Gomes - Auxiliar escrit. VIII. - - - - -

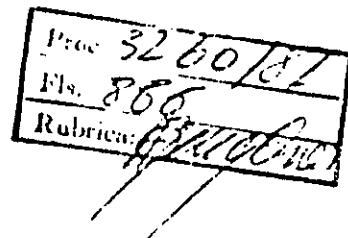
VISTO - a) V.P. Vasconcelos - Diretor S.P.I. - - - - -
Pela cópia - Em 9/11/944 - Divisão do Material, M.Agricultura.

Fernando Gómez Teixeira
DAT G

V I S T O

Força Tarefa de Lima
Chefe da S. E. F.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO/DGPC



SUMULA DE RELATÓRIO DA VIAGEM À FAZENDA GUARANI-MG
DURANTE O PERÍODO DE 25/09 A 04/10 DE 1979

RAFAEL JOSÉ DE MENEZES BASTOS
MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO

BRASÍLIA/DF.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SUMULA DE RELATÓRIO DE VIAGEM DE
TÉCNICOS DO DGPC À FAZENDA GUARANI - 11º DR-MG.

Proc.	3260/72
Fls.	80
Rubricas	

1. Apresentação

- 1.1 - A presente súmula está sendo encaminhada, em regime de urgência, em adiantamento ao relatório de viagem propriamente dito, que seguirá logo que pronto e que até agora não foi ultimado devido ao desvio dos profissionais nele envolvidos para outras tarefas consideradas prioritárias pela alta administração da FUNAI. Cerca de 50% do dito relatório está, já, realizado, dizendo respeito à parte de pesquisa histórica.
- 1.2 - A viagem dos técnicos supracitados foi realizada no período de 25/09 a 04/10/1979 com o objetivo de fazer um diagnóstico da situação da população indígena que habita a Fazenda Guarani-MG (11º DR) e da estrutura da referida fazenda, além de propor medidas necessárias à readequação pretendida, conforme designava a Instrução Técnica Executiva nº 019/79-DGPC.
- 1.3 - Os deslocamentos mais importantes realizados durante a viagem estão registrados no quadro a seguir:

ITINERÁRIO	DATA	HORAS		MEIO DE TRANSPORTE
		PARTIDA	CHEGADA	
Brasília/Belo Horizonte	25.09.79	10:30	11:30	Avião
Belo Horizonte/Carmésia	27.09.79	06:00	12:00	Ônibus
Carmésia/Faz. Guarani	27.09.79	13:30	13:45	Aut./Fretado
Faz. Guarani/Gov. Valadares	02.10.79	07:45	13:00	Aut./Administrador
Gov. Valadares/Resplendor	03.10.79	07:00	11:00	Viatura/FUNAI
Resplendor/Gov. Valadares	03.10.79	15:15	18:45	Viatura/FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3260/71
Fls. 108
Rubrica: *[Signature]*

= 02 =

ITINERÁRIO	DATA	HORAS		MEIO DE TRANSPORTE
		PARTIDA	CHEGADA	
Governador Valadares/ Belo Horizonte	04.10.79	10:00	11:00	Avião
Belo Horizonte/Brasília	04.10.79	13:15	14:10	Avião

2. Situação dos índios da Fazenda Guarani

2.1 - A Fazenda Guarani

- a) Localização - A Fazenda Guarani fica localizada no Mnicipio de Carmésia, Comarca de Ferros-MG, distante 208 quilômetros, aproximadamente, do Belo Horizonte, por estradas de rodagem;
- b) Área - A área da Fazenda é de aproximadamente 3.000 (três mil) hectares, conforme escritura de doação do Estado de Minas Gerais à Fundação Nacional do Índio;
- c) População - A população da Fazenda era de 87 pessoas em outubro de 1979;
- d) Infra-Estrutura - Na sede da Fazenda existem 64 edificações (casa-sede, residências, escolas, depósitos, oficinas, etc). Todas as construções estão em precárias condições. Os equipamentos existentes estão obsoletos. Esses equipamentos serviram às várias oficinas que existiram na Fazenda Guarani (laticínio, sapataria, carpintaria e engenho).
 Está funcionando precariamente a usina hidrelétrica existente, que tem capacidade de 20 KWa.
 Todas as residências possuem água encanada, potável, abastecidos por fonte localizada dentro da própria Fazenda.
 Existem apenas três funcionários da FUNAI na área (Administrador da Fazenda, Atendente do Enfermagem e Auxiliar de Ensino).
 A comunicação com a Fazenda é feita através do rádio transceptor, falando duas vezes por dia com a 11ª DR

[Signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3260/82
Fls. 259
Rubrica: [Signature]

= 03 =

em Governador Valadares-MG.

Não há viatura da FUNAI para atender às necessidades da Fazenda Guarani.

As terras já foram exauridas por antigos cafezais. Não são propícias para a agricultura, considerando as dificuldades apresentadas pelo relevo muito ondulado. Mesmo assim, os índios cultivam pequenas roças de subsistência. O mais viável para a região é a criação do gado bovino leiteiro. O rebanho bovino existente na Fazenda era de 60 (sessenta) cabeças e 26 cabeças de equinos, muares e asininos (em outubro de 1979).

2.2 - Introdução

Habitam na Fazenda Guarani a tribo dos índios Krenáck (49), alguns Pataxó (35) e Guarani (3), assim como agregados, de outras tribos (Xerente, Pankararu, etc), aos dois grupos acima, ali compulsoriamente confinados. A população total da área é de 87 almas.

Conforme abaixo se explica, os Krenáck ali habitantes foram para lá transferidos em 1972, sendo originários do antigo PI Krenáck, ex-Guido Marliore, Município de Resplendor, MG; Os Pataxó vieram de sua terra de origem, da Bahia, PI Barra Velha; os Guarani de Caeira Velha, no Espírito Santo; e, finalmente, os confinados, de suas terras tribais originais, em função do cumprimento de penas judiciadas pela FUNAI. De maneira geral, todos os índios que habitam na Fazenda ali foram parar em função de problemas seus e de suas comunidades não resolvidos nas áreas originais, a Fazenda se constituindo, assim, numa represa de problemas, especificamente da 11ª DR. Abaixo, o estudo particularizado de cada grupo.

2.3 - Krenáck

A situação atual dos índios Krenáck bem espelha a perspectiva do desastre e colapso sócio-culturais que o contato interétnico descontrolado reserva aos in

AVL /

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3260/82
Fl. 896
Rubrica: [Signature]
= OH =

dios. Imemoriais habitantes do vale do Rio Doce, do suas margens ricamente píscosas, ainda no tempo do SPI tiveram seu Posto Indígena sede (Guido Marliére, depois PI Krenáck), transformado em colônia penal, isto sob o artifício disfarce de colônia agrícola. Paia lá, passaram a ser levados, então, compulsoriamente, índios de todo o Brasil, acusados, em seus lugares de origens, de crimes, o que configura uma situação, no mínimo, de ilegalidade e incompetência, por parte do órgão tutelar. Em seguida, em 1958, foram arbitrariamente transferidos para o PI Maxakali, isto porque o Ministério da Agricultura candidamente queria, no PI Krenáck, montar uma irrealística estação experimental, irrealística tanto, que nunca se concretizou, tendo, assim, em 1966, para lá voltado os pobres Krenáck. Finalmente, em 1972, sob a égide, já, da FUNAI, veio o golpe da misericórdia, que foi a mudança desses. Dotado, manu paramilitari (alguns, efetivamente algemados), para a Fazenda Guarani, onde, desde esta época, vegetam, numa situação para o qual não tem o mínimo preparo e motivação, isto em todos os níveis, o genocídio e o etnocídio ali se configurando, então, no estágio quase terminal, caracterizado pelo stress e aflição agudíssimos: a sociedade de Krenáck só possui, atualmente, dois homens adultos, as mulheres tendo sido obrigadas, assim, a assumir a liderança e a chefia políticas, o que, para uma sociedade Gê, é, no mínimo, um contrassenso; a tecnologia da sociedade Krenáck não se adapta ao novo meio ambiente, não tendo, os índios, por outro lado, motivação para mudanças, o que tem concorrido para sua situação de extrema penúria, de miséria e fome generalizadas; a vida mágico-religiosa do grupo está, desde então, entre parênteses, suas práticas estando reprimidas no novo locus, completamente inóspito para os Krenáck; enfim, a situação desse grupo humano configura os pontos terminais do desastre sócio-cultural, completamente em direção à extinção etno e genocidas.

O processo de transferência dos índios Krenáck, de suas terras imemoriais, no Resplendor, para a Fazenda Guarani

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 3210016
Fls. 891
Rubrica: [Signature]

= 05 =

dou-se - o que é de pasmar - pela negociação de seu habit, conduzida pela FUNAI com o Governo do Estado de Minas Gerais, isto em 1972-73, na época governando, este Estado, o Sr. Rondon Pacheco e, dirigindo a FUNAI, o Sr. Oscar Jerônimo Bandeira de Melo, representado oficialmente nos atos pelo policial Cap. Pinheiro, Chefe da então Ajudânci Minas-Bahia, atual 11º DR. Num passe de mágica, assim, doou, o Estado de Minas Gerais, à FUNAI, a Fazenda Guarani (Lei Estadual nº 5.875, de 16/05/72), tendo, esta, em contraposição, declarado a vacância, por índios, das terras indígenas do Rosplendor, que, então, reverteram ao Estado, que, de imediato, legalizou sua posse por grande número de invasores, grileiros, etc.

A recomendação da comissão abaixo assinada para o saneamento da catastrófica situação atual dos Krenáck coincide integralmente com a reivindicação dos índios: sua volta às terras imemoriais do Resplendor, com a declaração de nulidade e/ou extinção de todos os negócios inconstitucional e ilegalmente perpetrados em contra os índios. Inicialmente, ocupar-se-iam os 48,40ha em torno da área do antigo PI, até hoje desocupados e sob controle da Fundação Rural Minas em comodato com o Patronato de Aprendizagem Profissional Sociedade São Vicente de Paula. Isto feito, judicialmente o restante das terras seria paulatinamente retomadas, até integralizarem, os Krenáck, o montante de suas necessidades e direitos.

2.4 - Pataxó

A vinda dos Pataxó para a Fazenda Guarani é resultado, basicamente, das incontroláveis pressões da situação de contato interétnico, vivenciadas por esses índios na sua área de origem, no PI Barra Velha, Bahia. Desesperadas ante esta situação - inoperante, a FUNAI, dentro da mesma -, os Pataxó foram se deslocando para a Fazenda Guarani, processo este em pleno curso.

Observe-se que a situação desses indígenas na Bahia é tão, para eles, sem saída, que passaram, eles, a ver, no novo ambiente, uma tábua de salvação, procurando se adaptar à

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. 52-60182
Fls. 892
Rubrica: *[Signature]*

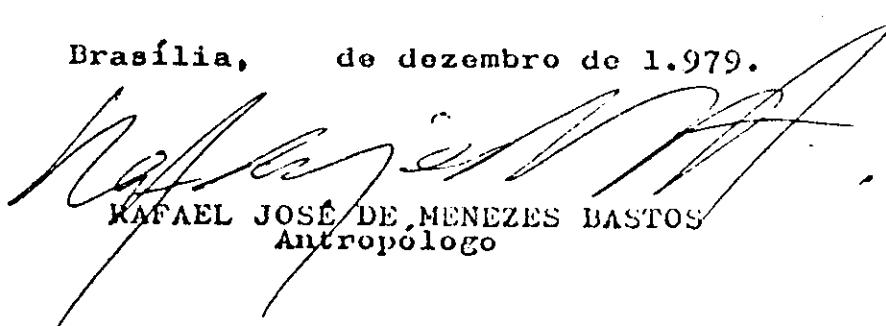
= 06 =

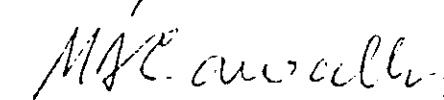
nova área ao máximo. Da-se, então, aqui, um processo radicalmente diferente do que ocorre com os Krenáck, absolutamente abúlicos, estes, quanto à Fazenda. Os Pataxó, não desesperançados da Bahia, reivindicam vivamente permanecer na Guarani, onde planejam - os que aí estão - morar definitivamente, para o que, inclusivo, fazem uma série de reivindicações de implementos, equipamentos, etc (pequeno trator, viatura, semontes, implementos e ferramentas agrícolas, reparos nas residências, etc).

A comissão abaixo assinada, apresentando a reivindicação de permanência, dos Pataxó, na Fazenda Guarani, vem observar a sua difícil exequibilidade pois, permanecendo aí, os índios, não solucionada sua situação de terras na Bahia, o que se terá como consequência será: de um lado, a transformação da Fazenda num polo mineiro de atração dos Pataxó, de outro, o aguçamento das dificuldades para a solução da questão Krenáck, que envolve, necessariamente, a devolução da Fazenda, pela FUNAI, ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Tal impasse vem a configurar, com clareza meridiana, a Fazenda Guarani como uma represa dos problemas não解决ados da 11ª DR, o que reforça a comissão a se definir no sentido de que de nada adiantará, aos Pataxó, permanecerem na Fazenda, não resolvida sua questão fundiária na Bahia. Vê-se, portanto, aí, a prioridade dessa providência: a regularização das terras Pataxó originais, em Bahia.

Brasília, de dezembro de 1.979.


RAFAEL JOSÉ DE MENEZES BASTOS
Antropólogo


MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO
Economista

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

INFORMAÇÃO Nº 014 /80 - DGPC
Ref.: Proc.FUNAI/BSB/0237/80

ACO. 937
FIM
M. S. C.

Proc. 3260/80
Fls. 937
Rubrica: <i>[Assinatura]</i>

Senhor Diretor do DGPC,

Em resposta ao despacho do Ilmo. Sr. Superintendente da FUNAI, venho esclarecer e informar que:

1) - A totalidade dos índios Krenak desejam voltar às suas terras imemoriais, localizadas à margem esquerda do Rio Doce, no Município de Resplendor-MG.

Na verdade essa é a única reivindicação desses índios e, também daqueles de outras tribos que, através do casamento, se uniram aos Krenak. Trata-se de um Xerente, uma família Pankararu que também viveram no ex-PI Krenak, quando naquele Posto funcionava uma Colônia Agrícola que tinha o objetivo correcional (até 1972). Após nossa visita a Fazenda Guarani, representantes do grupo Krenak vieram duas vezes a Brasília tratar dos seus interesses. Numa das vezes, vieram acompanhados de mulheres e crianças, o que comprova o real sentimento desse povo em voltar às suas terras de origem. Algo que a Fazenda Guarani não é propícia para a agricultura (principalmente para a cultura de mandioca), que sentem falta de gado (do goiço e do pitú que eram suas fontes de proteína principal). Não pretendem continuar na Fazenda Guarani, não se sentem motivados para qualquer trabalho, apesar de algumas vantagens oferecidas (casa, água encanada, energia elétrica, etc., etc...).

2) - Os índios Pataxó que habitam a Fazenda Guarani não desejam voltar para a sua terra de origem, pelas seguintes razões:

a) - a situação de suas terras na Bahia não foi definida; há uma grande população Pataxó concentrada numa pequena área, onde não conseguem produzir nem mesmo para

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

a subsistência; também na Bahia a terra é de baixa fertilidade, imprópria para a agricultura;

b) - os três (03) índios que vieram para a Fazenda Guarani por terem matado um feiticeiro na Bahia (reação a "pressões da situação do contato interétnico"), não desejam voltar por correrem risco de vida devido a vingança dos parentes da vítima;

c) - duas famílias vieram para a Fazenda Guarani por opção; trata-se do vaqueiro, sua esposa e seis filhos (foram autorizados pelo ex-Presidente da FUNAI - Dr. Adhemar Ribeiro da Silva, quando de sua visita a Barra Velha-BA) e outra família que veio por se sentir marginalizada pela própria comunidade, devido ao casamento do índio Pataxó com mulher "branca".

Os índios Pataxó não pretendem sair da Fazenda Guarani para qualquer outro lugar. Os Pataxó se integraram não só a Fazenda, como também na própria região. Um índio possui um pequeno estabelecimento comercial em Carmósia, outro trabalha como fotógrafo; illegalmente arrendam as pastagens da Fazenda Guarani para fazendeiros vizinhos; fazem roças para a subsistência e reivindicam máquinas, equipamentos e insumos em geral para a agricultura.

Se for concretizada a volta dos Krenak ao Rio Doce, os Pataxó se fixarão ainda mais na Fazenda Guarani. Na summa do relatório apresentada, os membros da comissão alertaram para a possibilidade da Fazenda Guarani se tornar um polo de atração dos Pataxó. Fato este que dificultará ainda mais a definição da situação das terras dos Pataxó na Bahia.

Esclareço por fim que, discredo da forma que foi apresentada a situação dos índios da Fazenda Guarani nas partes do relatório que não são de minha autoria. As páginas de minha autoria foram rubricadas.

Brasília, 22 de janeiro de 1.980.

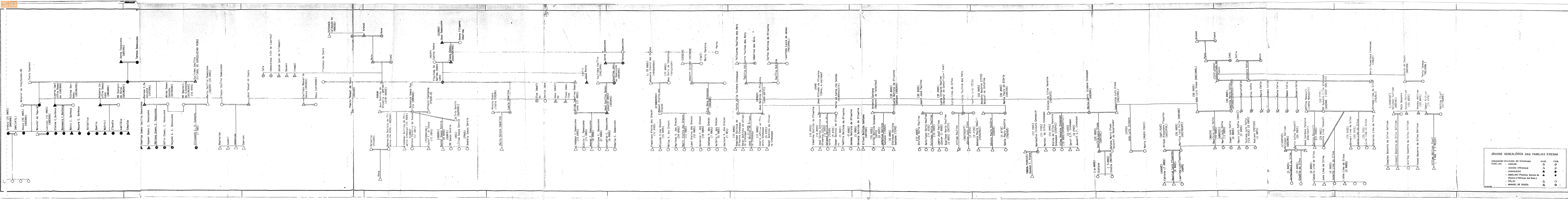
MINIER - Fundação Nacional do Índio
Departamento Central de Planejamento e Coordenador

Marcos Antônio de Carvalho

Marcos Antônio de Carvalho
Chefe do Div. de Des. Comunitário
Portaria n.º 01/80

MOD. 123

Proc. 32-6011
Fls. 937
Rubrica: <i>Carvalho</i>



Referências: ABREU, S. FROES. Os Índios Crenás (Botocudos do Rio Doce). SP. Rev. Museu Paulista, Tomo XVI, 1926.

SILVA, ANTONIO CARLOS SIMOENS DA. A tribo dos Crenaks (Botocudo do Rio Doce), 1918.

POPULAÇÃO KRENAK	HOMENS 1918	HOMENS 1926	MULHERES 1918	MULHERES 1926	CRIANÇAS 1918	CRIANÇAS 1926
p. 65/1918	Crenak	Nhanhic	Ecuam	Mariana	Jupain	João
p. 22/1926	Muin	Juquinim	Nangmeik	Maria	Maoh	Pac
	Tchonujum	Cruc-Chá	Pucron	Cupurâna	Jipat	Sebastiana
	Tam	Anat	Mancan	Ugmârã	Ahtiah	Andêic
	Juquinhoti	Juquinhot	Inhá	Nhá	Tomheim	Jacob
	Inhati		Intauc	Nem	Jok	
	Pypy		Capreúca	Maria	Crontchon	
	Nhanuque		Uaqui		Angrin	
	Marrok		Canaik		Fubá	Fubá
	Gréré		Jahmuran		Jatancanick	
	Jatnah		Caplenk		Atchá	
	Crembal	Crembá	Nain		Feijão	Feijão
	Anati		Yapuhan		Crengtank	
	Cactchá		Jaketa		Piriry	
	Grópok		Cuank		Bocman	Bucman
	Juctchat		Imboni		Tonsmuen	
	Lequim		Jarik		Cremlau	
	Mactá		Jacuhy	Jucuhy	Gyrôu	
	Jak		Tun		Jirimin	
	Eim		Jat Nouk		Cangmei	
	Patná		Jucrene Uym		Grak Chongton	

X Encontro Anual da ANPOCS, Outubro/86

G.T. História Indígena e do Indigenismo

Apontamentos para a Bibliografia da Língua Botocudo (Borum)

Lucy Seki

UNICAMP

A família lingüística Botocudo (Borum), do tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1972), é uma das menos conhecidas do Brasil. Embora tenha ocupado uma enorme área geográfica que se estendia desde o rio Pardo, na Bahia, até o rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, e embora seus povos tenham estado em contacto com os colonizadores desde o século XVI, nenhuma de suas línguas ou dialetos foi documentada de modo satisfatório até recentemente.

Nos dois primeiros séculos que se seguiram à descoberta do Brasil os contactos entre os colonizadores e os Aimorés (Aymorés, Quaimurés, Ambarés, Embarés) e os Guerens (Gherens, Grens, Krens), nomes com que eram então conhecidos os Botocudos, ocorreram em pontos do litoral da Bahia e do Espírito Santo, sendo esporádicos e marcados pela violência. Os indígenas teriam depois se embrenhado pelos sertões dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Doce, voltando a se defrontar de modo mais intenso com os colonizadores somente a partir das primeiras décadas do século XIX. Em resultado de um violento processo de destruição (Marcato, 1979; Seki, 1983, 1985) os Botocudo tiveram seu número de tal modo reduzido que já em meados do presente século seriam considerados como extintos (Ribeiro, 1957). Em 1973 Emmerich e Monserrat (1975) e Stout (1973) contaram no Município de Itambacuri, MG, dois descendentes Botocudo já idosos dos quais não puderam obter mais que amostras extremamente fragmentárias da língua.

No entanto os Botocudo ainda sobrevivem e, com eles, a sua língua, embora esta se encontre mais que nunca ameaçada de extinção. Atualmente são conhecidos com o nome de Krenak, mas, além de descendentes destes, incluem também representantes de outros sub-grupos Botocudo, principalmente Nakrehé, Gut-Krak, Munhajirum. A comunidade Botocudo apresenta um alto grau de miscigenação eache-se disperca, com um núcleo principal localizado às margens do rio Doce, no antigo PI Guido Marliere. Todos falam o Português típico de região rural e apenas uns dois ou três mais idosos revelam traços da língua materna ao falar o Português. Dentre aqueles de que temos notícia, menos de 15 adultos ainda mantêm, em diferentes graus, um melhor conhecimento da língua materna.

Em 1980-1982 realizamos várias visitas aos representantes Botocudo em Minas Gerais e em São Paulo com o objetivo principal de documentar a língua a que chamam Krenak ou Nakrehé. Com base nos dados que então coletamos a quatro falantes nativos efetuamos a descrição da

estrutura fonológica e gramatical do Krenak/Nakrehé (Seki, 1985a,b) procedendo, paralelamente ao levantamento das fontes lingüísticas referentes ao Botocudo. O resultado deste levantamento é apresentado neste trabalho.

Não é esta a primeira compilação de documentos lingüísticos do Botocudo. Em 1863 von Martius reuniu sete vocabulários conhecidos até então, entre os quais uma lista que ele e Spix coletaram. Loukotka (1955) compilou as fontes de dados lingüísticos do Botocudo disponíveis até cerca de 1950, sem apresentar uma análise individual das fontes, mas utilizando-as para tentar estabelecer "um esboço da fonologia e da gramática da língua". Mais recentemente, Emmerich e Monserrat (1975) analisaram vinte e oito vocabulários, incluindo duas listas que coletaram em Itambacuri, com o objetivo de depreender a estrutura fonêmica da língua e estabelecer eventuais diferenças dialetais.

Embora o presente trabalho inclua materiais inéditos, não mencionados em compilações anteriores, não houve de nossa parte preocupação com originalidade, mas antes com uma maior abrangência, ou seja, nele procuramos informar sobre todas as fontes de dados lingüísticos referentes ao Botocudo que nos foi possível localizar e analisar*. Incluímos também informações sobre algumas fontes das quais temos notícia mas que não foi possível examinar por serem de difícil acesso ou de localização atualmente desconhecida por nós.

Numa situação em que a quase totalidade dos outrora numerosos grupos Botocudo desapareceu completamente e em que, na variante ainda falada atualmente se faz sentir a redução cada vez maior de suas funções, os documentos lingüísticos referentes a vários grupos Botocudo e produzidos no decorrer do tempo, não obstante suas muitas deficiências constituem a única fonte para o estudo histórico da língua e podem também contribuir para um melhor conhecimento da variante existente. Por sua vez, o conhecimento de uma língua Botocudo obtido diretamente do contacto com falantes nativos abre uma nova perspectiva para a abordagem e compreensão desses materiais, principalmente levando-se em conta a ausência de diferenças consideráveis entre os dialetos (ver adiante). Assim sendo, julgamos ser de validade mais esta tentativa no sentido de organizar as fontes lingüísticas do Botocudo e, deste modo, facilitar sua utilização.

Materiais lingüísticos do Botocudo

Ao contrário do que ocorreu com línguas Tupi, já documentadas desde a primeira metade do século XVI, os primeiros materiais lingüísticos referentes ao Botocudo foram produzidos somente em 1816, em resultado da visita do Príncipe Wied-Neuwied aos índios do rio

Jequitinhonha (Wied, 1958). Desde então até bem recentemente uma quantidade razoável de materiais sobre a língua Botocudo foi produzida por um grupo muito diversificado de pessoas que por um ou outro motivo tiveram contacto com os falantes e se interessaram por sua língua. Eram pessoas de diferentes nacionalidades e que tinham as mais variadas ocupações, contando-se entre eles naturalistas, geógrafos, engenheiros, religiosos, etnólogos, funcionários e serviço do governo, militares, linguistas e até um farmacêutico. Compreende-se, pois que os materiais por eles coletados muito variem quanto ao valor e se encontram extremamente dispersos.

Dentre as fontes lingüísticas do Botocudo não há nenhuma descrição completa da fonologia ou da gramática da língua. A quase totalidade dos materiais consiste de listas vocabulares de extensão variável, contendo, algumas vezes, umas poucas frases. Esta falha no estudo não só do Botocudo, mas também de outras línguas indígenas brasileiras, conforme observado por Mattoso Câmara Jr. (1965), explica-se em parte pelo interesse secundário dos estudiosos pela língua, considerada apenas como um meio de atingir objetivos não lingüísticos, ligados à ocupação primordial de cada um. É importante também considerar que via de regra esses estudiosos, principalmente os do século XIX, não tinham formação lingüística especial e abordavam a língua sob um prisma etnocentrista, tentando nela encontrar as mesmas características de línguas indo-europeias e, sem consegui-lo, limitavam-se a organização de listas vocabulares. Assim, muitos deles, não obstante o seu interesse direto pela língua e o contacto prolongado com os falantes não puderam chegar à descrição da estrutura fonológica e/ou gramatical. Parecem-nos significativas a este respeito as considerações um tanto amargas que Marliere, um dos principais estudiosos do Botocudo, apresenta na introdução ao seu trabalho "Idiomas ou línguas dos Índios. Língua Botocudo". Lamentando não poder "descobrir a chave", i.e., "estabelecer um sistema" para as línguas indígenas Marliere acrescenta: "ajuntei vocabulários, amontoei nomes de homens, árvores, animais, pássaros mas para organizar um discurso e os distribuir no seu lugar, perco-me: tudo à falta de um Índio sciente de outra qualquer língua dos civilizados, e da sua, para servir-me de piloto" (Marliere, 1905:544). Do mesmo modo que Marliere, também o Príncipe de Wied-Neuwied explica a dificuldade em sistematizar a gramática Botocudo pela impossibilidade de obter dos falantes explicações satisfatórias sobre a estrutura da língua (Wied, 1958).

Somente no século XX os Botocudo seriam contactados por linguistas profissionais ou por pessoas que tinham à sua disposição uma técnica específica para a abordagem da língua. O etnólogo russo H.H. Manizer antes de visitar, em 1915, os Botocudo do rio Doce, obteve formação

língüística com B. de Courtenay (Língüística Teórica) e L.V.Tscherba (Fonética Geral e Experimental), estando, portanto, melhor aparelhado que seus predecessores para o estudo da língua. De fato, as informações disponíveis sobre a obra de Manizer levam a concluir que a mesma contém dados extremamente valiosos sobre a língua Botocudo, inclusive 13 textos e canções. Infelizmente Manizer perdeu a vida muito cedo, pouco tempo depois de encerrar sua estadia de seis meses no Rio Doce e antes que tivesse podido elaborar os materiais que aqui coletou (Schprintsin, 1961).

Dentre os linguistas que sucederam a Manizer destaca-se o trabalho do Professor Mansur Guérios (1943), o qual não se restringiu, como os demais, à confecção de uma simples lista vocabular, mas orientou sua coleta de dados para a estrutura gramatical da língua. Seus materiais, que infelizmente não elaborou, permitem, assim, obter informações sobre fatos gramaticais como tempo, aspecto, marcadores de pessoa, tipos de orações, entre outros.

Tentativas de sistematização da estrutura da língua

Conforme mencionado, os materiais lingüísticos do Botocudo não incluem nenhuma descrição da estrutura fonológica ou gramatical. As poucas tentativas no sentido de sistematização a nível gramatical consistem de observações extremamente fragmentárias sobre certos aspectos da língua, incluindo listas de alguns advérbios, demonstrativos, numerais, etc. Três dessas tentativas são do século XIX: a de Oetling (in Wied, 1958), que teve a sua disposição um falante botocudo, levado por Wied a Alemanha; a de Ehrenreich (1887), que se utilizou dos próprios dados, considerando ainda os de outros estudiosos, e a de Müller (1888), feita com base nos materiais de Ehrenreich. Além de observações sobre a gramática o trabalho deste último inclui também umapanhado dos sons da língua. No século XX tivemos a tentativa de Loukotka (1955), a nível fonológico e gramatical e, no âmbito da fonologia, o já mencionado trabalho de Emmerich e Monserrat (1975).

Textos e frases

A presença de textos narrativos nas fontes é muito importante dada a dificuldade em obtê-los dos falantes atuais (nossos textos consistem principalmente de cartas faladas). No entanto só foram incluídos em duas delas. A maior quantidade e uma apresentação adequada encontram-se nos materiais de Manizer: treze textos com tradução por frases e por morfemas (Schprintsin, 1961). Silveira (1922) transcreve um pequeno texto e um diálogo e Rudolph

(1909) apresenta inúmeras frases e um longo diálogo ao final do seu vocabulário. Frases são encontradas em Mansu Guérios (1943), Basta (1924), nos meus próprios dados e, bem mais modestamente em outros poucos vocabulários.

Vocabulários

Dentre os documentos lingüísticos do Botocudo contam-se aproximadamente cinquenta vocabulários ou listas de palavras, com volume variável entre dez e pouco mais de três mil itens. Apresenta-se a seguir uma tentativa de caracterização geral destes materiais.

Transcrição/Grafia

Em apenas uns poucos vocabulários produzidos já no século XX, salvo raras exceções, por linguistas, foi utilizado algum tipo de transcrição fonética (Manizer, 1915; Basta, 1924; Niuendaju, 1939; Mansur Guérios, 1943; Bridgeman, 1958; Emmerich e Monserrat, 1973; Stout, 1973; Seki, 1982). Nos demais, os termos botocudo foram anotados basicamente por meio dos sinais gráficos da língua de cada coletor, via de regra Alemão, Francês e Português, complementados, por vezes, com sinais correntes em línguas europeias conhecidas, caso em que vem indicado o nome da língua. É frequente também a inclusão de sinais diaacríticos cujo valor nem sempre é explicitado, e de observações impressionísticas sobre os sons, por exemplo *& ssa* como *a* ou entre *a* e *e*.

O conhecimento da língua Krenak e também das dificuldades q'ue ela coloca mesmo a linguistas profissionais faz supor que a maioria das fontes nos dão uma representação bastante simplificada e, por vezes, deformada da realidade fonética do Botocudo, seja devido a deficiências na transcrição, seja devido a problemas de percepção por parte do coletor. Há em Krenak uma série de nasais surdas cuja presença é bastante rara nas línguas do mundo. O Krenak inclui também segmentos pre e posnasalizados com ambos os segmentos vozados ou surdos, com casos de vozeamento parcial dos elementos oclusivos e apresenta uma grande variação na produção dos vocábulos, bem como alternâncias entre sons consonantais em certos contextos (Seki, 1985a). Considerando-se que as diferenças dialetais eram reduzidas, é de se esperar q'ue pelo menos alguns dialetos apresentassem sistema semelhante, em todo ou em parte. De fato, há evidências nos dados de alguns vocabulários de que havia nasais surdas no dialeto de que tratam. Contudo, nenhum vocabulário as registra. Apenas Manizer aproximou-se bastante na percepção desses segmentos, conforme é possível verificar pela descrição que faz dos mesmos: "No que diz respeito ao *m*, ele também se inicia com o ruído da corrente de ar que sai pelo nariz e produz a

impressão auditiva do *xm'*" (Schapira, 1961:10). Os seguidos pesquisadores viriam a concluir que tanto os nômades quanto os agricultores da Amazônia falam a mesma língua, apesar das imprecisões e diferenças dialetais. Em 1973, com uma diferença de tempo inferior a trinta anos, Cummins & Montserrat e Souto criticaram César e a sua "mesma filosofia Diderotiana", quando os pesquisadores consideram o termo *registro falado* ; cf. Souto.

Conteúdo

Os vocabulários registrados em termo botocudo e seu equivalente em uma língua europeia que varia conforme a nacionalidade e/ou conhecimentos do coletor. Há sólido debate sobre a existência concorrente do vocabulário inverso: Rudolph (1909) e Silveira (1922).

Há listas (as de Ninguendaju, por exemplo) organizadas segundo vocabulários padrão das etnologias alemães do século XIX, e outras (Botta, 1921; Bridgeman, 1958) que registram vocabulários padrões organizados por linguistas, como o "Termário de Vocabulário Padrão para Estudos Comparativos Preliminares nas Línguas Indígenas do Brasil" (M. da R. Almeida, 1950).

Em alguns vocabulários há o registro de formas compostas (locuções e frases) do Botocudo como equivalente a termos simples da Língua da tradução. Rudolph (1900), por exemplo, registra *tschewz tschu* como "queimar", quando na realidade o que se tem é "você queima/escanda o pau". No vocabulário Naknoruk (Araújo II, s/d) encontramos *tsz-ak-ak-ak* como equivalente a "curto" mas que do lado corresponde a "isto é curto". Tais registros se devem ao desconhecimento da estrutura gramatical e morfológica da língua. Ao contrário de línguas europeias, em Botocudo, como em outras línguas indígenas, o verbo transitivo, e intratransitivo e derivativo ou nomes de unia certa classe (dirigidamente possuídos) nunca costumam ocorrer isoladamente, mas vêm sempre precedidos do respectivo objeto, sujeito ou possessivo. É natural, portanto, que quando solicitados a fornecer a equivalência a tipos desse tipo os falantes fornecessem a estrutura complexa em Botocudo, o que poderia desaparecer ao coletor já que este não procedia à análise morfológica e/ou gramatical das formas. Na utilização dos materiais por outros pesquisadores tais feitos podem induzir a enganos. Por outro lado, essa mesma falha pode resultar positiva pois, se corvidamente analisadas, as formas compostas reportam informações suplementares sobre a língua.

Método de Coleta

A coleta de dados não rara foi feita por meio de intérpretes que não eram falantes nativos do Botocudo. O Príncipe Wied-Neuwied percebeu as inconvenientes desse procedimento e

aconselhava os estudiosos coletar os vocabulários com base na pronúncia de um falante nativo "pois se os recolhe de uma terceira pessoa pertencente a outra nação, escreve-las-á inexatamente" ... "os vocabulários botocudo que eu escrevia pelo pronúnacia dos portugueses eram incorretos, porque esses fazia sempre ouvir no final das palavras um som que se aproximava /" (Wied, 1952:547).

Um outro fato a assinalar é que a coleta parece ter sido feita muitas vezes através da indicação de objetos ou situações concretas, o que não sempre era bem compreendido pelo informante, resultando em enganos. Acredito ser este, por exemplo, o caso da forma *brullat* "pele da cabeça", escrita como "pele", ou da *zamp* "voce se sentou", dada como "descansar" (Rudolph, 1909). Conforme já se observou, muitos enganos desse tipo podem ser esclarecidos através do conhecimento do Krenak/Nakrehé e da análise detalhada do próprio material.

A questão dos dialetos

As fontes históricas mencionam frequentemente a mútua inteligibilidade entre os vários grupos botocudo ou notam a ausência de diferenças lingüísticas "consideráveis" entre os dialetos sem, contudo explicitar quais seriam essas diferenças a nível fonológico, gramatical ou lexical. O único meio de determinar a natureza dessas diferenças é através da análise dos materiais disponíveis, e a viabilidade de tal estudo é comprovada pelo trabalho de Emmerich e Monsenret (1975) com referência à fonologia. Atualmente as condições para a análise e aproveitamento das fontes lingüísticas são mais favoráveis, dada a existência de informações sobre a estrutura de uma língua botocudo viva - o Krenak/Nakrehé. Persistem no entanto várias dificuldades na utilização dessas fontes.

O fato de não existirem maiores diferenças entre os dialetos botocudo implica a menor importância da focalização de detalhes. Porém, conforme observado, a transcrição dos dados é geralmente imprecisa e, no que diz respeito à gramática, os dados referentes a qualquer língua botocudo, a exceção do Krenak/Nakrehé, são muito exíguos, assim como o são também alguns vocabulários. Por outro lado, muitos documentos não contêm indicações sobre o grupo ou sobre a data em que foi feita a coleta, e nem sempre há informações sobre os critérios que levaram alguns estudiosos a incluir diferentes denominações grupais sob um mesmo título, não ficando claro se o fizeram por tratar-se de uma mesma variante dialetal ou se porque as diferenças não pareceram importantes aos autores.

Das inúmeras denominações atribuídas a grupos botocudo menos de vinte estão representadas nos vocabulários, conforme resumo no Quadro I. Considerando-se os casos em que o vocabulário é identificado como sendo de um único grupo temos três situações:

- a) Documentos referentes a um mesmo grupo, produzidos por um mesmo estudioso em uma mesma época. É o que ocorre com os materiais de Manizer sobre o Krenak e o Nakrehé, e os de Nimuendaju, sobre o Araná, Nakrehé, Nakpte, Munhajirum e Naknenuk, configurando uma situação bastante propícia para a comparação entre os dados, principalmente considerando-se a boa qualidade das transcrições feitas por ambos. Infelizmente os documentos produzidos por Manizer são ainda inacessíveis, e os de Nimuendaju são somente listas, algumas bem reduzidas.
- b) Materiais referentes a um mesmo grupo, produzidos por diferentes estudiosos em uma mesma época ou em épocas distintas (cf. Quadro I) e cuja análise permitiria acompanhar, ainda que em linhas bem gerais, dadas as divergências de registro, as mudanças ocorridas na língua (ou nos dialetos) e, talvez, esclarecer questões relacionadas à morte da língua.
- c) Materiais sobre diferentes grupos, coletados por diferentes estudiosos, cuja utilização exige maior cuidado dada a ausência de parâmetros seguros para a comparação.

Temos ainda casos de vocabulários referentes a mais de uma denominação grupal e que vêm indicados na segunda parte do Quadro I. Os demais vocabulários vêm incluídos na relação geral de materiais linguísticos do Botocudo que deverá acompanhar esta introdução e na qual se apresenta uma descrição dos mesmos.

Obviamente, diferentes denominações não implicam necessariamente diferentes dialetos. Como se sabe, uma característica dos Botocudo era a sua fragmentação em pequenos grupos, cada um dos quais tinha sua própria denominação. Por outro lado, um mesmo grupo podia receber denominações diferentes dependendo da local onde apareciam (Seki, 1982). Tampouco o local de coleta é um critério adequado, principalmente se considerarmos que com o avanço do contato com os grupos Botocudo viam-se obrigados a uma mobilidade cada vez maior. Em períodos mais recentes, à proporção em que seu número se reduzia, representantes de diversos grupos eram reunidos em um mesmo local. No PI Pancas, por exemplo, Manizer encontrou representantes de Munhajirum, Gut-Krak, Nakrehé e Jiporok (Schprintsin, 1961).

Cumpre lembrar que a partir de um certo momento os remanescentes Botocudo passaram a ser conhecidos com o nome de Krenak e, não obstante alguns se identifiquem como pertencentes a outros subgrupos, todos parecem aceitar em linhas gerais essa denominação. Não é improvável que semelhante generalização tenha ocorrido em alguns dos materiais sob o título de Krenak.

QUADRO I

Grupo	Autor	Data	Lugar	Conteúdo
Arana	Nimuendaju	1939	Itambacuri	46 itens
Bakuen	Cathoud	1936	Imburana	60 "
Gueren	Schot	1815/17		24 "
	Etienne	1909	Olivência (BA)	27 "
Gut-Krak	Knoche	1913	Colatina •	37 "
Jiporok	Barbosa D'Almeida	1845	Mucuri	43 "
Krakmun	Wied	1816	Jequitinhonha	459 "
	Saint-Hilaire	1820 Aprox.)	S. Miguel	40 "
	Marliere	1833	r. Doce	775 "
	Jomard (=Porte)	1846 (publ.)		125 "
	Martius *	1863		
	Figueiredo	1939 (publ.)		10 "
	Estigarribia	1912	r. Doce .	220 "
Krenak	Manizer	1915	PI Pancas (ES) •	723 fichas
	Simões da Silva	1918	r. Doce, entre MG e ES	165 itens •
	Froes de Abreu	1926	r. Doce	178 " •
	Mansur Guérios	1943	A. Krenak	não calculado •
	Bridgeinan	1958	PI Vanuire •	350 itens
	Seki	1980-82	F.Guarani; r. Doce •	não calculado
	Nimuendaju	1939	PI Pancas •	37 itens
Munhejirum	Anônimo I	s/d	não indicado	344 "
	Anônomo II	s/d	" "	205 "+29 fr.
	Renault	1836	Mucuri	275 itens
	França	1882	Ald. Mutum •	98 " +8 fr.
	Rudolph (?)	1909	Região de T. Otoni	3290+336frases
	Naknanuk (Poten) Nimuendaju	1939	Itambacuri	245 Itens
	Emmerich&Montserrat	1973	Itambacuri	153 "
	Stout	1973 (Abril)	Itambacuri	169 itens e fr.

(cont.)

(Cont.)

Grupo	Autor	Data	Local	Conteúdo
Nak-Nhapmã	Monteiro	1898-9	r. Mutum e Pancas	• 1153 + 34 fr.
Nakpie	Nimuendaju	1939	PI Guido Marliere	• 37 Itens
Nakrehé	Manizer	1915	PI Pancas	• desconhecido
	Nimuendaju	1939	PI Guido Marliere	• 357 Itens
	Bridgeman	1958	PI Vanuíre	• 350 "
	Seki	1982	PI Vanuíre	• vários
Pojicha	Silveira	1922 (publ.)		192 Itens+dialogos
	Emmerich&Monserrat	1973	Itambacuri	211 "
<hr/>				
Pojicha	Anônimo	1882	não Indicado	66 Itens
Araná				
Potão				
Krakmum	Baela	1924	Cons.Lafayete	vários
e outros				
Krakmum	Marliere	1833 (publ.)	Vertentes do rio	775 Itens
Pejeurun				
Naknanuk				

Nota:

Costaríamos de agradecer ao Professor Mansur Guérios pela gentileza em colocar seus originais à nossa disposição. Agradecemos também ao Summer Institute of Linguistics pela presteza em enviar-nos cópia dos dados de M. Stout, e a R. Monserrat, por fornecer-nos cópia das listas que coletou juntamente com C. Emmerich. Somos gratos ao Professor A. Rodrigues por facilitar-nos o acesso a certas obras em alemão.

Bibliografia

1. Anônimo (1882) - Vocabulário dos Botocudos da Província de Minas Gerais, tribus Pogichá, Aranãa e Potão. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, p. 13.
2. Anônimo I (s/d) - Vocabulário Naknanuk. Manuscrito 136, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
3. Anônimo II (s/d) - Vocabulário Naknanuk. Manuscrito 136, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
4. Beata, Waldemar Alves (1924) - *Manuscritos Inéditos*. Museu Nacional, Rio de Janeiro.
5. Barbosa D'Almeida, Hermenegildo Antônio (1846) - Viagem as Villas de Caravellas, Viçosa; Porto Alegre, Mucury, e aos rios Mucury e Peruhipe. *R.I.H.G. Brasileiro*, T.8 : 451-52.
6. Bridgeman, Lorraine (1958) - *Questionário de Material Lingüístico para o Arquivo de Línguas Vivas. Língua Krenak - Nakrehé*. Summer Institute of Linguistics. Manuscrito Inédito, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
7. Cathoud, Arnaldo (1936) - Os Bacuêns de Imburana e a Destruição das Matas do Vale do Jequitinhonha. *Boletim do Museu Nacional*, T. 12 (3): 129-131, Rio de Janeiro.
8. Ehrenreich, Paul (1887) - Über die Botocudos der brasilianischen Provinzen Espírito Santo und Minas Geraes. *Zeitschrift für Ethnologie* T. 19: 39-61.
9. Emmerich, Charlotte & Monserrat, Ruth (1973) - Vocabulário Botocudo. Manuscrito inédito.
10. Emmerich , Charlotte & Monserat, Ruth (1975) - Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Lingüísticas. *Boletim do Museu do Índio (Antropologia)* No. 3, Rio de Janeiro.
11. Estigarribia, Antonio (1934) - Trecho de um Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios, no Ano de 1912 relativamente aos Índios do Rio Doce. *R.I.H.G. do Espírito Santo*, T. 7: 20-52, Vitória.
12. Etienna, Ignace (1909) - Les Boruns (Note sur une Tribu Indienne Disparue). *Anthropos*, T. 4: 942-944, Mödling - Wien.
13. Figueiredo, Lima (1939) - *Índios do Brasil*. Livraria José Olympio Editora, p. 189.
14. França Leite (1882) - Vocabulário dos Botocudos do Aidecamento do Mutum. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, p. 19-20. Rio de Janeiro.
15. Freitas de Abreu, Sylvio (1929) - Os Índios Crenás (Botocudos do Rio Doce) em 1926. *Revista do Museu Paulista*, T. 16: 569-602. São Paulo.
16. Jomard , M. (1847) - Notícia sobre os Botocudos, acompanhada de um vocabulário de seu idioma e de algumas observações. *R.I.H.G. Brasileiro*, T. IX: 107-1113. Rio de Janeiro.

17. Knoche, Walter (1913) - Einige Bemerkungen über die Uti-krao am rio Doce. Espírito Santo. *Zeitschrift für Ethnologie* T. 45 : 394-399. Berlin.
18. Loukotka, Čestmír (1955) - Les Indiens Botocudo et leur Langue. *Lingua Paschaniensis*, T. V: 112-135.
19. Mansur Guérino, Rosário Farani (1943) - Botocudos do Rio Doce. Manuscrito Inédito.
20. Marcato, Sonia de Almeida (1979) - A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. *Boletim do Museu do Índio (Etno-História)*, No.1.
21. Marliere, Guido Tomás (1905) - Idiomas ou Línguas dos Índios. Língua Botocudo. *R.A.P.M.* T. X: 544-549.
22. Marliere, Guido Tomás (1833) - Vocabulário Botocudo. *Manuscrito Inédito*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
23. Martius, Carl Friedrich Philipp von (1969) - *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. t. II. *Zur Sprachenkunde. Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Wiesbaden (Reprodução fotomecânica da edição de 1867).
24. Mattoso Câmara Jr., Joaquim (1965). *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
25. Monteiro do Amaral, Pe. Claro (1948) - *Vocabulário Português-Botocudo*. Museu Paulista, Boletim II, Documentação Lingüística. São Paulo.
26. Müller, Fr. (1888) - *Grundriss der Sprachwissenschaft* IV : 190-202, Wien.
27. Nimuendaju, Curt (1939) - Vocabulários Botocudos: Nakynianuk, Archa, Nekrehé, Hakpi e Minyayirugn. *Über die Botocudo*. Manuscrito Inédito. Museu Nacional, Rio de Janeiro.
28. Porte, Marcus (1947) - Vocabulário dos Botocudos. *R.I.H.G. Brasileiro*, T. IX: 10. Rio de Janeiro.
29. Renault, Pierre Victor (1871) - Deux Vocabulaires de la Langue des Botocudos (1836). *R.I.H.G. Brasileiro*, T. XXXIV. Rio de Janeiro.
30. Ribeiro, Darcy (1957) - *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*. Centro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro.
31. Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1972) - Línguas Ameríndias. *Grande Encyclopédia Delta-Lerousse*, T.IX.
32. Rudolph, Bruno (1909) - *Wörterbuch der Botokudensprache* Hamburg.
33. Saint-Hilaire, Auguste (1938) - *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. T.2: 133-134. Brasiliana, Vol. 126A, São Paulo.

34. Schott, Heinrich Wilhelm (s/d) - Fragment eines Gueren-Vocabulares. In Loukotka (1955):120.
35. Schprintsin, Noemi Grigorievna (1961)- Iz materialov po jazyku Botokudov. *Voprosy Jazykovedenija*, No.6:101-107. Moscow.
36. Seki, Lucy (1982) - Vocabulário Krenak / Nakrehé. Manuscrito não publicado.
37. Seki, Lucy (1983) - Estado atual do Povo e da Língua Krenak (Botocudo). Manuscrito não publicado. Apresentado em *Colóquios Lingüísticos*, IEL, UNICAMP.
38. Seki, Lucy (1985) - Notas para a História dos Botocudo (Borum). Comunicação apresentada a IX Reunião da ANPOCS, Curitiba.
39. Seki, Lucy (1985 a)- Fonologia da Língua Krenak (Borum). Manuscrito não publicado.
40. Seki, Lucy (1985b) - Gramática da Língua Krenak (Borum). Manuscrito não publicado.
41. Silveira, Alvaro Astolfo da (1922) - *Memórias Chorográficas*, T.II: 529-543. Imprensa Oficial, Belo Horizonte.
42. Simões da Silva, Antônio Carlos (1924) - A Tribo dos Crenaks (Botocudos do rio Doce). *Annaes do XX Congresso International de Americanistas*, T. I:65-83. Rio de Janeiro.
43. Stout, Miriam Elizabeth (1973) - Vocabulário Botocudo. Manuscrito inédito. Summer Institute of Linguistics.
44. Wied-Neuwied, Maximilian Prins zu (1958) - *Viagem ao Brasil nos anos 1815-1817*. Companhia Editora Nacional, 2a edição, São Paulo, p. 477-486.

Abreviações:

R.I.H.G - Revista do Instituto Histórico e Geográfico.

R.A.P.M. - Revista do Arquivo Público Mineiro



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S. A.

POSTAL 30
FAX - Geral 722-2211 (DDD 027)

AVENIDA ANGELO GIUBERTI N.º 385
C. E. P. 29700 COLATINA - E.S.

INSC. EST. 080.073.33-6
C.G.C. 27.485.009/0001-09

= DECLARAÇÃO =

A pedido de pessoa interessada, declaramos para os devidos fins de direito, que o Sr. AUGUSTO PAULINO, filho de Teófilo Policapito e Azélia Batista, portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 61.946-ES, Série 331^a, Certificado de Dispensa de Incorporação nº 26689 - 1^a RM - 3^a CSM - Série F, Título de Eleitor nº 63.864 - 6^a zona - 96^a secção, CPF nº 675.061.437-04, nascido em 23/12/47, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, trabalhou em nossa Empresa nos períodos de 03/01/74 a 07/07/75 e 29/09/77 a 02/06/80, exercendo a função de Eletricista.

Por ser verdade firmamos a presente.

Colatina(ES), 16 de outubro de 1.984.

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S. A.

Angelo Arpini Coutinho
Diretor

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DE NOTAS

Tabelião DR. MOACYR DALLA
Substituto DR. MOACYR DALLA JUNIOR
RECONHEÇO VERDADEIRA(S) A(F) FIRMA(S) ASSINA-
LADA(S) COM O MEU SINAL PÚBLICO. Colatina, 16 de outubro de 1984.
Em Testemunha: DA VERDADE.
TABELIÃO

UTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGI-
- APRESENTADO.
SELHEIRO PENA MG
de 05/10/86
testemunha da verdade
2º TABELIÃO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
ELICIANO FERREIRA



JUSTIÇA ELEITORAL
JUIZO DA 6A ZONA ELEITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

C E R T I D A O

A Senhora DILZA WOELFFEL NAUMANN
Escrivã Eleitoral da 6ª Zona, Co
latina, Estado do Espírito Santo
por nomeação na forma da Lei etc.

CERTIFICA, a requerimento de ADOLFO LAIGNIER SCHERRE, brasileiro, casado, pecuarista, residente em Conceição Pena MG, que revendo os arquivos do Cartório - Eleitoral, encontrei a folha Individual de Votação do - Eleitor AUGUSTO PAULINO, brasileiro, natural do E.Santo, nascido em 23-12-1947, filho de Teófilo Policapito e - Azélia Batista, inscrito em 07 de julho de 1975 sob o - nº 63.864, na 96ª seção, tendo votado na ultima eleição ou seja em data de 15 de novembro de 1982. - - - - -

Dá fé.

Dada e Passada nesta Sexta Zona Eleitoral e
cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo, aos dez -
(10) dias do mes de outubro(10) do ano de mil novecentos
e oitenta e quatro (1984). Eu, Dilza Woelfel Naumann, Escrivã Elei
tora, a conferi e assino.

Dilza Woelfel Naumann
DILZA WOELFFEL NAUMANN
Escrivã Eleitoral da 6ª Zona

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

Requisito veridicado(s) () firmado(s) assinado(s)
Inda(s) para o meu clusi público.
Data: 10 de Outubro de 1984

Coluna: 10 - OUTUBRO de 1984

Maria Rita Soares Henriques - Escr. Juram.
Antônio Henrique Filho - Escrevente Auxiliar

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGINAL
APRESENTADO:

CONCEIÇÃO PENA - M.G.
de 1986

Em 08º da verdade
2º TABELLÃO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
FELICIANO NETO

VERDADE NACIONAL DE

Posto Indígena



Registro Administrativo de Nascimento de Índio

CERTIDÃO

Certifico que, às fls. 08 do Livro n.º 1, 11º a DR/PI,

n.º 16, de ordem em 5.12.79, foi feito o registro administrativo

nascimento do(a) índio(a) **Augusto Patlino dos Reis**

tencente à tribo Krenac com nome usado na tribo de **Iajirum**

do sexo **Masculino** de cor **morena**

nascido no dia **23.12.1947** às **11:00** horas, em **Krenac**

de **Teófilo Patlino dos Reis**

de **Alzélia Batista de Oliveira**

São avós paternos **José Policarpo**

Maria Imbilina

São avós maternos **Carlos Batista de Oliveira**

Laurinda Maria de Jesus

Foi declarante **José Alfredo de Oliveira**

serviram de testemunhas **Maria de Loudes Alves Paula e Paulo Francisco**

Ribeiro Fulho

Observações **2ª VIA**

O referido é verdade e dá fé

Posto Indígena **Governador Valadares**, 27 de junho de 1985.

Funcionário da FUNAI

VISTO

Espaldo Barbosa C. M. Ferreira
Chefe Setor Assist. ao Índio/1º DR
Pct. 700, P de 18-04-R
Delegado da 11 a DR

318 BL 100x1

11-85
233-06-

AUTENTICAÇÃO

CONFERE COM O ORIGI-
NAL APRESENTADO.

07/06/86 de 08/06/86 M.G.

Em testemunha

2º TABELLÃO

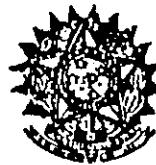
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

FELICIANO

TALÃO N.º _____

PÁGINA _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



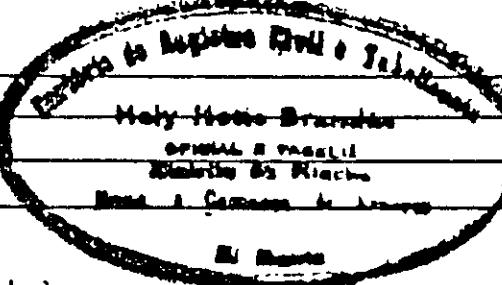
REGISTRO CIVIL

Estado/Território de Espirito Santo
Comarca de Aracruz
Município de Aracruz
Distrito de Vila do Riacho

NASCIMENTO N.º 5.619

CERTIFICO que às folhas 128 do livro Nº 12, do Registro de Nascimento
foi feito hoje, o assento de AUGUSTO PAULINO
.x.
nascid 0 aos Vinte e Treis(23) de Dezembro de mil novecentos e
Quarenta e Sete(23-12-1947) às 09:00 horas e ---.---.---.--- minutos
em Domicilio, no lugar SÃO DOMINGOS, Distrito de COLATINA
Espirito Santo do sexo Masculino de Cor Parda
filho de TEOFILO POLICAPITO
natural Espirito Santo
e de Dona AZELIA BATISTA
natural Espirito Santo
São avós paternos José Policapito
e Dona Maria Policapito (Falecidos)
e avós maternos Carlos Batista
e Dona Maria Iominda Batista (Falecidos)
Foi declarante O REGISTRANDO
e serviram de testemunhas José Cordeiro e Guilmo Cordeiro

Observações: _____



O referido é verdade e dou fé.

Vila do Riacho, 10 de Outubro de 1984

Hélio Netto Brandao
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL APRESENTADO.

CONSELHEIRO FURTADO
de 08/10/84
2º TABC
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
FELICIANO FURTADO VILA DO RIACHO

HAROLDO PEREIRA ROSA
CPF. 031812006-20
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CEP. 35240 - CONSELHEIRO PENA
MINAS GERAIS



Haroldo Pereira Rosa

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DO DISTRITO DA SEDE DE
CONSELHEIRO PENA - ESTADO DE MINAS GERAIS

E D I F I C I O D O F O R U M

Avenida Getúlio Vargas

C E R T I D Ó

Certifica que, sob o n^º -3.418-/- das fls. 254 v2-/-do

livro n^º. 27-A-- de NASCIMENTO /=/=, foi lavrado, em 28-12-82,

o registro de HUMBERTO BATISTA DE OLIVEIRA, nascido no dia vinte e --

um de dezembro de mil, novecentos e cinquenta e sete (21-12-1.957),-

em Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais; Do sexo masculino, fi-/

lho de AURÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA, brasileira, natural deste Estado.

São avós maternos: José Carlos Batista e Laurinda Batista de Olivei-

ra. Foi declarante o próprio registrado. Da coluna de "Averbações" -

nada consta. =/=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/=

=/=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/=

=/=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/=

=/=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/= /=/=

=/=/= /=/=

=/=/= /=/=

=/=/= /=/=

=/=/= /=/=

=/=/= /=/=

=/! =/!=

=/=/= /=/=

Dou fé, /=/= /=/= *

HAROLDO PEREIRA ROSA
CPF. 031812006-20
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CEP. 35240 - CONSELHEIRO PENA
MINAS GERAIS

Conselheiro Pena, 02 de outubro de 1.984. =/=/= /=/= !!!

Official do Registro Civil

11 MPAS
FUNRURAL

FOLHA DE INFORMAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR	1	NOME DO TRABALHADOR		NOME DO DEPENDENTE																					
	HUMBERTO BATISTA DE OLIVEIRA		Não tem																						
	M- Aurelia Batista de Oliveira																								
	2	ENDERECO DO TRABALHADOR		MUNICÍPIO	U.F.																				
	Cº do Boiaadeiro - Distr. da Sede - CONSELHEIRO PENA		CONSELHEIRO PENA		MG.																				
	3	LOCAL DE TRABALHO		MUNICÍPIO	U.F.																				
	Fazenda da Saudade - Endereço supra.																								
	NOME DO EMPREGADOR - FIRMA OU RAZÃO SOCIAL		ENDERECO																						
	ADERITO AUGUSTO MESQUITA		Praça Dom Cavati 1047		CONSELHEIRO PENA-MG.																				
ESTES CAMPOS DEVERÃO SER PREENCHIDOS EM TODOS OS CASOS	CIENTE DE QUE AFIRMAÇÕES FALSAS IMPORTAM EM RESPONSABILIDADE CRIMINAL, NOS TERMOS DO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL,																								
	DECLARO QUE A PESSOA ACIMA MENCIONADA EXERCEU ATIVIDADES RURAIS, NA FORMA E NOS PERÍODOS ABAIXO INDICADOS, NO DECORRER DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS:																								
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">FORMA</th> <th colspan="2">PERÍODOS</th> </tr> <tr> <th>DESENDE</th> <th>ATE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/> COMO EMPREGADO</td> <td>1978</td> <td>1982</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> PRODUZINDO, INDIVIDUALMENTE, SEM EMPREGADOS</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> PRODUZINDO EM RÉGIME DE ECONOMIA FAMILIAR, SEM EMPREGADOS</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> PRODUZINDO INDIVIDUALMENTE, SEM PERTENCER A NENHUMA UNIDADE FAMILIAR, NÃO TENDO DEPENDENTES NEM EMPREGADOS</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> <i>Humberto Batista de Oliveira</i></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					FORMA	PERÍODOS		DESENDE	ATE	<input checked="" type="checkbox"/> COMO EMPREGADO	1978	1982	<input type="checkbox"/> PRODUZINDO, INDIVIDUALMENTE, SEM EMPREGADOS			<input type="checkbox"/> PRODUZINDO EM RÉGIME DE ECONOMIA FAMILIAR, SEM EMPREGADOS			<input type="checkbox"/> PRODUZINDO INDIVIDUALMENTE, SEM PERTENCER A NENHUMA UNIDADE FAMILIAR, NÃO TENDO DEPENDENTES NEM EMPREGADOS			<input type="checkbox"/> <i>Humberto Batista de Oliveira</i>		
	FORMA	PERÍODOS																							
		DESENDE	ATE																						
	<input checked="" type="checkbox"/> COMO EMPREGADO	1978	1982																						
	<input type="checkbox"/> PRODUZINDO, INDIVIDUALMENTE, SEM EMPREGADOS																								
	<input type="checkbox"/> PRODUZINDO EM RÉGIME DE ECONOMIA FAMILIAR, SEM EMPREGADOS																								
	<input type="checkbox"/> PRODUZINDO INDIVIDUALMENTE, SEM PERTENCER A NENHUMA UNIDADE FAMILIAR, NÃO TENDO DEPENDENTES NEM EMPREGADOS																								
	<input type="checkbox"/> <i>Humberto Batista de Oliveira</i>																								
DECLARO QUE A PESSOA ACIMA MENCIONADA ERA ECONOMICAMENTE DEPENDENTE DO TRABALHADOR REFERIDO À ESQUERDA, NA QUALIDADE DE:																									
<table border="1"> <tr> <td>12</td> <td><input type="checkbox"/> FILHO OU EQUIPARADO</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> FILHA OU EQUIPARADA</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> ESPOSA OU COMPANHEIRA</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> MARIDO OU COMPANHEIRO</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> MÃE</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> PAI</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> IRMÃO</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> IRMÃ</td> </tr> </table>					12	<input type="checkbox"/> FILHO OU EQUIPARADO		<input type="checkbox"/> FILHA OU EQUIPARADA		<input type="checkbox"/> ESPOSA OU COMPANHEIRA		<input type="checkbox"/> MARIDO OU COMPANHEIRO		<input type="checkbox"/> MÃE		<input type="checkbox"/> PAI		<input type="checkbox"/> IRMÃO		<input type="checkbox"/> IRMÃ					
12	<input type="checkbox"/> FILHO OU EQUIPARADO																								
	<input type="checkbox"/> FILHA OU EQUIPARADA																								
	<input type="checkbox"/> ESPOSA OU COMPANHEIRA																								
	<input type="checkbox"/> MARIDO OU COMPANHEIRO																								
	<input type="checkbox"/> MÃE																								
	<input type="checkbox"/> PAI																								
	<input type="checkbox"/> IRMÃO																								
	<input type="checkbox"/> IRMÃ																								
<table border="1"> <tr> <td>14</td> <td>DEPENDENTE DO TRABALHADOR RURAL</td> </tr> <tr> <td>15</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">CARIMBO</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><i>ACERVO ISA</i></td> </tr> <tr> <td colspan="2">SIND. DOS TRAB. RURAIS CONS. PENA</td> </tr> <tr> <td colspan="2">VISTO DO SINDICATO</td> </tr> </table>					14	DEPENDENTE DO TRABALHADOR RURAL	15		CARIMBO		<i>ACERVO ISA</i>		SIND. DOS TRAB. RURAIS CONS. PENA		VISTO DO SINDICATO										
14	DEPENDENTE DO TRABALHADOR RURAL																								
15																									
CARIMBO																									
<i>ACERVO ISA</i>																									
SIND. DOS TRAB. RURAIS CONS. PENA																									
VISTO DO SINDICATO																									
<table border="1"> <tr> <td>16</td> <td>CGC OU CPF</td> <td>INSCRI. INCRIÇÃO</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Nº</td> <td>Nº</td> </tr> <tr> <td colspan="3">SIND. DOS TRAB. RURAIS CONS. PENA</td> </tr> </table>					16	CGC OU CPF	INSCRI. INCRIÇÃO		Nº	Nº	SIND. DOS TRAB. RURAIS CONS. PENA														
16	CGC OU CPF	INSCRI. INCRIÇÃO																							
	Nº	Nº																							
SIND. DOS TRAB. RURAIS CONS. PENA																									
<table border="1"> <tr> <td>17</td> <td>LOCAL</td> <td>DATA</td> </tr> <tr> <td></td> <td>CONSELHEIRO PENA,</td> <td>03/01/83</td> </tr> <tr> <td>DECLARANTE</td> <td colspan="2">NOME ADÉRITO AUGUSTO MESQUITA</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2">CARGO ENTREGADOR RURAL</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2">ENDERECO CONSELHEIRO PENA-MG.</td> </tr> </table>					17	LOCAL	DATA		CONSELHEIRO PENA,	03/01/83	DECLARANTE	NOME ADÉRITO AUGUSTO MESQUITA			CARGO ENTREGADOR RURAL			ENDERECO CONSELHEIRO PENA-MG.							
17	LOCAL	DATA																							
	CONSELHEIRO PENA,	03/01/83																							
DECLARANTE	NOME ADÉRITO AUGUSTO MESQUITA																								
	CARGO ENTREGADOR RURAL																								
	ENDERECO CONSELHEIRO PENA-MG.																								
INCAPACITADO ANTES DE 11/72	10 DECLARO MAIS QUE O INTERESSADO VIVEU NO MEIO RURAL E NA DEPENDÊNCIA DESTE, NOS TRÊS ANOS ANTERIORES A 25 DE MAIO DE 1971																								
COM 15 ANOS ANTES DE 11/72	11 DECLARO MAIS QUE O INTERESSADO ATUALMENTE NÃO TRABALHA, PORÉM CONTINUA RESIDINDO NO MEIO RURAL E VIVENDO NA DEPENDÊNCIA DESTE																								
HR. 00	ASSINATURA DO DECLARANTE																								

AUTENTICO
DIRETORIAIS
R.L. EN
Pena

LICHA DE ENTREVISTA

DOMICÍLIO	ROBERTO FARIAS OF OLIVEIRA	APELIDO:	ROBERTO	704
ENDEREÇO - SEDE	AVENIDA D. PEDRO I 700 DE DUNHEIRAS	DATA	21/12/1957	00
NOME DA PROPRIETÁRIA	MARIA DE LOURDES FARIAS	LIVELHO	1	1
PROPRIETÁRIO	ROBERTO FARIAS OF OLIVEIRA	TIPO DE INFORMAÇÃO	1	1
	MESQUITA	LOGISTICO	1	1
		PROPRIEDADE	1	1

Nome e endereço do Receptor da Informação	Tipo de Documentação:	C. ALACIONAMENTO
ROBERTO FARIAS OF OLIVEIRA	ENDEREÇO:	C. RUA LIMA E PEIXOTO
MESQUITA	EXPEDIDOR:	254
POLCA MUNDIAL SANTOS	DATA EMISSÃO:	25-12-52
DR. J. D. F. C. PENA	DATA REGISTRO:	25-12-52
MICRA:	NOME DO REQUERENTE:	3.418

TÓPICO: O Tópico descreve que se encontra o local de
possível delito. Realizou-se a reconstituição
da ação de Dr. J. D. F. Pena de Santos
e Walfredo Schenck, 15/12/1957, no bairro da
Vila Madalena.

Este é o resultado baseado no
decido nesses julgamentos que
foi o dia 21 de dezembro de 1982 que
o Tch. votou segundo voto
esta tramquia eleitoral, que
não foi perdida para Lula
e a derrota foi para o Tch.
votando o Tch. nulidade.



Este dia, 03/1/83

Local e Data:

Assinatura do Recu-

ento

Defendido em:	Esp:	Nº Benef:	Indefrido em:	Rú
Chão				

co do RLA

IMP. DIGITAL

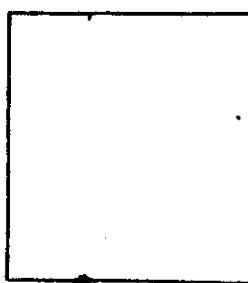


M P A S
FUNERARIA

EXTRATO DE DOCUMENTOS

HUMBERTO BATISTA DE OLIVEIRA: Nô - AURELIA BATISTA DE OLIVEIRA.

NOME (1)	DATA DO EVENTO (2)	TIPO DOCUMENTO Cert. de Nascimento	DATA EMISSAO 28 12 82	LIVRO 27	FOL. 254
HUMBERTO	21 12 57	ÓRGÃO EXPEDIDOR Cart.Paz de Consº Pena	DATA EMISSAO 28 12 82	NÚMERO 3418	SÉRIE
HUMBERTO		TIPO DOCUMENTO CTPS.	DATA EMISSAO 29 12 82	LIVRO	FOL.
NOME (1)		ÓRGÃO EXPEDIDOR DRT-MG.	DATA REGISTRO	NÚMERO 004487	SÉRIE 0023
NOME (1)		TIPO DOCUMENTO	DATA EMISSAO	LIVRO	FOL.
NOME (1)		ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA REGISTRO	NÚMERO	SÉRIE
NOME (1)		TIPO DOCUMENTO	DATA EMISSAO	LIVRO	FOL.
NOME (1)		ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA REGISTRO	NÚMERO	SÉRIE
(1) NOME QUE FIGURA NO DOCUMENTO. ANO: (2) SE (PAIS) (MAIS) EMPAIRO DO NOME, SE O DOCUMENTO SERVIR PARA PROVAR SUA IDADE, ETC.		INSPEÇÃO: NÚMERO COPIA DESTA PARA CON- FERIR A SUA ORIGINAL.			
(3) DATA QUE INTEGRADA AO PROCESSO: NASCIMENTO, CASAMENTO, ETC.		RUBRICA E MATRÍCULA			



Nº 10.887
INSCRIÇÃO

781 ZONA

Conselheiro Pena
MUNICÍPIO OU DISTRITO



NOME José Alfredo de Oliveira

15/11/1.945 Ribeirão das Minas Gerais Solteiro
DATA DO NASCIMENTO NATURALIDADE ESTADO CIVIL

Alzélia Batista da Oliveira
FILIAÇÃO

Lavrador Conselheiro Pena
PROFISSÃO RESIDÊNCIA

VOTA NA SEÇÃO 10º de Conselheiro Pena
ASSINATURA DO RELEITOR

EM 20.02.52 JUIZ ELEITORAL
T. E. E. - TÍTULO (2. PARTE) - MOD. 8

REGISTRO DE EMPREGADO

Nome: José Francisco
Cognome: Ferreira
Endereço: Rua das Flores, 123
Número: 123
Telefone:

Anos - Data do nascimento: 1911-04-01 Estado civil: Casado
Lugar de nascimento: Petrópolis Estado: RJ
Cidade: Petrópolis
Pais: Brasil

Nacionalidade: Brasileiro
Residência: Petrópolis Pátria: Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Professor Série: 331
Cart. Prof. N.º: 123456 Série: 331
de Trab. de Menor Série: 331
Cert. de Saúde: Cad. N.º: Série: 331
Categoria: Certificado: Carteira N.º de Habilidaçao N.o: 331

SITUAÇÃO PERANTE	
O FUNDO DE GARANTIA P/ TEMPO DE VIDA	
VICO	
<input checked="" type="checkbox"/> OPTANTE	
<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	
Data de Opt. 1/1/76	
data Recrtação	



Cor:	Clara
Cabelo:	Castanho
Barba:	Nenhuma
Bigode:	Nenhum
Olhos:	Castanhos
Altura:	1,75 m
Peso:	75 kg

Quando ESTRANGEIRO

No da Cart. mod. 19
N.o do Reg. Geral
Casado com brasileira?
Nome do conjugue
Tem filhos brasileiros? Quantos?
Data da chegada ao Brasil:
Naturalizado Decreto N.o:

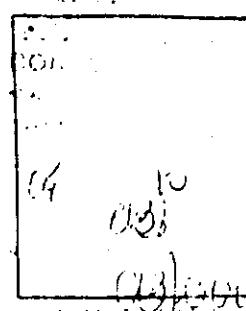
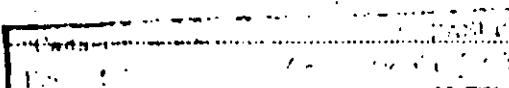
Admissão ao serviço: 01-01-78 Cargo que ocupa: Professor
União: Presente Local de serviço: Escola de Ensino Fundamental
de pagamento: Mensal

trabalho: das 7 às 12 com intervalo de 1 hs. para refeição e descanso.

Entrada do empregado na ocasião da admissão: 01 de Março de 1978
Por: "Pereira" - Ribeirão Paulista

Dispensa: 14 de Março de 1978

seguintes documentos que me pertencem:



Carteira Pessoal, 11 de Março de 1978

Por: "Pereira" - Ribeirão Paulista